Diário da Manhã

DM 45 ANOS

DESDE 1980 — O JORNAL DO LEITOR INTELIGENTE — WWW.DM.COM.BR - R$ 2,50

QUARTA-FEIRA | ANO: 46 | Nº 13.288 22H30 - EDITOR-GERAL: WELLITON CARLOS | 23 DE ABRIL DE 2025

Vício em jogos de azar dá prejuízo ao agro

Ludopatia, compulsão da pessoa por jogos de azar, constitui preocupação a mais na vida das famílias brasileiras e em diversos ramos empresariais. Em evento sobre cooperativismo, assunto mereceu destaque de dirigentes, que alertaram como o vício em jogos de azar afeta os trabalhadores e, consequentemente, a produção agropecuária. ***Página 2***

Goiás e Paysandu decidem hoje Copa Verde

Goiás e Paysandu se enfrentam hoje, às 21h, no Estádio Serra Dourada na final da Copa Verde. Se a partida terminar empatada, a decisão será por pênaltis. Verdão busca seu primeiro título na competição, já o Paysandu é tetracampeão. Expectativa é de público em torno de 30 mil torcedores. Goiás precisa vencer para garantir vaga na Copa do Brasil do ano que vem. ***Página 3***

Todo poder aos municípios

José Délio Júnior (prefeito de Hidrolândia) e Paulo Vitor (prefeito de Jaraguá) assumiram ontem, respectivamente, a Associação Goiana dos Municípios (AGM) e Federação Goiana dos Municípios (FGM). Entidades de representatividade das cidades goianas, FGM e AGM realizam a defesa de pautas municipalistas. Governador Ronaldo Caiado e vice Daniel Vilela participaram da solenidade realizada ontem e reforçaram compromisso com prefeitos representados pelas entidades. ***Página 11***

Doc retrata luta antirracista de Vinicius Jr

Netflix divulgou ontem trailer do filme sobre Vinicius Junior. "Baila, Vini" acompanha primeiros passos de Vini Jr no futebol, incluindo sua estreia pelo Flamengo, convocações para a seleção brasileira e luta antirracista nos estádios da Europa. Atleta é o melhor do mundo. ***Página 22***

Campanha alerta para câncer de testículo

Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) organiza campanha Abril Lilás para conscientizar sobre o câncer de testículo, que atinge principalmente homens entre 15 e 40 anos. Dados do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do Ministério da Saúde mostram que, entre 2014 e 2023, ocorreram 4.000 mortes. De 2015 a 2024, foram realizadas 47 mil cirurgias por causa da doença. 60% das mortes por câncer de testículo ocorrem em homens de 20 e 39 anos. ***Página 3***

Prefeitura convoca empresas para organizarem fios soltos

Empresas responsáveis foram orientadas pela Prefeitura de Goiânia para realizar adequações em 114 pontos identificados. Fios amontoados comprometem estética urbana e representam riscos. ***Página 7***

OPINIÃO PÚBLICA

Racismo no futebol - Marcelo Linguitte
O que nos revelam os rodízios de alimentação - João Joaquim

PÁGINA 15

ROTA 190

aulusrg@hotmail.com
ÁULUS RINCON

Arrombadores de apartamentos de luxo voltam a agir em Goiânia

Criminosos que a polícia acredita pertençam a uma quadrilha de São Paulo deixaram prejuízos para pelo menos três moradores de um condomínio de apartamentos de alto luxo que fica na Vila Maria José, bairro que faz divisa com o Jardim Goiás, em Goiânia, durante o final de semana prolongado. Uma das vítimas foi a mãe das cantoras sertanejas Mayara e Maraísa, que são conhecidas em todo o Brasil.

O arrombamento no apartamento da genitora das gêmeas aconteceu na noite de sábado. No momento em que os bandidos entraram no imóvel, de onde subtraíram vários pertences de valor, Almira Henrique Pereira participava de uma missa, em uma igreja católica.

Ao perceber a bagunça deixada pelos criminosos quando retornou, a mãe das cantoras preservou o local, e ligou para a Polícia Militar, que acionou a perícia. Além do apartamento dela, outros dois imóveis que ficam no mesmo condomínio também foram arrombados no sábado.

Câmeras de segurança da portaria registraram o momento em que os arrombadores, todos jovens, com menos de 25 anos, entraram com facilidade no condomínio. A suspeita é que eles tiveram a entrada franqueada após se apresentarem como parentes.

Os valores levados por eles não foram revelados, e o caso já está sendo apurado por equipes da Delegacia Estadual de Investigações Criminais (Deic), que mantém sigilo sobre o que já pode ter sido apurado. Já se sabe, porém, que os mesmos bandidos tentaram, sem sucesso, entrar em um apartamento de luxo que fica na Rua 7, no Setor Oeste, na tarde de sábado, poucas horas antes de agirem na Vila Maria José.

Quarto ano seguido

Dados apurados pela reportagem do Diário da Manhã mostram que criminosos especializados em arrombar apartamentos em condomínios de luxo agem de forma esporádica em Goiânia desde 2022. No final do ano passado, cinco integrantes de uma destas quadrilhas foram presos em São Paulo, dias depois de furtarem, durante o feriado de Sete de Setembro, R$ 500 mil de um apartamento que fica em um condomínio no Parque Vaca Brava, em Goiânia.

Em todos os casos registrados nos últimos quatro anos, os arrombamentos foram praticados por criminosos paulistas. As investigações mostram que os banidos chegam à capital nos finais de semana, ou na véspera de feriados, e, após algumas horas de levantamentos, entram em prédios onde, acreditam, estão apartamentos em que os moradores saíram em viagem, ou para algum tipo de lazer.

Comerciante perde R$ 4,5 mil em golpe dentro de delegacia

Foram identificados e presos, ainda em flagrante, no Ceará, os criminosos que aplicaram um golpe em uma comerciante que aguardava pela liberação de seu companheiro da Central Geral de Flagrantes (CGF) de Goiânia. No momento em que a mulher aguardava na recepção, o atendente da CGF recebeu uma ligação de um suposto advogado solicitando contato com a família do preso. Sem perceber que se tratava de uma fraude, ele passou o telefone para a companheira do detido. Do outro lado da ligação, o golpista, agora se passando por delegado de polícia, informou que a fiança poderia ser paga via PIX, e forneceu uma chave aleatória, solicitando que ela anotasse o número para transferência. Acreditando na legitimidade do contato, a mulher realizou a transferência de R$ 4.500. Só depois de comunicar a equipe plantonista sobre o pagamento, foi que a vítima percebeu que havia caído em um golpe. Os três golpistas foram presos pela Polícia Civil do Ceará em Maracanaú.

Homem é assassinado à luz do dia em Aparecida

Nem a luz do sol, e o grande movimento de pessoas que passavam pela Rua Guaianás, na Vila Brasília, impediram que um pistoleiro executasse um homem com tiros no final da manhã de ontem, em Aparecida de Goiânia. O assassino, que chegou em um VW Kombi, e depois fugiu correndo a pé do local, não havia sido preso, ou identificado, até o início da noite. A polícia divulgou somente o primeiro nome da vítima fatal, Cauã, que foi baleado enquanto agradava pelo reparo no pneu de seu carro, em frente à uma borracharia.

Apreendida adolescente que atacou professor com canivete

A justiça decidiu pela internação da jovem adolescente de 15 anos que na semana passada feriu um professor com um canivete dentro de uma escola estadual que fica em São Miguel do Araguaia, na região norte de Goiás. Pelo que foi apurado, o professor, que foi atingido pelas costas, enquanto escrevia no quadro negro, já havia registrado uma queixa crime no ano passado conta a adolescente, por crime de ameaça.

A coluna **ROTA 190** é publicada diariamente neste espaço.
Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus **autores**
e não refletem a opinião do veículo **Jornal Diário da Manhã**

Vício em jogos de azar traz prejuízos ao agro

Evento sobre cooperativismo alerta que o vício em jogos de azar afeta a também a produção agropecuária

Encontro debate a cadeia do agronegócio

Wandell Seixas

A ludopatia, compulsão de uma pessoa por jogos de azar, constitui uma preocupação a mais na vida das famílias brasileiras e Goiás não fica de fora. Em evento agropecuário, devido à gravidade do quadro moral e financeiro, o assunto mereceu destaque. Em encontro destinado a jornalistas voltados para a cadeia do agronegócio em Bebedouro (SP), a Credicitrus procurou apresentar a importância do cooperativismo brasileiro, mas abriu um precedente ao discorrer sobre o vício em jogos de azar.

A Organização Mundial da Saúde estima que aproximadamente 1-2% da população adulta em todo o mundo seja afetada pela ludopatia. No entanto, é importante destacar que essa é uma estimativa conservadora (dependendo do estudo, pode variar de 0,3 a 6%), uma vez que muitas pessoas com ludopatia podem não procurar tratamento ou nem mesmo reconhecer que têm um problema.

O Ministério da Saúde estima que 1,5% da população brasileira sofre de algum transtorno relacionado ao vício em jogos de azar. Essa estimativa é baseada em estudos realizados em diversas regiões do país. Os dados do Ministério da Saúde também indicam que a maioria dos pacientes com ludopatia são homens, com idade entre 30 e 50 anos.

A clínica de saúde mental Estação Psi, parceira da AFPESP, esclarece diversos fatores relacionados ao transtorno, como relação com jogos e a internet, regulamentação de jogos de azar no Brasil e formas de tratamento.

Autor de vários livros infantis voltados para a educação financeira, o professor Eduardo Costa comoveu o auditório da Credicitrus com uma manifestação dramática sobre esse tipo de jogo. Em sua visão, essa condição "pode levar a graves consequências para o indivíduo: financeiras, sociais, físicas e emocionais".

Para ele, se investimentos, planos para a aposentadoria, orçamento comprometido, previdência em risco, causam preocupação, observou que a educação financeira deve ser observada ainda na condição de criança

Observou que os desejos são ilimitados, mas os recursos limitados e a necessidade do planejamento financeiro, para que as finanças sejam mantidas sob controle. Para manter esse equilíbrio, conforme Eduardo, "há necessidade de mudanças de hábitos, elegendo prioridades. Chamou a atenção, ainda, para o consumismo, sobretudo o impulsionado pela propaganda. Os juros atuais foram focados porque eles contribuem para as dificuldades".

Jogos de azar

Segundo o professor Eduardo, nas últimas semanas, algumas manchetes chamaram a sua atenção. "Brasileiros deixam de iniciar faculdade para gastar com apostas e jogos de azar, aponta pesquisa". "Assaí diz que poder de compra de consumidores tem diminuído por causa de apostas esportivas". "Brasileiros adotam apostas online como investimento e 14% da população utiliza aplicativos de bets para tentar ganhar dinheiro". Essas manchetes mostram como as apostas esportivas e os jogos online se transformaram em uma febre na população brasileira.

O tema já ocupa sessões do Congresso Nacional, em Brasília. A relatora da CPI das Bets, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), antecipou que seu relatório final dos trabalhos da comissão deverá contar propostas legislativas para enfrentar a ludopatia.

Operação da PRF registra 1.198 feridos e 86 mortes nas estradas

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou, durante os cinco dias da Operação Semana Santa e Tiradentes 2025, 1.038 sinistros em rodovias federais brasileiras. As ocorrências resultaram em 1.198 pessoas feridas e 86 mortes. Santa Catarina (145), Minas Gerais (118) e Paraná (110) ocupam os primeiros lugares no ranking de sinistralidade.

De acordo com balanço divulgado pela PRF ontem em Brasília, 57.062 infrações foram contabilizadas no período. Ao todo, 118 mil pessoas e 96 mil veículos foram fiscalizados em todo o país ao longo do feriado prolongado.

"As estatísticas da operação trazem o excesso de velocidade, as ultrapassagens indevidas, o não uso do cinto de segurança e a alcoolemia ao volante ainda como as condutas irregulares e perigosas mais cometidas pelos condutores no feriadão", destacou a corporação em nota.

Dentre as infrações figuram 4.875 ultrapassagens indevidas e 3.999 casos em que motoristas/passageiros deixaram de usar o cinto de segurança, além de 1.097 recusas ao teste do etilômetro, 158 constatações de consumo de álcool e 73 pessoas detidas por esse motivo.

Dados da PRF indicam, ainda, 61.687 imagens capturadas de veículos trafegando acima do limite de velocidade.

Campanha alerta para câncer de testículo

A Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) organiza a campanha Abril Lilás para conscientizar sobre o câncer de testículo, que atinge principalmente homens entre 15 e 40 anos

60% das mortes por câncer de testículo ocorrem em homens de 20 e 39 anos

Folhapress

A Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) organiza a campanha Abril Lilás para conscientizar sobre o câncer de testículo, que atinge principalmente homens entre 15 e 40 anos. Dados do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do Ministério da Saúde mostram que, entre 2014 e 2023, ocorreram 4.000 mortes. De 2015 a 2024, foram realizadas 47 mil cirurgias por causa da doença.

"O principal sinal de alerta é o aparecimento de um nódulo ou aumento no volume de um dos testículos, geralmente indolor", explica André Salazar, urologista supervisor da Disciplina de Câncer de Testículo da Sociedade Brasileira de Urologia.

Profissionais da saúde reforçam que a prevenção é a melhor estratégia quando o assunto é câncer Alex Green Pexels A imagem mostra uma sessão de terapia. À esquerda, uma pessoa está escrevendo em um bloco de notas, enquanto à direita, outra pessoa está sentada em um sofá, com as mãos cruzadas sobre as pernas. O ambiente é moderno, com um sofá claro e uma planta em um vaso ao fundo. Há uma mesa de vidro com um caderno preto em cima.

Entre 2014 e 2023, a maior parte das mortes em decorrência da doença foi entre homens de 20 a 39 anos, totalizando 2.444 óbitos (1.327 na faixa de 20 a 29 anos e 1.117 na faixa de 30 a 39 anos).

Outras faixas etárias com números relevantes incluem 40 a 49 anos (490 óbitos) e 50 a 59 anos (285 óbitos). Isso indica que o grupo mais vulnerável é formado por adultos jovens.

Cura

"Apesar de o câncer de testículo ser altamente curável, com taxas de cura de mais de 90%, ele pode levar a óbito, especialmente quando diagnosticado tardiamente", afirma o urologista.

"Muitos homens jovens negligenciam os sinais iniciais por desconhecimento, vergonha ou medo. É essencial quebrar o tabu sobre a saúde masculina". Salazar cita também a importância de campanhas de conscientização sobre esse tipo de câncer.

"O autoexame testicular deve ser feito mensalmente, de preferência após o banho quente, quando a pele do escroto está mais relaxada. É uma forma simples e eficaz de detectar alterações precocemente. O mais importante é consultar um urologista caso detecte um caroço no testículo", completa o médico.

Além do autoexame e do exame físico médico, são realizados exames complementares como o ultrassom Doppler, que detecta nódulos e avalia sua vascularização, explica Maurício Cordeiro, coordenador do Departamento de Uro-oncologia da Sociedade Brasileira de Urologia.

Os marcadores tumorais no sangue alfafetoproteína (AFP), proteína que pode indicar tumores não seminomatosos; a gonadotrofina coriônica humana (BHCG), hormônio que pode sinalizar carcinomas embrionários; e a desidrogenase lática (DHL), enzima cujos níveis elevados podem sugerir doença avançada, entram nos exames para o diagnóstico precoce e o acompanhamento da doença em homens com suspeita ou fatores de risco para esse tipo de câncer.

Não existem recomendações específicas para a frequência do autoexame testicular, "mas se sugere que mensalmente os homens se auto examinarem para conhecer a própria anatomia e tentar identificar alguma alteração", completa Cordeiro.

Goiás e Paysandu decidem hoje a Copa Verde

Alberto Carlos

A expectativa é alta para a final da Copa Verde que acontecerá hoje à noite no estádio Serra Dourada.

O técnico Vagner Mancini deve mexer no time e promover o retorno de alguns jogadores que não enfrentaram o América-MG, no último domingo, pela Série B, entre eles, o zagueiro Lucas Ribeiro e o lateral-esquerdo Lucas Lovat que volta ao time após estar suspenso.

No meio-campo há a possibilidade de escalação de Rodrigo Andrade, que volta de contusão, ou Jininho. No ataque, devem voltar ao time titular Welliton Matheus e Arthur Caike.

O time provável para entrar em campo segundo a crônica esportiva é formado por Tadeu; Diego Caito, Messias, Lucas Ribeiro e Lucas Lovat; Marcão, Rodrigo Andrade e Rafael Gava; Welliton Matheus, Arthur Caíke e Pedrinho.

Goiás e Paysandu se enfrentam hoje, às 21h, no Estádio Serra Dourada. Se a partida terminar empatada, a decisão será por pênaltis.

Até ontem à tarde foram vendidos mais de 15 mil ingressos, evidenciando o interesse crescente do torcedor em apoiar a equipe esmeraldina. A venda continua, e a expectativa é que o público ultrapasse as 30 mil pessoas.

Papa Francisco: velório aberto começa hoje, funeral será no sábado

O caixão com o corpo do papa Francisco será trasladado da capela da Casa de Santa Marta para a Basílica de São Pedro hoje, onde fieis poderão despedir-se do pontífice. As informações foram divulgadas pelo Vaticano.

Em nota, a Santa Sé informou ainda os horários para visitação de fiéis à Basílica de São Pedro: na quarta-feira, das 11h à meia-noite; na quinta-feira, 24, das 7h à meia-noite; e na sexta-feira, 25, das 7h às 19h.

O funeral de Francisco foi agendado para o próximo sábado (26), a partir das 10h, na própria Basílica de São Pedro. De lá, o caixão contendo o corpo será levado para a Basílica de Santa Maria Maior, onde será sepultado, conforme pedido do pontífice.

Diário da Manhã
dm.com.br
UNIGRAF UNIDAS GRÁFICAS E EDITORA LTDA
CNPJ: 00.424.275/0001-52
Fundado em 12 de março de 1980
Av. Anhanguera, 2.833, Setor Leste Universitário, CEP: 74.610-010 Goiânia-Goiás Caixa postal: 103

Fábio Nasser **Fundador** | Welliton Carlos **Editor-Geral** | Júlio Nasser **Presidente**

Departamento Comercial - (62) 3267-1000 - comercial@dm.com.br
Redação - online@dm.com.br
Circulação | Assinaturas - (62) 3267-1000

Preço das assinaturas - R$ 49,90/mês | R$ 598,00/ano
Vendas avulsas - Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso
Dias úteis: R$ 2,50 | Domingo: R$ 3,50

Ulisses Aesse Editor-chefe de reportagem e coordenador de pauta
Helton Lenine Política
Patrick de Noronha Internacional e Ciência

dm.com.br | dm digital | acervo de edições

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo Jornal Diário da Manhã

Governo prevê investimentos de R$ 500 milhões em obras de Educação

Secretaria de Estado da Educação de Goiás programa substituição de estruturas antigas por novas em alvenaria, construção de quadras cobertas e retomada de obras

Redação

Segundo o governo, projetos já têm orçamento definido e previsão de prazos

O Governo de Goiás prevê investimento superior a R$ 500 milhões na Educação em 2025. Os recursos serão usados em 170 novas licitações voltadas à construção, reforma e ampliação de unidades escolares da rede estadual, além da instalação de coberturas em quadras esportivas.

Desde 2019, segundo dados da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), R$ 1,5 bilhão já foram aplicados no setor.

Segundo o superintendente de Infraestrutura da Seduc, Gustavo da Veiga Jardim, os projetos contam com orçamento definido, o que, de acordo com ele, garante o cumprimento dos prazos. Ele também afirma que não há atraso nos pagamentos das medições, o que facilitaria a execução das obras por parte das empresas contratadas.

Os projetos são desenvolvidos por uma equipe técnica da Seduc, responsável por analisar aspectos estruturais e pedagógicos das escolas. A proposta, segundo a pasta, é criar ambientes seguros e funcionais. A lista de processos licitatórios em andamento é atualizada semanalmente no site oficial da secretaria. Cada obra licitada tem um cronograma próprio e acompanhamento técnico durante toda a execução.

Ampliações

Entre as obras previstas estão reformas, ampliações, substituição de estruturas antigas por novas em alvenaria, além da construção de quadras cobertas.

Há também a retomada de projetos que estavam paralisados. Os investimentos contemplam diferentes regiões do estado.

Porangatu recebe ações do Goiás Social

Evento reúne atendimentos sociais, entrega de benefícios e regularização de documentos até esta quarta

Gracinha Caiado durante mutirão de serviços em Porangatu: homenagem

Redação

A cidade de Porangatu, no norte de Goiás, sedia nesta semana edição do Goiás Social, programa itinerante do governo estadual que concentra diversos serviços públicos em um mesmo local. A ação teve início na terça-feira, 22, no estacionamento da feira coberta do município, com atendimentos nas áreas de assistência social, saúde, documentação civil, habitação e empregabilidade.

Durante a abertura, estiveram presentes autoridades estaduais e municipais. A primeira-dama do Estado, Gracinha Caiado, coordenadora do programa, participou da entrega de cartões de benefícios sociais e foi homenageada com o título de cidadã porangatuense, concedido pela Câmara Municipal. A prefeita de Porangatu, Vanuza Valadares, ressaltou a demanda da cidade, que tem cerca de 45 mil habitantes, e a importância da presença dos serviços públicos concentrados no município.

Entre os serviços ofertados estão a entrega de cartões dos programas Mães de Goiás e Aluguel Social, além da distribuição de kits de enxoval, alimentos e itens de acessibilidade por meio da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG). Também houve lançamento da ordem de serviço para a construção de 50 unidades habitacionais com subsídio total do governo estadual.

AGROGALAXY

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.

Em Recuperação Judicial
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 52.300.048.907

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2025

Convocamos os senhores acionistas do AgroGalaxy Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**"), e dos artigos 4º a 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente à distância e digital**, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 23 de maio de 2025, às 10:00 horas ("**Assembleia**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração, o relatório dos auditores independentes, o parecer do Conselho Fiscal e o parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia; e (ii) aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Instruções e Informações Gerais:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente à distância e digital, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico Ten Meetings ou exercer o direito de voto mediante o uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), em ambos os casos nos termos previstos na Resolução CVM 81. O sistema de participação à distância adotado pela Companhia permitirá que seus acionistas participem da Assembleia ao acessarem a plataforma digital, desde que observadas as condições abaixo resumidas. As informações detalhadas relativas à participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico estão disponíveis no Manual de Participação dos Acionistas, o qual inclui a proposta da administração para a Assembleia ("Manual de Participação"), que poderá ser acessado por meio dos ***websites*** da Companhia (https://ri.agrogalaxy.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). Para participar, cada acionista deverá realizar seu cadastramento diretamente no endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/718293268, **até 21 de maio de 2025**, anexando toda a documentação necessária (conforme indicada no Manual de Participação) para permitir a participação do acionista na Assembleia. Os acionistas que não efetuarem o cadastramento no prazo acima referido não poderão participar da Assembleia, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia autorizará a participação na Assembleia somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas no Manual de Participação, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados no Manual de Participação). ***O link recebido e a senha criada pelos acionistas serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.*** Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia, conforme instruções estabelecidas no Manual de Participação; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas no Manual de Participação; ou (iii) transmitir as instruções de voto diretamente à Central Depositária da B3 por meio da Área do Investidor, conforme instruções estabelecidas no Manual de Participação; ou (iv) preencher o boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**") disponível nos endereços indicados abaixo, cadastrando-o diretamente no endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/718293268, conforme instruções contidas no Manual de Participação. Não será recepcionado pela Companhia o Boletim de Voto enviado por correio postal ou eletrônico, nos termos do artigo 27, parágrafo 7º da Resolução CVM 81. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, no Manual de Participação e no Boletim de Voto. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na Assembleia, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e no Manual de Participação, **a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na Assembleia**, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na Assembleia. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos *websites* da Companhia (https://ri.agrogalaxy.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, o Manual de Participação e cópia dos demais documentos relacionados às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia.

Goiânia, 23 de abril de 2025.
Sebastian Marcos Popik
Presidente do Conselho de Administração

LINEAGRO PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S.A.

("Companhia") - CNPJ/MF nº 21.018.928/0001-73 - NIRE 52.30004537-1

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Artigo 6º, §2º de seu Estatuto Social, convoca os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("**AGE**") no dia 1º de maio de 2025, às 10 horas, a realizar-se de modo digital, conforme orientações desta Convocação, sendo permitida somente a participação à distância, mediante atuação remota via sistema eletrônico Teams ("**Sistema Eletrônico**"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** a lavratura da presente ata em forma de sumário das deliberações; **(b)** aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação, celebrado entre os diretores da Companhia e os diretores da **CASA DA LAVOURA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Rio Branco, Estado do Acre, na Via Chico Mendes, nº 632, Triângulo Velho, CEP 69.906-210, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.163.261/0001-49, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Acre sob o NIRE 1220014300-0 ("**CDL Rio Branco**" ou "**Incorporada**"), a ser incorporada pela Companhia ("**Protocolo e Justificação de Incorporação**"), disponível para consulta dos acionistas mediante solicitação à Companhia; **(c)** ratificar a nomeação da **VERA CRUZ INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.160.120/0001-59, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nações Unidas, nº 12.901, Torre Norte, 12º andar, sala 12-104, CEP 04578-910 ("**Vera Cruz**"), como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação que determinou o valor do patrimônio líquido da Incorporada, para os fins da incorporação da CDL Rio Branco pela Companhia, nos termos dos artigos 226 e 227 da Lei das S.A. ("**Laudo de Avaliação**"), disponível para consulta dos acionistas mediante solicitação à Companhia; **(d)** aprovar o Laudo de Avaliação; **(e)** aprovar a incorporação da CDL Rio Branco pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação; **(f)** caso sejam aprovadas as matérias acima, indicar as filiais da Companhia que serão responsáveis por exercer as atividades da Incorporada; **(g)** caso sejam aprovadas as matérias acima, autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para implementar a incorporação da CDL Rio Branco pela Companhia, bem como ratificar os atos até então praticados; e **(h)** por fim, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral (i.e. Protocolo e Justificação e Laudo de Avaliação) encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia ou mediante solicitação direta à Companhia, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação aplicável. Mediante a utilização do Sistema Eletrônico, o Acionista participará e votará de forma remota na AGE, que será transmitida ao acionista de forma digital, em tempo real. Para participação pelo Sistema Eletrônico os acionistas deverão utilizar computador/notebook/telefone celular ou equipamento equivalente que possua câmera de vídeo e áudio, observadas as instruções abaixo. Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão encaminhar à Companhia, aos cuidados do Departamento Jurídico, por meio do endereço eletrônico mailto:contato.juridico@axiaagro.com, os seguintes documentos: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal, se aplicável; e (c) instrumento de procuração, se a participação se der por meio de procurador. Nos termos do §1º do artigo 126 da Lei das S.A., a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano. Ademais, em conformidade com o disposto nos §§1º e 2º do artigo 654 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá indicar o local de sua emissão, conter a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga, bem como a descrição e a extensão dos poderes conferidos. Ressalta-se que os acionistas somente poderão ser representados na Assembleia por procurador que seja acionista da Companhia, administrador, advogado ou instituição financeira, conforme previsto no §1º do artigo 126 da Lei das S.A. Por fim, a Companhia informa que enviará, de forma tempestiva, a todos os seus acionistas, por e-mail, o link de acesso ao sistema eletrônico para participação remota na Assembleia Geral Extraordinária.

Goiânia, 23 de abril de 2025. **Presidente do Conselho de Administração** - Ary Rodrigues Junior.

Pantanal Transmissão S.A.

CNPJ nº 18.726.961/0001-43

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2024

Pantanal Transmissão S.A. - Leilão nº 002/2013 - Lote F - SE Campo Grande II

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO 2024

Goiânia-GO

Abril de 2025

Senhores Acionistas,

A Administração da Pantanal Transmissão S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e suas correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

1. HISTÓRICO

A Pantanal Transmissão é uma companhia de capital fechado, constituída em 15 de agosto de 2013, oriunda do Consórcio Pantanal, que se sagrou vencedor no Leilão ANEEL nº 002/2013, no que tange ao Empreendimento denominado Lote F, tendo como objetivo principal a implantação e respectivas ampliações da Subestação Campo Grande II, com a instalação inicial de dois Autotransformadores Rebaixadores nas tensões 230/138/13,8kV, e posteriormente um terceiro, nas mesmas (230/138/13,8kV), para o atendimento dos consumidores do município de Campo Grande - MS, cujo suprimento é de responsabilidade da ENERGISA Distribuidora MS.

No dia 09 de outubro de 2013, a companhia assinou com a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 018/2013, contraindo a responsabilidade pela construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão pelo prazo de 30 (trinta) anos.

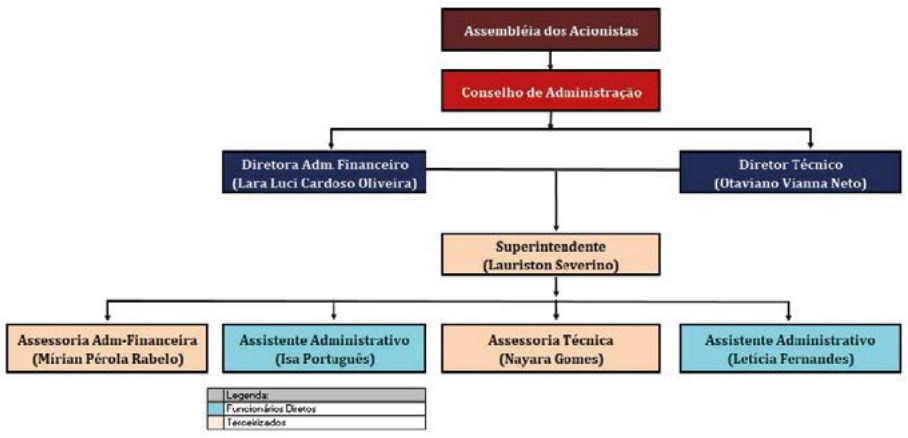
As instalações da Pantanal tiveram o início da operação integrada ao SIN - Sistema Interligado Nacional em 07/06/2016, e suas respectivas melhorias em 03/04/2018, com a emissão dos Termos de Liberação Definitiva (TLD) de números 186 e 187 pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS em 12 de abril de 2018.

2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A Pantanal Transmissão S.A. é uma sociedade de economia mista, e possui como acionistas a CELGPAR (49%), a CEL ENGENHARIA (30,60%) e CPLA ENERGIA LTDA (20,40%) conforme estrutura abaixo:

3. COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

A Pantanal Transmissão S.A. possui estrutura administrativa simplificada, conforme estrutura abaixo:



4. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL

A Pantanal Transmissão S.A. iniciou seu Capital Social no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de sua constituição, em 14/10/2013, conforme Ato de Constituição.

Em vista dos aportes acionários que foram efetuados ao longo do empreendimento, a Companhia possui atualmente um Capital Integralizado no valor de R$ 79.976.478,00 (setenta e nove milhões e novecentos e setenta e seis mil e quatrocentos e oito reais), conforme 25ª Ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) datada de 29/11/2022.

5. INVESTIMENTOS

A Pantanal Transmissão S.A. realizou seus investimentos principais durante a fase de implantação do empreendimento e respectiva ampliação (3° Trafo), atualmente, a companhia já conta com reserva dos principais equipamentos sobressalentes.

Em 2023 foi emitido o Parecer de Acesso DTA-2023-PA-0149-R0, referente à solicitação de acesso da Energisa MS para fins de conexão de 01 (uma) entrada de linha - EL no barramento de 138 kV da SE Campo Grande 2 230/138 kV. A obra será realizada pela Pantanal Transmissão, com finalização prevista para outubro/2025. O investimento será ressarcido através da receita de CCT - Contrato de Compartilhamento de Instalações.

6. MEIO AMBIENTE

Após a conclusão dos serviços de ampliação das instalações do 3° Autotransformador e seus complementos, sendo cumpridas todas as exigências ambientais pela Pantanal Transmissão, em 02/04/2018 foi emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano do Município de Campo Grande a Licença de Operação nº 03.213/2016 e renovada em 13/10/2020 passando a viger a Licença de Operação n° 03.226/2020, válida até 13/10/2030.

7. AUDITORIA INDEPENDENTE

Nos termos da Instrução CVM nº 308/99 destacamos que a Companhia firmou contrato de auditoria externa com a Berkan Auditoria e Consultoria, no valor anual de R$ **31.871,36** (trinta e um mil e oitocentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos), para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis e em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, referentes ao exercício de 2024.

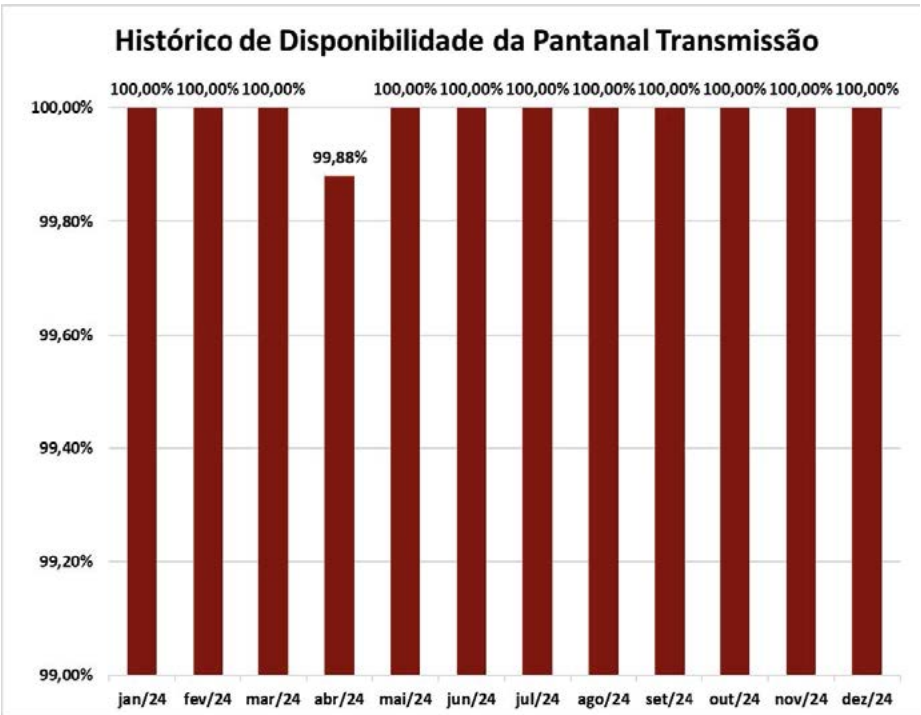
8. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Os serviços Operação e Manutenção da Pantanal Transmissão são realizados por uma equipe especializada da empresa CEL Engenharia Ltda, referentes às instalações da SE Campo Grande 2, em um valor de contrato mensal de R$ 128.986,54 (cento e vinte e oito mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), reajustado anualmente pelo índice IPCA.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em suma, o gráfico abaixo sintetiza o histórico de disponibilidade de energia da Pantanal Transmissão para com o Sistema Interligado Nacional. Em 2024, ocorreram 4 (quatro) eventos geradores de Parcela Variável, sendo:

- Dia 20/04/2024, com duração de 13 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R$ 6.138,24 proveniente de Desligamento Não Programado na Função de Transmissão MG CAMPO GRANDE2 / CCO-2013-018 - RB. A perturbação consistiu no desligamento automático da barra B1 do barramento de 230 kV tipo barra dupla a quatro chaves da subestação Campo Grande 2 provocado acidentalmente durante execução da intervenção SGI 17656-24. Houve atuação acidental da função de falha de disjuntor advinda do vão da futura linha de transmissão de 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2. que comandou o desligamento dos seguintes componentes ligados à barra.
- Dia 20/04/2024, com duração de 13 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R$ 12.573,32 proveniente de Desligamento Não Programado na Função de Transmissão TR 230 / 138 kV CAMPO GRANDE2 3 MS. A perturbação consistiu no desligamento automático da barra B1 do barramento de 230 kV tipo barra dupla a quatro chaves da subestação Campo Grande 2 provocado acidentalmente durante execução da intervenção SGI 17656-24. Houve atuação acidental da função de falha de disjuntor advinda do vão da futura linha de transmissão de 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2.
- Dia 20/04/2024, com duração de 13 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R$ 9.359,73 proveniente de Desligamento Não Programado na Função de Transmissão TR 230/138 kV CAMPO GRANDE2 TR1 MS. A perturbação consistiu no desligamento automático da barra B1 do barramento de 230 kV tipo barra dupla a quatro chaves da subestação Campo Grande 2 provocado acidentalmente durante execução da intervenção SGI 17656-24. Houve atuação acidental da função de falha de disjuntor advinda do vão da futura linha de transmissão de 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2.
- Dia 20/04/2024, com duração de 13 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R$ 9.359,73 proveniente de Desligamento Não Programado na Função de Transmissão TR 230/138 kV CAMPO GRANDE2 TR2 MS. A perturbação consistiu no desligamento automático da barra B1 do barramento de 230 kV tipo barra dupla a quatro chaves da subestação Campo Grande 2 provocado acidentalmente durante execução da intervenção SGI 17656-24. Houve atuação acidental da função de falha de disjuntor advinda do vão da futura linha de transmissão de 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2.



10. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em linhas gerais, segue síntese dos principais números do empreendimento Pantanal Transmissão S.A. do exercício de 2024:

Dados Econômico-financeiros

Receita Operacional Líquida (R$ milhares)	11.868
Custo de Operação e Manutenção (R$ milhares)	(1.704)
Lucro Bruto do Exercício (R$ milhares)	**10.164**
Total das Despesas Gerais e Administrativas (R$ milhares)	(976)
Resultado Financeiro Líquido (R$ milhares)	(13)
IR e Contribuição Social (R$ milhares)	(766)
Resultado do Exercício (R$ milhares)	**8.804**
Ativo Total (R$ milhares)	111.373
Passivo Total (R$ milhares)	10.122
Patrimônio Líquido (R$ milhares)	**101.251**

Abaixo, abertura da destinação do Lucro Líquido do exercício de 2024 conforme Lei nº 6.404 que dispõe sobre as Sociedades por Ações:

Lucro Líquido (R$ milhares)	**8.804**
Constituição de Reserva Legal 5% (R$ milhares) ***(*)***	440
Dividendo Mínimo Obrigatório 25% (R$ milhares)	2.091
Constituição de Reserva de Retenção de Lucro	6.273

***(*)** Art. 193 da Lei nº 6.404 - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.*

Dados Adicionais em 31/12/2024:

Capital Social (R$ milhares)	**79.976**
Saldo de Reserva de Retenção de Lucro (R$ milhares)	**18.585**
Saldo de Reserva Legal (R$ milhares)	**2.688**

Atenciosamente,

Célio de Oliveira

Presidente do Conselho de Administração

Lara Luci Cardoso de Oliveira

Diretor(a) administrativo financeiro(a)

Otaviano Vianna Neto

Diretor Técnico

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	**Nota**	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**Passivo**	**Nota**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.282	784	Fornecedores		167	116
Concessionárias e permissionárias	5	1.446	1.234	Obrigações tributárias		204	156
Ativo contratual	6	9.474	9.165	Dividendos a pagar	10.c	2.091	1.739
Outros ativos	7	1.158	241	Obrigações sociais e trabalhistas		17	23
		13.360	**11.424**	Outras contas a pagar		409	334
Ativo não circulante						**2.888**	**2.368**
Ativo contratual	6	98.010	97.946	**Passivo não circulante**			
Imobilizado e intangível		3	4	Tributos diferidos	14.a	7.234	7.208
		98.013	**97.950**			**7.234**	**7.208**
				Patrimônio líquido			
				Capital social	10.a	79.976	79.976
				Reservas de lucros	10.b	21.275	19.822
						101.251	**99.798**
Total do ativo		**111.373**	**109.374**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**111.373**	**109.374**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados
em 31 de dezembro de 2024 e 2023 ***(Em milhares de Reais)***

	Nota	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Receita líquida	11	11.868	10.740
Custo de operação	12	(1.704)	(2.113)
Lucro bruto		**10.164**	**8.627**
Remuneração do pessoal		(163)	(140)
Remuneração dos administradores	8.b	(241)	(230)
Serviços de terceiros		(476)	(417)
Outras receitas e despesas operacionais		(96)	(76)
Total das despesas administrativas		**(976)**	**(863)**
Receitas financeiras		29	36
Despesas financeiras		(42)	(141)
Resultado financeiro líquido	13	**(13)**	**(105)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**9.175**	**7.659**
Imposto de renda e contribuição social corrente	14.c	(359)	(366)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14.c	(12)	29
Lucro do exercício		**8.804**	**7.322**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

		Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2022	**79.976**	**1.883**	**15.856**	**–**	**97.715**
Distribuição de dividendos adicionais	–	–	(3.500)	–	(3.500)
Resultado do exercício	–	–	–	7.322	7.322
Destinação do resultado do exercício					–
Reserva legal	–	366	–	(366)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(1.739)	(1.739)
Reserva retenção de lucros	–	–	5.217	(5.217)	–
31 de dezembro de 2023	**79.976**	**2.249**	**17.573**	**–**	**99.798**
Distribuição de dividendos adicionais	–	–	(5.260)	–	(5.260)
Resultado do exercício	–	–	–	8.804	8.804
Destinação do resultado do exercício					–
Reserva legal	–	440	–	(440)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.091)	(2.091)
Reserva retenção de lucros	–	–	6.273	(6.273)	–
31 de dezembro de 2024	**79.976**	**2.689**	**18.586**	**–**	**101.251**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	**8.804**	**7.322**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**8.804**	**7.322**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

		31.12.2024	31.12.2023*
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		8.804	7.322
Ajustes em:			
Tributos diferidos		26	(64)
Remuneração do ativo contratual		(9.310)	(9.348)
Ganho/perdas do ativo contratual		(239)	1.445
Depreciação		1	1
Juros P&D		35	33
Encargos de dívida		–	58
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Ativo contratual		9.176	8.846
Concessionárias e permissionárias		(212)	21
Outros créditos		(916)	(83)
Fornecedores		51	6
Impostos correntes a pagar		376	352
Obrigações sociais e trabalhistas		(6)	11
Outras contas a pagar		40	39
Imposto de renda e contribuição social pagos		(328)	(368)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**7.498**	**8.271**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos		–	(1.389)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		–	(74)
Dividendos Pagos	10.c	(7.000)	(7.204)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(7.000)**	**(8.667)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**(498)**	**(396)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	784	1.180
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	1.282	784
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**(498)**	**(396)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

* Houve reclassificação para melhor evidenciação dos saldos, as variações foram consideradas imateriais de forma que não foram efetuadas reapresentações desta demonstração financeira.

Demonstrações do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2024	31.12.2023
Geração de Riqueza		
Receitas		
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	9.549	7.903
Receitas relativas à operação e manutenção	2.936	3.409
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.215)	(2.547)
Valor adicionado bruto	**10.270**	**8.765**
Depreciação e amortização	(1)	(1)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**10.269**	**8.764**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	29	36
Valor adicionado total a distribuir	**10.298**	**8.800**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**(344)**	**(317)**
Remuneração direta	(268)	(248)
FGTS	(5)	(4)
Benefícios	(7)	(65)
Impostos, taxas e contribuições	**(1.057)**	**(983)**
Tributos federais	(885)	(804)
Tributos estaduais	(5)	(14)
Encargos setoriais	(161)	(159)
Outras taxas e contribuições	(6)	(6)
Remuneração de capitais de terceiros	**(93)**	**(178)**
Encargos de dívida e variação monetária	(35)	(58)
Aluguéis	(51)	(37)
Outras	(7)	(83)
Remuneração de capitais próprios	**(8.804)**	**(7.322)**
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.091)	(1.739)
Lucros retidos	(6.713)	(5.583)
Valor adicionado distribuído	**(10.298)**	**(8.800)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Pantanal Transmissão S.A. (“Companhia”) com sede em Goiânia no Estado de Goiás, foi constituída em 12 de agosto de 2013, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pelo consórcio Pantanal, vencedor do Lote F do Leilão nº 02/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção das Instalações de Transmissão localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul.

1.2 Da concessão

Em 9 de outubro de 2013, foi assinado o Contrato de Concessão nº 018/2013, pelo prazo de 30 anos, com a União, por meio da ANEEL, para implantação, operação e manutenção, no Estado de Mato Grosso do Sul, das seguintes instalações de transmissão:

(a) Instalações de transmissão compostas pela Subestação Campo Grande II, em 230/138 kV, 2 X 150 mVA.

(b) Entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, telecomunicação, comando, controle, administração e apoio, todas no Estado do Mato Grosso do Sul.

(c) Implementação da Subestação (SE) Campo Grande II: um enlace de 230 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da linha de transmissão 230 kV Imbirussu - Chapadão e a Subestação Campo Grande II, com extensão aproximada de 13 km, as duas entradas de linha correspondente na Subestação Campo Grande II; e aquisição de equipamentos necessários a modificação, substituições e adequações nas entradas de linhas das Subestações de Imbirussu e Chapadão.

A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento da Receita Anual Permitida (RAP), auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.343/2024, emitida pela ANEEL em 09 de julho de 2024, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2024-2025 foi de R$ 12.703 (R$ 12.270 no ciclo 2023/2024), incluindo os impostos reembolsáveis, passando a valer a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, afetando, portanto, o resultado da Companhia a partir do 3T24. O reajuste no novo ciclo representou um aumento de 2,91% na RAP anual. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão. A Companhia reconhece os impactos do reajuste tarifário quando os mesmos são homologados pela Resolução emitida pelo poder concedente.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 905/2020, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. O despacho 2.131/2024 publicado pela ANEEL em 23 de julho de 2024 definiu contribuição total no valor de R$ 47.561,83, vigente de julho/2024 a junho/2025, o referido valor deve ser dividido em duodécimos e recolhido no mês subsequente a sua competência.

Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico com o percentual equivalente a, no mínimo, 1% da receita operacional líquida.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - Conforme estabelecido no Despacho ANEEL 904/21, a transmissora não precisará efetuar o recolhimento à CDE dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os Passivos dos programas de P&D e PEE, na data base de 31 de agosto de 2020. Porém, precisará se adequar para cumprir os procedimentos de recolhimento de seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 sob as obrigações devidas aos programas de P&D, que serão recolhidas à CDE, sendo seu percentual estipulado em 17,72%.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade *Internacional Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2025.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os julgamentos e as estimativas principais efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas informações financeiras:

(i) Reconhecimento do ativo de contrato

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos.

(ii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.

(iii) Margem de construção

A margem de construção foi calculada de acordo com um fluxo projetado, no qual considerou-se desembolsos com a saída de recursos para construção utilizando o CAPEX da concessão e estimou-se a amortização de acordo com as premissas de O&M definidas.

(iv) Determinação das receitas de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

(v) Determinação das receitas de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é calculada levando em consideração a estrutura de custos previstas no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem que reflete a proporção do custo sobre a receita estimada.

3 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a. Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorrido.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Receita de remuneração ativo de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e equivalentes de caixa” e “Concessionárias e permissionárias”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreende a conta: “Aplicações financeiras”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2024, passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreende a conta de “Fornecedores”.

***(iii)* Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

***(iv)* Concessionárias e permissionárias**

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL), Rede Básica de Fronteira (RF) e Demais Instalações de Transmissão (DIT) Exclusivo.

***(v)* Ativo contratual**

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão (a partir da Receita Anual Permitida - RAP), ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A Receita Anual Permitida (RAP), é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão. Outros investimentos feitos com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço, que não tenham sido amortizados (bens reversíveis) até o término da concessão, podem refletir no direito de indenização pelo Poder Concedente.

***(vi)* Impostos e contribuições**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. A despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente é calculada de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15%, acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%.

Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

***(vii)* Redução ao valor recuperável de ativos**

A cada período de reporte, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

***(viii)* Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas e revisões aplicadas a partir de 01.01.2024

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26 - IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Revisão do CPC 09 (R1)	Critérios de apresentação da Demonstração do Valor Adicionado.	01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18	A IFRS 18 substituirá o CPC 26 - IAS 1 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras.	01/01/2027
IFRS 19	Divulgação reduzida em subsidiárias sem obrigação pública.	01/01/2027

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras liquidez imediata	1.282	784
	1.282	**784**

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e podem ser remuneradas mensalmente até 100% do CDI.

5 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2024	31/12/2023
Encargos de uso da Rede Elétrica - Rede Básica (i)	1.186	987
Encargos de uso da Rede Elétrica - Contrato CCT	248	239
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	12	8
	1.446	**1.234**

(i) Corresponde à parcela da Receita Anual Permitida - RAP faturada mensalmente conforme determinação da ONS - Operador Nacional do Sistema;

Nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas no contas a receber.

6 Ativo contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	9.474	9.165
Não circulante	98.010	97.946
	107.484	**107.111**

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação nos exercícios:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**108.054**
Atualização monetária	9.348
Amortização do ativo contratual	(8.846)
Ganhos/Perdas em função da RTA	(1.445)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**107.111**
Atualização monetária	9.310
Amortização do ativo contratual	(9.176)
Ganhos/Perdas em função da RTA (i)	239
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**107.484**

(i) Quando são homologados os novos valores de receita (REH nº 3.343), a Companhia aplica sobre as parcelas remanescentes a diferença entre a inflação inicial e a nova projeção, para o qual foi aprovado para o ciclo 2024/25, o efeito inflacionário de 2,91% (Nota 1.2). Os montantes são reconhecidos e mensurados através de fluxos financeiros de longo prazo projetados dentro das melhores estimativas e trazidos a valor presente.

Em conformidade com o Contrato de Conexão, a Companhia irá executar a implantação de um novo módulo de entrada de linha de 138 kV, com arranjo barra dupla quatro chaves (BD4), para interligação ao sistema da Linha de Distribuição 138 kV Campo Grande 2 - Campo Grande Parque, operada pela Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.

O projeto devera ser concluído até 31/12/2025, conforme autorizado pela Nota Técnica nº 1086/2024 - SCE/ANEEL, emitida em 16 de outubro de 2024.

A estimativa de investimentos para a execução desta obra, com data-base de agosto de 2024, é de R$ 9 milhões.

7 Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores (i)	838	5
Serviço Próprio	234	163
Seguro de Riscos Operacionais	86	71
Outros	–	2
	1.158	**241**

(i) Adiantamentos para construção do Reforço da Subestação Campo Grande II, que nos foi outorgado pelo terceiro aditivo ao Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT nº 033/2015.

8 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas suas Acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações de Partes Relacionadas. A principal transação com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção

Com o quarto aditivo contratual, assinado em 14 de fevereiro de 2023, o contrato com a acionista Cel Engenharia Ltda. teve seu prazo estendido em 60 (sessenta) meses, iniciando em 1º de fevereiro de 2023 e com término previsto para 1º de fevereiro de 2028. A contratante pagará inicialmente à contratada a importância mensal de R$ 119, ajustada pelo IPCA a cada 12 meses. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o serviço de operação e manutenção (O&M) totalizou R$ 1.533 (R$ 1.412 em 31 de dezembro de 2023).

b. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores foi aprovada em AGOE no dia 30 de abril de 2024. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração dos administradores e respectivos encargos, totalizou R$ 241 (R$ 230 em 31 de dezembro de 2023) e foi registrada como despesa administrativa.

9 Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída provisão devido à inexistência de discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, com suporte de seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda ou de perda possível que requeresse divulgação.

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social autorizado, subscrito e integralizado é de R$ 79.976, que é representado por 79.976.478 ações ordinárias sem valor nominal.

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Companhia Celg De Participações - Celgpar	39.188.474	49	39.188
Cel Engenharia Ltda.	24.472.802	31	24.473
CPLA Energia Ltda.	16.315.202	20	16.315
Total	**79.976.478**	**100**	**79.976**

b. Reserva de lucros

A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definido no estatuto social da Companhia, o saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 2.689 e em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 2.249.

A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76. O saldo da rubrica em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 18.586 (R$ 17.573 em 31 de dezembro de 2023).

c. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**8.804**	**7.322**
Reserva legal (5%)	(440)	(366)
Lucro líquido ajustado	**8.364**	**6.956**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.091	1.739
Saldo de dividendos a distribuir	**2.091**	**1.739**
Deliberação de dividendos	–	5.261
Dividendos pagos	–	(7.000)
Dividendos a pagar	**–**	**–**

11 Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	9.549	7.903
Receitas relativas à operação e manutenção (¹)	2.936	3.409
Receita operacional bruta	**12.485**	**11.312**
(-) PIS e COFINS corrente e diferido	(456)	(413)
(-) Encargos regulatórios (²)	(161)	(159)
Receita operacional líquida	**11.868**	**10.740**

1 A variação no período comparativo é referente a parcela de ajuste apurada pela ANEEL para o ciclo 2024-2025 conforme REH 3.343-2024.

2 Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, TSFEE e Conta de Desenvolvimento Energético.

12 Custos de operação

Representa, essencialmente, os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão, bem como os gastos com serviços auxiliares de engenharia.

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de Terceiros (¹)	(2.417)	(2.179)
Material de manutenção	(19)	(152)
Seguros	(133)	(113)
Outros	(8)	(22)
Recuperação de despesas (²)	873	353
Total Custo de Operação	**(1.704)**	**(2.113)**

¹ Contemplam serviços de O&M, Engenharia, Meio Ambiente, Vigilância, Consultoria e Assessoria, entre outros.

² Ressarcimento de custos e recebimento de taxas de conservação referente aos contratos de compartilhamento de instalações com outras concessionárias. Em 2024 houve o recebimento do reembolso de gastos com análise de projetos e acompanhamento de comissionamento de acordo com o cronograma de implantação das instalações da acessante.

13 Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	29	36
	29	**36**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	–	(58)
Atualizações monetárias	(35)	(34)
Outras despesas financeiras	(7)	(49)
	(42)	**(141)**
Resultado financeiro líquido	**(13)**	**(105)**

14 Impostos e contribuições

a. Tributos diferidos

Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, e as variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

		31/12/2024				
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Impostos diferidos	Baixas diferidos	Efeito Resultado	Total Passivo	31/12/2023
PIS diferido	107.484	62	(60)	2	698	696
COFINS diferido	107.484	287	(275)	12	3.225	3.213
IRPJ diferido	107.484	191	(183)	8	2.150	2.142
CSLL diferido	107.484	103	(99)	4	1.161	1.157
Total		**643**	**(617)**	**26**	**7.234**	**7.208**

		31/12/2023				
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Impostos diferidos	Baixas diferidos	Total Resultado	Total Passivo	31/12/2022
PIS diferido	107.111	52	(58)	(6)	696	702
COFINS diferido	107.111	236	(265)	(29)	3.213	3.242
IRPJ diferido	107.111	158	(177)	(19)	2.142	2.161
CSLL diferido	107.111	86	(96)	(10)	1.157	1.167
Total		**532**	**(596)**	**(64)**	**7.208**	**7.272**

b. PIS e COFINS - Deduções da receita

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Anual Permitida (RAP)¹	12.112	12.255
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(442)	(447)
Imposto corrente no resultado	**(442)**	**(447)**
Receita de remuneração e perdas por efeitos da RTA/RTP	9.549	7.903
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto diferido no resultado	(349)	(289)
Baixa de PIS e COFINS diferidos	335	323
PIS e COFINS diferido	**(14)**	**34**
PIS e COFINS dedução da receita	**(456)**	**(413)**

¹ O valor global da Receita Anual Permitida (RAP) é composta por Receita de Transmissão de Rede Básica, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Receitas com Contrato de Compartilhamento de instalações.

c. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	12.112	12.112	12.255	12.255
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	969	1.453	980	1.471
Receitas financeiras	29	29	36	36
	998	1.482		
Base de cálculo			1.016	1.507
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(150)	(133)	(152)	(136)
Adicional de 10% - IRPJ	(76)	–	(78)	–
Imposto corrente no resultado	**(226)**	**(133)**	**(230)**	**(136)**
Receita de remuneração e ganhos por efeitos da RTA/RTP	9.549	9.549	7.903	7.903
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	763	1.146	632	948
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
IRPJ/CSLL diferidos	(191)	(103)	(158)	(86)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	183	99	177	96
Imposto diferido no resultado	**(8)**	**(4)**	**19**	**10**
Total IRPJ/CSLL no resultado	**(234)**	**(137)**	**(211)**	**(126)**

15 Instrumentos financeiros

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras.

Níveis de hierarquia dos instrumentos financeiros

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

		Valor Justo		Valor Contábil	
	Níveis	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Concessionárias e permissionárias		1.446	1.234	1.446	1.234
		1.446	**1.234**	**1.446**	**1.234**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	1	1.282	784	1.282	784
		1.282	**784**	**1.282**	**784**
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores		167	116	167	116
		167	**116**	**167**	**116**

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber (concessionária e permissionária), a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e historicamente a Companhia não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de câmbio, as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras: a Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros: na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (CDI).

(iv) Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

(v) Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas.

Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

(vi) Risco Técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original.

Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia dispõe de seguros contratados, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 16).

(vii) Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

c. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2024, averiguando-se o impacto nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e/ou redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		10,89	8,17	5,45
Aplicações financeiras		1.282	1.422	1.247	1.212
Remuneração estimada			140	105	70
Efeitos no resultado				(35)	(70)

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de exercícios anteriores.

16 Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Valor Segurado	Vigência
Risco Operacional e Responsabilidade Civil	R$ 31.599	02/08/2024 a 02/08/2025

17 Aspectos Ambientais

A política nacional do meio ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os aspectos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da linha de transmissão.

O licenciamento ambiental expedido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH está sendo regularmente cumprido pela Companhia. Abaixo resumo das licenças expedidas para a Subestação:

Órgão Emissor	Tipo de Licença	Nº da Licença	Emissão	Validade
SEMARH	Licença de Operação (LO)	03.226/2020	13/10/2020	13/10/2030

* * *

LAURISTON SEVERINO:08311234191

Assinado de forma digital por OTAVIANO VIANNA NETO:64703002000 Dados: 2025.02.20 16:14:57 -03'00'

Lauriston Severino
Procurador representando
a Diretora Administrativo-Financeiro

Otaviano Vianna Neto
Direto Técnico

CREDIBILE SOLUCOES CONTABEIS E EMPRESARIAIS SOCIE:16834047000190

EDSON JUNIOR DA SILVA:00014075113 Assinado de forma digital por EDSON JUNIOR DA SILVA:00014075113 Dados: 2025.02.20 12:01:40 -03'00'

Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S Ltda.
Edson Júnior da Silva
Contador CRC GO-001605/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Pantanal Transmissão S.A.

Goiânia – GO

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da **Pantanal Transmissão S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pantanal Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau (SC), 21 de fevereiro de 2025.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7

TATIANE SCHMITZ:07917230970

Assinado de forma digital por TATIANE SCHMITZ:07917230970 Dados: 2025.02.21 08:59:52 -03'00'

Tatiane Schmitz

Sócia

Contadora CRC SC nº 038070/O-0

Berkan AUDITORIA & CONSULTORIA

Prefeitura de Goiânia convoca empresas para organizarem fios soltos

Empresas responsáveis foram orientadas para realizar adequações em 114 pontos identificados. Fios amontoados comprometem estética urbana e representam riscos e insegurança

Redação

A Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria de Eficiência (Sefic), identificou 114 pontos com necessidade de ajustes em fios soltos. As empresas responsáveis foram comunicadas para que realizem as adequações.

Segundo a Prefeitura, a maioria dos casos envolve grande quantidade de fios soltos ou amontoados, o que além de comprometer a estética urbana, pode representar riscos à população.

Segundo o gerente de operações da Sefic, João Peres Teodoro Rodrigues, 95 empresas já foram mapeadas na capital. "A Lei nº 8.785, de 2016, estabelece diretrizes para o ordenamento dos cabos e fios. Estamos atuando de forma contínua para conscientizar os responsáveis sobre a importância da correta instalação e manutenção desses materiais", afirma.

Energia

Além da poluição visual, os fios soltos representam riscos à população, principalmente se estiverem energizados. "A gente não sabe se determinado fio está energizado ou não. Mesmo que sejam fios de telefonia ou dados, se estiverem em contato com a rede elétrica, podem causar acidentes graves, até tragédias", alerta João Peres.

Joao Peres destaca que a população pode colaborar informando locais com fios soltos ou irregulares. No aplicativo da Prefeitura, é preciso clicar no link @156, ir até a área de ocupação de calçadas e registrar o ponto exato.

Aparecida inaugura hoje Restaurante do Bem do Jardim Ipiranga

Redação

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, a coordenadora do Goiás Social e presidente de honra da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), primeira-dama Gracinha Caiado, e o prefeito de Aparecida, Leandro Vilela, inauguram nesta quarta-feira, 23, às 11h, o primeiro Restaurante do Bem de Aparecida de Goiânia.

Localizada na Avenida Independência, no Jardim Ipiranga, a unidade é fruto da articulação entre a Prefeitura e o Governo de Goiás para ampliar as políticas públicas de segurança alimentar no município.

A unidade foi anunciada pela primeira-dama Gracinha Caiado em janeiro, durante sua primeira visita oficial à cidade na atual administração. "A inauguração do Restaurante do Bem é um marco que pedi durante a campanha e que agora se torna realidade. É um benefício concreto que vai garantir alimentação de qualidade para milhares de pessoas todos os dias", diz Leandro Vilela.

Esta será a 16ª unidade do programa em funcionamento no Estado e atenderá até 1,3 mil pessoas por dia, de segunda a sexta-feira, com refeições completas ao preço de R$ 2. O espaço conta com acessibilidade, ambiente climatizado, TVs, mobiliário novo, sanitários adaptados e equipe técnica capacitada para garantir a qualidade dos alimentos e do atendimento.

De acordo com o Governo de Goiás, o investimento na nova unidade foi de cerca de R$ 3,4 milhões. O cardápio das refeições é elaborado por nutricionistas, com preparo iniciado diariamente às 6h, em cozinhas instaladas dentro do próprio restaurante, obedecendo às normas da Anvisa.

Fio Direto

CLOVES REGES
clovesreges@gmail.com

Não volta

Integrantes do espectro da direita avaliam que Eduardo Bolsonaro, que está nos EUA, não voltará ao seu país, porque teme ter o passaporte apreendido pelo STF, já que estaria conspirando contra a soberania do Brasil.

E aí?

Trabalhando para voltar à base governista, com vistas às eleições de 2026, o senador Vanderlan Cardoso (PSD) vê com reservas notícias de que o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) estaria buscando filiação ao seu partido.

Bastidores

Segundo notícias de bastidores, Marconi Perillo trabalha para efetivar a fusão do seu PSDB com o Podemos, e tão logo isso ocorra ele pretende se filiar ao PSD, num acerto direto com o presidente nacional da sigla, Gilberto Kassab.

Gratuito

De acordo com o governo Lula, é falso que o Sistema do Cadastro Nacional de Animais Domésticos (SinPatinhas) tenha taxas ou acarrete em alguma cobrança de imposto. O programa é voluntário, gratuito e sem impostos.

STF

O presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, lembrou, em nota à revista The Economist, que recente pesquisa Datafolha aferiu que a Suprema Corte tem a aprovação de 59% dos brasileiros.

Julgamento

A Primeira Turma do STF, em sessão realizada ontem, julgou procedente a denúncia contra mais seis ex-integrantes do governo de Jair Bolsonaro, que, segundo a PGR, se envolveram no plano de golpe de Estado.

Centro

O centro de Goiânia é, sem dúvidas, um dos principais gargalos que a gestão de Sandro Mabel (UB) vai enfrentar. É assustadora a degradação dessa parte da cidade. É urgente que ações efetivas sejam tomadas para solucionar o problema.

Caiado chama atenção para desordem institucional instalada no país

Em evento da Igreja Assembleia de Deus, em São Paulo, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, chamou a atenção para a urgência de se restaurar a integridade do presidencialismo no Brasil. O goiano disse ver com grande preocupação a invasão de prerrogativas entre os poderes. Para Caiado, sem uma clara delimitação das funções de cada poder, o sistema presidencialista se enfraquece, gerando instabilidade e insegurança jurídica. Ao defender a restauração do equilíbrio entre os Poderes, Caiado não apenas clama por respeito às regras democráticas, mas também reitera a necessidade de uma liderança presidencial comprometida com a nação, e não com interesses eleitorais pessoais. O ponto central de sua análise política é o apelo por um presidente que exerça a chefia do Executivo com coragem e desprendimento, guiado pelo bem coletivo e pela responsabilidade histórica de resgatar a confiança dos brasileiros nas instituições. Outro aspecto marcante do discurso de Caiado é o reconhecimento da importância dos líderes estaduais e municipais, reforçando o papel da Federação e a responsabilidade compartilhada pelo progresso do país. Ao se dirigir aos 5.563 municípios, Caiado reforça a ideia de que o Brasil se constrói a partir das bases, e que a reconstrução do presidencialismo exige a união de todas as esferas de poder.

Eduardo Bolsonaro teria sido vetado como candidato em 2026

De acordo com a coluna do jornal Estadão, assinada pela jornalista Roseann Kennedy e Landere Porcella, partidos do Centrão torcem o nariz para o nome de Eduardo Bolsonaro (PL-SP) como candidato da direita em 2026. Segundo o jornal, políticos do Centrão alegam que o diálogo com o filho do ex-presidente é praticamente impossível, e há temor que, se fosse eleito, Eduardo promoveria retaliações ao Congresso.

Surto de sanidade

A esperança é que Jair Bolsonaro transfira seu capital político a um aliado que tenha outro sobrenome, que não seja Bolsonaro. Segundo o Estadão, lideranças com forte influência nos grupos da direita teriam dito que esperam um "surto de sanidade" do ex-presidente na hora de escolher o seu sucessor, já que está inelegível até 2030. A preferência recai sobre Tarcísio de Freitas, de São Paulo, mas o nome de Ronaldo Caiado também é mencionado.

Ciro inclui Caiado entre os nomes da direita para disputa ao Planalto

Presidente nacional do PP entende que a direita, além de Bolsonaro, tem excelentes opções à disputa de 2026

Ciro Nogueira não descarta Caiado no campo da direita à disputa presidencial em 2026

Helton Lenine

Apesar de ressalvar que o preferido dos Progressistas para a corrida presidencial de 2026 é Jair Bolsonaro, o senador Ciro Nogueira (PI), presidente nacional do partido, inclui o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), entre as opções do campo à direita.

Em entrevista ao portal de Veja, o dirigente cita também os governadores Tarcísio de Freitas (SP) e Ratinho Jr (PR), além da senadora Tereza Cristina (PP) e familiares do ex-presidente, como Michelle Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro "Essa é a minha tese e vou aconselhar Bolsonaro a decidir até o final do ano".

Ao sugerir que Jair Bolsonaro é a maior liderança política do país, Ciro Nogueira diz que caberá ao ex-presidente escolher o principal adversário do PT de Lula para 2026. "Qualquer candidato que Bolsonaro apoie será viável. E eu espero estar ao seu lado para aconselhá-lo".

Sobre os ataques de 8 de janeiro de 2023 nas sedes dos três poderes em Brasília, o presidente do PP disse que não existe nenhum país que não entenda que as penas definidas pelo STF foram exageradas. "Não houve nada contra as instituições, não teve golpe. Temos que virar essa página. O próprio Supremo acha que as penas foram exageradas, tanto que a moça do batom (Débora Rodrigues dos Santos, que ficou conhecida por pichar a estátua do STF) está em casa. Outras pessoas estavam ali muito em razão da incompetência das forças policiais para proteger os prédios públicos. Existe um clamor das pessoas para que as penas sejam revistas".

O presidente do PP acredita que o ciclo de governo de Lula está chegando ao fim. "Acredito que, unida, a direita tem condições de lançar um candidato capaz de derrotar o PT e o Lula".

Justiça penhora salário de vereador para quitação de honorários

Portal Rota Jurídica

A 1ª Vara Cível, de Família, Sucessões e da Infância e Juventude de Goianésia autorizou a penhora de 30% do salário de um vereador para garantir o pagamento de honorários advocatícios decorrentes de declaração judicial no valor de valor total de R$ 183.597,36. A medida, deferida pelo juiz Élios Mattos de Albuquerque Filho, foi adotada no âmbito de cumprimento de decisão movida por um advogado.

No caso analisado, o executado aufere salários líquidos mensais de R$ 9.229,99, valor inferior ao limite legal de 50 salários mínimos. Contudo, o juiz ponderou que a constrição de 30% não comprometeria de forma desproporcional o sustento do concluído, autorizando, assim, o desconto em folha até a quitação integral do débito, cujo valor ultrapassa R$ 1,6 milhão.

Café da manhã

ULISSES **AESSE**

ulissesaesse6@gmail.com

O melhor

Adib Elias como vice de Daniel Vilela, na disputa ao governo em 2026, agrega e é uma ótima opção. Para não dizer, a mais acertada. Com liderança política e ascendência no Estado e em seu partido, o MDB, Adib reforçaria a campanha de Daniel com o peso de que uma candidatura a vice merece impor.

Memes

Até na morte do Papa as redes sociais tiram proveitos com seus memes inoportunos...

O fim

É sinal claro de que a humanidade ruiu nas coisas ruins e hoje pratica mais o mal do que o bem.

Carestia

A gasolina baixou de preço sem uma explicação. Depois subiu de novo. E a previsão é que a semana que vem suba mais ainda, numa gangorra sem fim. Descontrole, falta de ação do governo federal em impor uma política social de preços dos combustíveis para a população.

Sociais

A Petrobras não pode servir apenas a um grupo de acionistas. Pelo contrário, como a maior estatal do País, deve servir sim à maioria da população, com preços sociais dos combustíveis.

Esquisito

Muitas pessoas sem entender. O Papa participa da Missa da Páscoa e logo em seguida morre vítima de um AVC. Pelas imagens anteriores à sua morte, Papa Francisco estava se recuperando.

Cotados

Não há nenhum sacerdote brasileiro ou sul africano favorito para ocupar o lugar do Papa Francisco no Vaticano. Dessa vez, o Brasil e a África não passam nem perto dos nomes e das nações já cotadas para assumir o cargo. Da Itália, vários nomes.

Em segundo

Uma pesquisa do Instituto Paraná coloca a reeleição de Lula em dificuldade. Nela, Lula ficaria em segundo lugar, atrás de Bolsonaro, Michele ou Tarcísio

O mundo só melhora com o controle rigoroso das redes sociais

As pessoas não perceberam. As confusões sociais criadas ao longo dos dias, em todas as nações, provocando um entulhamento judicial em vários pontos do planeta, tem um causador comum: as redes sociais. Se não houver um controle rigoroso das mesmas, em todo o Planeta, o mundo girará em torno de um eixo do mal, eivado de conflitos e conflitos, numa balbúrdia e insubordinação social. Não há mais o que culpar. Enquanto o mundo gira nos conflitos, poucos, pouquíssimos bilionários lucram com essas confusões e desse caos . Antigamente, assim da insurgência das redes sociais, tudo era maravilhoso, lindo, mas não é assim mais, hoje. Pelo contrário. Sociedades mais desenvolvidas ou com mais recursos, já pensam nesse controle substancial, mais rigoroso. Hoje, a libertinagem das redes só favorecem aos que dela se utilizam para tirar proveito pessoal e criminoso. Já passou da hora do Brasil procrastinar o seu compêndio de controle sobre as redes. Pode ser um exemplo para o mundo. Que virão, virão! Mudanças, controles, são inexoráveis nesse momento. O mal não pode vencer o bem.

Grupo de dança da terceira idade

Com mais de duas décadas de dedicação à preservação da cultura lusitana, o Grupo Danças e Cantares Portugueses está em turnê pelo interior de Goiás. Formado por integrantes da melhor idade, o grupo já se apresentou em Goiânia, Caldas Novas no último fim de semana e esteve em Ipameri no último dia 16. A agenda segue movimentada, com novas apresentações previstas para São Miguel do Passa Quatro, Caldazinha, Aragoiânia e Santa Rosa de Goiás. Ao todo, são 21 integrantes — sete músicos e 14 dançarinos — com idade média de 74 anos. O mais jovem tem 66 anos e o mais experiente, 87. No repertório, músicas tradicionais acompanhadas por acordeão, percussão, violão, viola e cavaquinho, além de coreografias que resgatam as tradições do folclore português. O grupo conta com apoio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, por meio do Programa Nacional Aldir Blanc (PNAB), do Governo de Goiás.

A atriz Maria Gladys, que criou uma polêmica sobre seu estado de saúde financeira, está mais do que certa: 'Dinheiro não é para economizar, é para gastar'. Agora, é bom entender uma coisa. É preciso ter para gastar. Senão...

Hoje em dia são tantos chats de inteligência artificial que as pessoas precisam fazer um curso para saber como usar cada um e em qual situação.

A maldade contra os animais é tão grande, mas tão grande que tem gente matando, filmando e exibindo nas redes sociais como forma de obter um maior engajamento. No Rio de Janeiro, um foi preso.

Neymar, numa análise rápida, bem rasa, tem saído mais em notícias negativas do que positivas. Deixou de ser jogador, um craque, para ser um personagem.

'E rasgai o vosso coração, e não as vossas vestes, e convertei-vos ao Senhor vosso Deus; porque ele é misericordioso, e compassivo, e tardio em irar-se, e grande em benignidade, e se arrepende do mal', - Joel 2:13

'O ENFOQUE DADO NA MATÉRIA CORRESPONDE MAIS À NARRATIVA DOS QUE TENTARAM O GOLPE DE ESTADO DO QUE AO FATO REAL DE QUE O BRASIL VIVE UMA DEMOCRACIA PLENA, COM ESTADO DE DIREITO, FREIOS E CONTRAPESOS E RESPEITO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS', PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO

Dom João Justino relembra último encontro com Francisco no Vaticano

Religioso revela que o papa deixa um legado "imenso" em palavras, textos, discursos e em atitudes concretas

Dom João Justino e o Papa Francisco: igreja que evangeliza e se aproxima dos pobres

Redação

A missa em sufrágio pela alma do Papa Francisco, realizada na segunda-feira (21), na Catedral Metropolitana de Goiânia, foi conduzida pelo arcebispo metropolitano de Goiânia e pelo 1º vice-presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom João Justino, que falou sobre a relação próxima que manteve com Jorge Mario Bergoglio.

Papa Francisco foi lembrado por Dom Justino como um homem "lúcido, corajoso e profético". Segundo ele, o papa deixa um legado "imenso", não apenas em textos e discursos, mas principalmente em atitudes concretas e escolhas pastorais. "Deixa-nos um legado enorme nos seus ensinamentos escritos, nas suas pregações, mas principalmente nos seus gestos e decisões", afirmou.

Nomeado arcebispo da capital goiana em dezembro de 2021 por Francisco, Dom Justino recorda com carinho o momento em que recebeu a missão com uma carta emocionada ao pontífice. "Aceito esta nova missão renovando meu Sim a Deus e à Igreja".

O último encontro entre os dois ocorreu recentemente, em 6 de fevereiro deste ano, durante uma visita da presidência da CNBB ao Vaticano. O arcebispo contou que o papa, mesmo adoentado, recebeu a CNBB na Casa Santa Marta com atenção e serenidade. "Ele nos recebeu e já nos disse: 'Estou com uma bronquite e vou falar menos e mais ouvir'. Mesmo assim, esteve conosco por 40 minutos naquela manhã", relatou.

Durante uma audiência, Dom Justino levou ao papa uma imagem da Sagrada Família do Santuário Basílica de Goiânia. "Pedi que a abençoasse, pois aquela imagem circularia nas casas dos devotos e paroquianos. Ele fez isso com muito carinho", contornou.

Para Dom João Justino, o maior legado de Francisco é sua vivência do Evangelho. "Ele viveu o Evangelho como papa. Traduzia isso no cotidiano, em sua simplicidade, na misericórdia e no chamado constante à Igreja para se voltar ao essencial".

Câmara aprova aumento de pena por crime de injúria racial

Agência Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que aumenta a pena de injúria racial se o crime for cometido contra mulher e pessoa idosa. De autoria da deputada federal Silvye Alves (União), o texto será enviado ao Senado.

O Projeto de Lei 5701/23 foi aprovado com parecer favorável da deputada Daiana Santos e muda a lei que define os crimes de preconceito de raça e cor (7.716/89). Segundo a proposta, a pena base de reclusão de 2 a 5 anos e multa será aumentada de 1/3 a 2/3 se o crime for praticado contra idosos ou contra mulher.

Caiado participa da posse das diretorias da FGM e AGM e destaca união das entidades

Paulo Vitor (Jaraguá) presidirá a FGM pelos próximos quatro anos; já a AGM será comandada por Zé Délio (Hidrolândia), no biênio 2025/2026

Redação

O governador Ronaldo Caiado participou na tarde de ontem (22/4), em Goiânia, da solenidade de posse das novas diretorias da Federação Goiana de Municípios (FGM) e da Associação Goiana de Municípios (AGM). Pelos próximos quatro anos, o prefeito de Jaraguá, Paulo Vitor Avelar, presidirá a FGM. Já o prefeito de Hidrolândia, Zé Délio, estará à frente da AGM para o biênio 2025/2026. Pela primeira vez, as duas entidades realizaram uma cerimônia unificada de posse.

Ronaldo Caiado e Gracinha Caiado destacam união das entidades municipalistas

"Tudo aquilo que sempre almejei na minha vida está se realizando hoje (ontem) em relação à política municipalista. Essa é uma data extremamente relevante, é algo memorável em relação a esse nível de aglutinação de forças que construímos para chegar a esse resultado final, que é consagrador em relação à política de governo. Ou seja, governo do Estado e os 246 municípios trabalhando com o único objetivo, que é melhorar a vida dos goianos", destacou Caiado.

O evento, realizado no Palácio das Esmeraldas, reuniu cerca de 100 prefeitos, além de lideranças de todas as regiões do estado. Para a coordenadora do Goiás Social, primeira-dama Gracinha Caiado, esse feito se dá devido ao papel do chefe do Executivo goiano como um grande municipalista. "Hoje Ronaldo Caiado conta com o apoio da maioria dos prefeitos e as ações do Estado chegam a todos os municípios", frisou a primeira-dama.

Empossados reclamam de pacto federativo e pedem mais recursos para os municípios

Eleito em janeiro, em chapa única, Zé Délio recebeu apoio expressivo de vários gestores municipais. Em seu discurso de posse, o prefeito falou sobre o papel da instituição, que tem 66 anos de existência e tem "feito a diferença na vida dos municípios goianos, assessorando prefeitos e prefeitas nos mais longes quadrantes do Estado". A entidade segue com a missão de representar os interesses dos municípios goianos junto aos poderes estadual e federal.

Na FGM, Paulo Vitor foi eleito neste mês com mais de 90% dos votos válidos e irá comandar a entidade para o quadriênio 2025-2029. "Recebo este desafio com muita humildade. Vivemos um momento decisivo, de pautas severas que impactam diretamente a vida dos nossos municípios", relatou o prefeito de Jaraguá ao citar tópicos como a desoneração da folha, aumento dos repasses e o fortalecimento da autonomia municipal.

"Tenho certeza que o Paulo Vitor vai ser um grande presidente, ajudando todos os municípios", afirmou o ex-prefeito de Campos Verdes de Goiás, Haroldo Naves, que deixa o cargo. "As duas entidades estão unidas e com certeza vão permanecer assim", disse o ex-prefeito de Goianira, Carlão da Fox, que deixou a presidência da AGM.

Presente no evento, o vice-governador Daniel Vilela desejou sucesso aos empossados e falou sobre a importância do trabalho em conjunto das entidades. "Esse trabalho em parceria faz com que tenhamos uma representação qualificada dos prefeitos no Estado de Goiás", salientou.

A nova diretoria da FGM reúne representantes de todas as regiões do estado, incluindo nomes como Allan Paes Xavier (Crixás), Ana Paula Lima de Oliveira Machado (Rio Quente), Marcelo Martins de Paiva (Anhanguera), Claudiomar Contin Portugal (Acreúna) e Argemiro Rodrigues Santos Neto (Caiapônia), entre outros. Também compõe a nova diretoria da AGM os prefeitos de Trindade, Marden Júnior (1º vice-presidente); de Caiapônia, Argemiro Rodrigues (2º vice-presidente); além dos demais membros dos conselhos deliberativos, de ética e avaliação.

Primeira Turma do STF torna réus mais seis envolvidos na trama golpista de 2022

FolhaPress

A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) tornou réus, por unanimidade, ontem (22) mais seis envolvidos na trama golpista de 2022. Assim, até o momento, 13 acusados vão responder a processo penal na corte.

O colegiado analisou a denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) contra o núcleo 2 da tentativa de golpe de Estado que manteria o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no poder a partir de 2023.

Os ministros Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin acompanharam integralmente o voto do relator, Alexandre de Moraes, que aceitou a denúncia contra os seis integrantes do núcleo 2 da denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República).

Bolsonaro e outros 7 foram tornados réus há um mês.

Agora, Fernando de Souza Oliveira (ex-integrante do Ministério da Justiça), Filipe Martins (ex-assessor internacional da Presidência), Marcelo Costa Câmara (ex-assessor da Presidência), Marília Ferreira (ex-integrantes do Ministério da Justiça), Mário Fernandes (ex-secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência) e Silvinei Vasques (ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal) também responderão a ação penal no Supremo.

Eles passam a ser réus por cinco crimes: tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado.

A Primeira Turma do STF analisou se há indícios de autoria e de materialidade nas acusações feitas pela PGR.

Com a denúncia considerada admissível pela corte, o andamento do processo penal propriamente dito tem início. Até aqui, o caso passou pelas fases de investigação e indiciamento pela Polícia Federal e produção da denúncia pela PGR.

A primeira etapa do processo é a de instrução, quando são colhidas mais provas e novos depoimentos, indicados tanto pela acusação quanto pela defesa. Os réus são os últimos a serem ouvidos.

Depois, a Primeira Turma da corte decidirá pela condenação ou absolvição. A expectativa é que isso ocorra até o fim deste ano, como uma forma de evitar que o julgamento coincida com o ano das próximas eleições presidenciais.

Ao fim, as partes podem apresentar recursos à decisão. As penas previstas chegam a mais de 40 anos de reclusão.

DM 45 ANOS

AgroGalaxy Participações S.A.

Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 21.240.146/0001-84

AGROGALAXY

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2024

Resultados Anual 2024

São Paulo, 22 de abril de 2025 - **AgroGalaxy Participações S.A. - Em Recuperação Judicial** ("AgroGalaxy" ou "Companhia") (B3: AGXY3) divulga seus resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os comentários aqui incluídos referem-se aos resultados consolidados que foram preparados de acordo com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards* Board (IASB). As informações financeiras, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas em milhares de reais, e as comparações são relativas ao ano de 2023. Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos.

Mensagem do Presidente

O ano de 2024 marcou um capítulo importante na trajetória do AgroGalaxy. Recentemente, a Companhia anunciou a aprovação do seu plano de Recuperação Judicial obtida com o apoio expressivo de mais de 80% dos credores. Esse resultado, fruto de um processo rigoroso e desafiador, reafirma seu compromisso com a transparência e a retomada de uma das maiores revendas de insumos agrícolas no país. Neste novo ciclo, o AgroGalaxy reforça seu compromisso com os valores essenciais que norteiam sua atuação: levar ao produtor rural a melhor solução agronômica com simplicidade, proximidade e eficiência. Esses princípios seguirão orientando a gestão, com foco no fortalecimento do relacionamento com os clientes, na rentabilidade, na geração de caixa e no crescimento sustentável. A aprovação deste plano representa não apenas a reestruturação das dívidas, mas também uma oportunidade concreta de reorganizar e otimizar o modelo de negócios. A Companhia mantém confiança em seus colaboradores, na solidez de sua estratégia e na capacidade de execução. O esforço está direcionado na otimização do capital de giro e na garantia de uma operação saudável e rentável. Nesse contexto, estão sendo adotadas medidas firmes, como a melhoria da qualidade da carteira de clientes, o aumento da eficiência na cobrança, a diversificação com a atuação em regiões com menor exposição ao risco climático e a gestão eficiente dos estoques - com responsabilidade na alocação de capital e garantindo a disponibilidade de insumos aos produtores. O plano aprovado contempla diferentes alternativas de pagamento aos credores parceiros, o que permitirá a construção de cenários mais precisos e a definição clara do valor final da dívida reestruturada. A Companhia também continuará atenta a oportunidades de monetização de ativos, como a venda de carteiras de recebíveis, estratégia já em execução para reforço da liquidez. Ainda há muito a ser feito e o AgroGalaxy está preparado para escrever este novo capítulo na sua história, reafirmando seu compromisso com um futuro mais sólido, eficiente e alinhado às necessidades agronômicas de agricultores de norte a sul do país. Essas conquistas só foram possíveis graças ao apoio incondicional de nossos colaboradores, fornecedores e produtores rurais - pilares fundamentais da nossa operação.

Eron Martins, Presidente

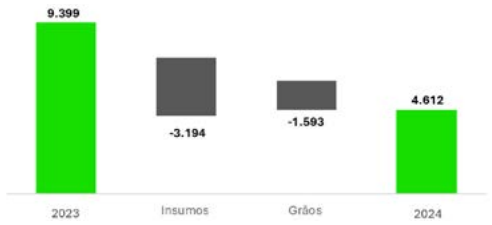
Eventos Subsequentes

Aprovação do Plano de Recuperação Judicial: A Companhia aprovou em 10 de abril, em Assembleia Geral de Credores (AGC), seu Plano de Recuperação Judicial com apoio expressivo de 82,4% dos créditos votantes, totalizando 1.376 votos favoráveis, 34 contrários e 23 abstenções. O plano prevê condições especificas para "credores parceiros" que apoiarem a reestruturação da Companhia, com pagamento integral, sem deságio, a ser iniciado com dois anos de carência e prazo total de dez anos para quitação. Além disso, o plano oferece opções de pagamento para os "credores parceiros", os quais se comprometem ainda a não litigar contra a empresa e continuar e/ou retomar o fornecimento de insumos. Uma vez aprovado, o plano está submetido à homologação pelo juízo da 19ª Vara Cível e Ambiental de Goiânia. O próximo passo, será aguardar a adesão pelos credores parceiros às condições de pagamento previstas no plano, o que permitirá à empresa estimar o valor final da dívida e o respectivo fluxo de desembolso/pagamentos. **Proposta Vinculante para Aquisição de Créditos:** A Companhia avançou significativamente em sua estratégia de gestão de liquidez, celebrando, em 21 de janeiro de 2025, um memorando de entendimentos para a potencial venda de um portfólio de dívidas vencidas, com o objetivo de otimizar sua estrutura de capital. A operação envolve a cessão de créditos inadimplidos e não judicializados, provenientes da revenda de insumos agrícolas aos seus clientes. Em 31 de março de 2025, foi protocolada, no processo de Recuperação Judicial, uma proposta vinculante para a aquisição desses créditos, que totalizam cerca de R$683 milhões, incluindo créditos vencidos e não pagos. O pagamento será composto por uma parte fixa, calculada com base no valor de face dos créditos, e uma parte contingente, correspondente a 50% do valor destes créditos que vier a ser recuperado. A operação é uma etapa fundamental para reforçar a recuperação econômica da Companhia e melhorar sua posição financeira e encontra-se regulamentada no plano de Recuperação Judicial da Companhia, aprovado em 10 de abril de 2025, pela Assembleia de Credores. **Grupamento de Ações:** Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia comunicou que seu Conselho de Administração aprovou a submissão de proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias de sua emissão à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2025. A proposta teve como principal objetivo adequar a cotação das ações ordinárias ao disposto no Regulamento de Emissores da B3, contribuindo para a promoção de um mercado secundário mais eficiente, equilibrado e justo. Na referida assembleia, foi aprovado o grupamento das ações ordinárias na proporção de 15:1, que resultará em um total de 16.969.571 ações ordinárias após a conclusão do processo, prevista para 5 de maio de 2025. Importante destacar que o capital social da Companhia não sofreu alteração.

Resultados 2024 vs. 2023

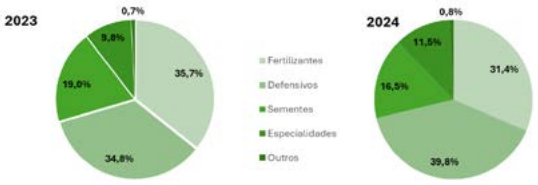
Receita Líquida

Em 2024, a receita líquida totalizou R$ 4,6 bilhões, uma queda de 51% em relação a 2023. Da queda reportada em Insumos, a maior parte foi em fertilizantes, principalmente devido às restrições impostas pelo advento da Recuperação Judicial, que afetaram as operações de compra e entrega. Como resultado, os pedidos foram ajustados para refletir a nova realidade operacional. Os segmentos de sementes e defensivos também apresentaram redução no período, no entanto, em função de uma gestão eficaz de estoques e produção própria, foi possível manter o fornecimento de produtos essenciais aos clientes, minimizando o impacto da redução. Adicionalmente, a receita de grãos recuou 39% em 2024 em relação a 2023.

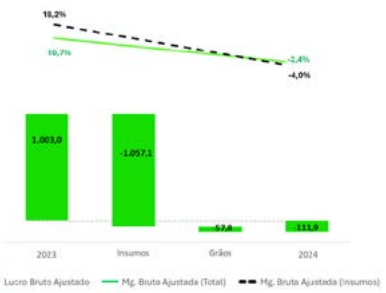


Mix de Receita de Insumos

O segmento de especialidades, que apresenta a maior margem, ficou em 11,5% do mix em 2024. O maior avanço foi em defensivos que apresentou ganho de participação no mix de insumos em 2024 atingindo 39,8% do mix (+5 p.p.), grande parte desse ganho de mix veio da redução da representatividade de fertilizantes e sementes. Em função das restrições de crédito impostas pelo advento da Recuperação Judicial, houve uma adaptação significativa no mix de produtos. Essa mudança resultou em um foco maior em itens que a Companhia já possuía em estoque, como defensivos, especialidades e sementes próprias. Embora o cancelamento de alguns pedidos tenha impactado a variedade do mix, a Companhia tem trabalhado para ajustar seu portfólio de forma estratégica, priorizando o atendimento às necessidades imediatas do mercado, mesmo diante da restrição de crédito com fornecedores.



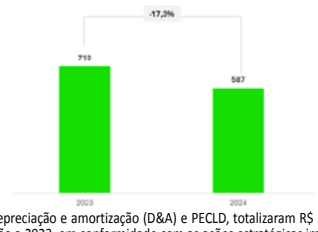
Lucro Bruto ajustado*



* Lucro bruto ajustado: desconsidera os ganhos ou perdas com variação no valor justo de commodities e depreciação/ amortização e considera os ganhos ou perdas com variação cambial ajustados no EBITDA para fins de apuração da margem. Em 2024, a margem bruta ajustada de insumos ficou negativa em 4,0% e a margem bruta ajustada (total) ficou negativa em 2,4%. O Lucro bruto ajustado foi negativo em R$ 112 milhões vs. R$ 1,0 bilhão positivos em 2023. A variação negativa na margem bruta de insumos decorre, primordialmente, devido a (i) ajuste de valor de mercado de estoque de produtos; (ii) provisão de royalties de sementes; e (iii) baixa de estoque de sementes não escoadas. A margem ficou abaixo do esperado devido à concentração de vendas à vista, ao contrário do habitual prazo safra. Nossa estratégia se concentrou na venda de produtos com maior estoque, o que impactou negativamente as margens.

SG&A ajustado - Despesas com Vendas, Administrativas e Gerais

SG&A (R$ milhões) ex- D&A e PECLD



As despesas, excluindo depreciação e amortização (D&A) e PECLD, totalizaram R$ 587 milhões em 2024, uma redução de 17% em relação a 2023, em conformidade com as ações estratégicas implementadas para refletir o novo momento da Companhia. Como parte de estratégia de reestruturação, a Companhia realizou uma redistribuição de atividades entre os líderes, para focar em oportunidades de crescimento e melhorar a eficiência. Embora isso tenha resultado na redução de posições de liderança, a Companhia segue confiante em manter o mesmo nível de desempenho de vendas já alcançado em anos anteriores. Adicionalmente, após realizar uma análise detalhada das lojas e com seleção de apenas as que melhor se alinham a estratégia de crescimento sustentável da Companhia, houve uma redução de lojas, silos, CTA's e unidades de sementes. Essas mudanças possibilitam o foco em oportunidades de expansão e melhorias na eficiência operacional.

EBITDA Ajustado*

O EBITDA ajustado ficou negativo em R$ 1,6 bilhão em 2024. A queda do EBITDA decorre da redução de receita e, consequentemente, menor lucro bruto ajustado.

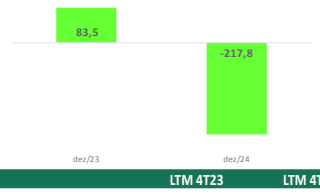
*EBITDA ajustado e Prejuízo líquido ajustado: os ajustes realizados são demonstrados na seção Ajustes no Resultado.

Prejuízo Líquido Ajustado*

Em 2024, o prejuízo ajustado foi de R$ 2,5 bilhões, decorrente do resultado operacional da Companhia em Recuperação Judicial.

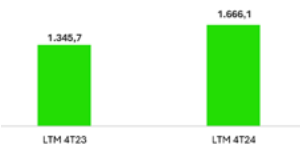
*EBITDA ajustado e Prejuízo líquido ajustado: os ajustes realizados são demonstrados na seção Ajustes no Resultado.

Geração (Consumo) Operacional de Caixa (R$ mi)



Dias de Giro - Total	LTM 4T23	LTM 4T24	Δ
Ativo			
Prazo Médio de Recebimento	123	88	35
Prazo Médio de Estocagem	36	17	19
Ciclo Operacional	**159**	**105**	**53**
Passivo			
Prazo Médio de Pagamento	139	199	-60
Dias de Ciclo de Caixa	**19**	**-94**	**113**

Dívida Líquida Ajustada (R$ milhões)



A dívida líquida ajustada* totalizou R$ 1,7 bilhão no encerramento de 2024, um aumento de 24% vs. o mesmo período de 2023.

**Dívida líquida considerada empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento veículos/ outros, bem como, obrigações com título securitizados CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio - que são classificadas como dívida no Passivo circulante e refere-se a operações de títulos de clientes colocados no mercado para financiar o produtor rural, deduzido do caixa e equivalente de caixa e ativos financeiros.*

Ajustes nos resultados

O **EBITDA ajustado** é impactado pelo efeito caixa das contraprestações pagas de arrendamento de imóveis (lojas) no período e não considera: (i) MTM *commodities:* ganhos ou perdas com variação no valor justo de *commodities*, uma vez que a marcação de valor justo no fechamento de cada exercício não afeta o caixa e não representa o resultado de compra e venda; (ii) variação cambial de operações de hedge realizadas com o propósito de proteção da receita ou do custo dos produtos; (iii) itens não-recorrentes (e.g. substancialmente, desinvestimentos, despesas com consultoria de reestruturação, encerramento de lojas, ajustes na estrutura de vendas/ administrativa e provisões de despesas, em função da Recuperação Judicial); e (iv) financeiro comercial: juros passivos, juros ativos, descontos concedidos e descontos obtidos. Além dos itens (i), (ii) e (iii) mencionados acima, o **lucro líquido ajustado** exclui do cálculo: (v) a amortização da mais valia na combinação de negócio; (vi) variação cambial não liquidada (accrual e MTM); (vii) os efeitos do CPC 06/IFRS 16 e outros; e (viii) os impactos de IR/CS diferidos. Para mais informações sobre as reconciliações de Lucro (Prejuízo) Líquido, Lucro Bruto e EBITDA ajustados, acessar o Anexo I ou o site de RI da Companhia/Release: Central de Resultados - AgroGalaxy RI

Anexo I - Reconciliações EBITDA, Lucro Líquido e Lucro Bruto Ajustados

Lucro Bruto* (Em milhares de R$)	4T23	4T24	Var. %	YTD 4T23	YTD 4T24	Var. %
Lucro (prejuízo) bruto*	**244.993**	**-17.714**	**n.m.**	**968.868**	**-58.088**	**n.m.**
(+/-) Valor justo commodities e mais valia [1]	164.969	-58.111	n.m.	11.975	-14.587	n.m.
(+/-) Variação cambial operacional [3]	-	-	n.m.	-	-	n.m.
(+/-) IFRS16 Silos e Outras Rec/Desp	-12.883	-26.369	104,7%	22.164	-39.231	n.m.
Margem Bruta Ajustada	**397.079**	**-102.194**	**n.m.**	**1.003.007**	**-111.906**	**n.m.**
% Margem Bruta Ajustada	16,5%	-13,8%	-30,2 p.p.	10,7%	-2,4%	-13,1 p.p.

(*) Desconsidera depreciação/amortização.

EBITDA (Em milhares de R$)	4T23	4T24	Var. %	YTD 4T23	YTD 4T24	Var. %
EBITDA Contábil	**124.839**	**-239.757**	**-292%**	**352.776**	**-1.813.249**	**-614%**
% receita líquida	5,2%	-32,4%	-3753%	3,8%	-39,3%	-4307%
(+/-) Valor justo commodities [1]	164.969	-58.111	n.m.	11.975	-14.587	n.m.
(-) CPC 06(R2)/IFRS 16 imóveis [2]	-13.834	11.266	n.m.	-52.614	-24.146	-54%
(+/-) Variação cambial operacional [3]	-	-	n.m.	-	-	n.m.
(+/-) Receita e despesas não recorrentes [4]	5.725	80.338	1303%	30.076	229.492	663%
EBITDA do período Ajustado	**281.698**	**-206.264**	**-173%**	**342.212**	**-1.622.490**	**-574%**
% Margem EBITDA Ajustado	11,7%	-27,8%	-39,5 p.p.	3,6%	-35,2%	-38,8 p.p.

Lucro (Prejuízo) Líquido (Em milhares de R$)	4T23	4T24	Var. %	YTD 4T23	YTD 4T24	Var. %
Lucro (prejuízo) Líquido do período	**88.547**	**-403.745**	**n.m.**	**-367.292**	**-3.020.012**	**722%**
(+/-) Valor justo commodities	214.585	9.714	-95%	52.068	53.266	2%
(-) CPC 06(R2)/IFRS 16 imóveis	1.052	5.989	470%	3.361	11.145	232%
(+/-) Variação cambial não liquidada	-5.995	16.635	n.m.	35.260	40.548	15%
(-) Amortização mais valia combinação de negócio	4.863	-1.970	n.m.	19.451	18.264	-6%
(+/-) Receita e despesas não recorrentes[4]	8.590	83.615	873%	23.085	235.725	921%
(+/-) IR/CS - não recorrente e diferido	-203.714	-2.647	-99%	-100.478	178.290	n.m.
Lucro (prejuízo) Líquido do período Ajustado	**107.928**	**-292.409**	**n.m.**	**-334.545**	**-2.482.774**	**642%**
% Margem Lucro Ajustado	4,5%	-39,5%	-43,9 p.p.	-3,6%	-53,8%	-50,3 p.p.

[1] Ajustado conforme: *(1) Variação do valor justo das commodities, classificado como receita ou custo operacional, porém sem a efetiva venda ou compra dos estoques. (2) O impacto do CPC06(R2)/IFRS16, que se refere -aos pagamentos de aluguéis de imóveis, que, a partir da adoção inicial em 2019, deixaram de ser contabilizados como despesa operacional na forma de aluguel e passaram a compor o resultado através da depreciação/amortização do direito ao uso e pela despesa financeira de juros apropriados ao longo do prazo do contrato. (3) Variação cambial refere-se a valores liquidados que se encontram classificados no resultado financeiro e tem como origem ganho ou perda operacional. (4) Receita e/ou despesas consideradas de natureza não usuais ou eventuais tais quais, substancialmente:* desinvestimentos, despesas com consultoria de reestruturação, encerramento de lojas, ajustes na estrutura de vendas/administrativa e provisões de despesas, em função da Recuperação Judicial. [2] Desconsidera os ganhos ou perdas com variação no valor justo de commodities e contratos a termos, variação cambial não liquidada (accrual e MTM), a amortização da mais valia na combinação de negócio, efeitos do CPC 06/IFRS 16 imóveis e as despesas e receitas não recorrentes, além dos impactos de IR/CS diferidos e/ou créditos extemporâneos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**22.377**	190.182	**475.482**	738.306
Ativos financeiros	5			**60**	309.105
Contas a receber de clientes	6			**988.142**	3.327.372
Estoques	7			**223.818**	839.835
Tributos a recuperar	9		546	**97.689**	67.658
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		**1.997**	4.380	**1.997**	47.187
Instrumentos financeiros derivativos	22.4.3.3				34.687
Outros ativos com partes relacionadas	21.1		80.684		
Outros ativos	3.2.30	**9.567**	3.954	**24.528**	189.317
Total do ativo circulante		**33.941**	279.746	**1.811.716**	5.553.467
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Ativos financeiros	5	**172.452**	108.819	**175.860**	125.476
Contas a receber de clientes	6			**255.594**	237.432
Tributos a recuperar	9			**61.516**	93.990
Imposto de renda e contribuição social a recuperar				**56.661**	1.184
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2				188.874
Instrumentos financeiros derivativos	22.4.3.3				209
Depósitos judiciais	18			**6.231**	6.242
Outros ativos com partes relacionadas	21.1	**187.610**			
Outros ativos	3.2.30	**13.129**	5.428	**67.834**	41.736
		373.191	114.247	**623.696**	695.143
Investimentos	10.2	**258.053**	1.418.871	**3.346**	1.320
Imobilizado	11		1.139	**172.415**	219.657
Intangível	12	**2.850**	60.650	**934.510**	1.071.336
Direito de uso	13.1			**93.078**	173.093
Total do ativo não circulante		**634.094**	1.594.907	**1.827.045**	2.160.549
TOTAL DO ATIVO		**668.035**	1.874.653	**3.638.761**	7.714.016

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	14	**2.464**		**2.276.800**	3.053.457
Empréstimos e financiamentos	15			**1.443.126**	1.473.969
Contas a pagar de arrendamentos	13.2			**50.394**	69.918
Obrigações por cessão de crédito	16	**482.835**	469.731	**617.140**	946.816
Instrumentos financeiros derivativos	22.4.3.3			**36.868**	21.202
Adiantamentos de clientes	17	**2.267**		**78.541**	362.204
Outros passivos com partes relacionadas	21.1	**192.620**		**184.638**	
Outros passivos	3.2.30	**30.186**	43.756	**521.995**	219.620
Total do passivo circulante		**710.372**	513.487	**5.209.502**	6.147.186
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	14			**6.653**	256
Contas a pagar de arrendamentos	13.2			**48.487**	96.115
Instrumentos financeiros derivativos	22.4.3.3			**599**	
Provisão para passivos judiciais	18			**15.244**	8.304
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2			**59.417**	70.001
Adiantamento para futuro aumento de capital	21.1		150.000		150.000
Provisão para perda de investimentos em controladas	10.4	**1.631.997**			
Outros passivos com partes relacionadas	21.1	**44.530**	38.017		38.017
Outros passivos	3.2.30	**26.177**	59.764	**44.498**	67.475
Total do passivo não circulante		**1.702.704**	247.781	**174.898**	430.168
TOTAL DO PASSIVO		**2.413.076**	761.268	**5.384.400**	6.577.354
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / (PASSIVO A DESCOBERTO)	19				
Capital social		**951.632**	789.221	**951.632**	789.221
Reservas de capital		**490.944**	490.944	**490.944**	490.944
Ações em tesouraria		**(34.037)**	(34.037)	**(34.037)**	(34.037)
Ajustes de avaliação patrimonial		**(2.715)**	21.984	**(2.715)**	21.984
Prejuízos acumulados		**(3.150.865)**	(154.727)	**(3.150.865)**	(154.727)
Patrimônio líquido / (passivo a descoberto) de acionistas da Companhia		**(1.745.041)**	1.113.385	**(1.745.041)**	1.113.385
Participação de acionistas não controladores				**(598)**	23.277
Total do patrimônio líquido / (passivo a descoberto)		**(1.745.041)**	1.113.385	**(1.745.639)**	1.136.662
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**668.035**	1.874.653	**3.638.761**	7.714.016

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / (PASSIVO A DESCOBERTO)

	Atribuível aos acionistas da Companhia										
	Capital social					Reservas de lucros					
	Capital social	Custo com emissão de ações	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva para investimento	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido / (passivo a descoberto) dos acionistas da Companhia	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido / (passivo a descoberto)
31/12/2022	**838.717**	**(49.496)**	**490.944**	**(34.037)**	**19.496**	**12.962**	**206.446**		**1.485.032**	**16.434**	**1.501.466**
(Reversão)/pagamento baseado em ações (nota 20.1.3)					2.488				2.488		2.488
Resultado do exercício								(374.135)	(374.135)	6.843	(367.292)
Absorção de prejuízo (nota 18.6)						(12.962)	(206.446)	219.408			
31/12/2023	**838.717**	**(49.496)**	**490.944**	**(34.037)**	**21.984**			**(154.727)**	**1.113.385**	**23.277**	**1.136.662**
Aumento de capital de acionista (notas 1.4.3 e 21.1)	162.411								162.411		162.411
(Reversão)/pagamento baseado em ações (nota 20.1.3)					(11.316)				(11.316)		(11.316)
Efeito reflexo de controladas (nota 10.4)					(13.383)				(13.383)		(13.383)
Resultado do exercício								(2.996.138)	(2.996.138)	(23.874)	(3.020.012)
31/12/2024	**1.001.128**	**(49.496)**	**490.944**	**(34.037)**	**(2.715)**			**(3.150.865)**	**(1.745.041)**	**(598)**	**(1.745.639)**

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	24			**4.612.367**	9.399.096
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	25			**(4.674.048)**	(8.430.991)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO				**(61.681)**	968.105
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	25			**(1.196.547)**	(343.292)
Gerais e administrativas	25	**(20.266)**	(42.915)	**(387.635)**	(413.784)
Resultado de equivalência patrimonial	10.4	**(2.793.005)**	(250.271)		
Outras, líquidas	25	**(84.956)**	1.443	**(328.368)**	(5.673)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(2.898.227)**	(291.743)	**(1.974.231)**	205.356
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas	26	**(127.567)**	(96.478)	**(1.175.194)**	(1.218.960)
Receitas	26	**29.303**	14.069	**400.875**	599.658
Variações monetárias, cambiais e valor justo, líquidas	26	**353**	17	**(93.049)**	(74.543)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(2.996.138)**	(374.135)	**(2.841.599)**	(488.489)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	8.1			**(123)**	(12.865)
Diferidos	8.1			**(178.290)**	134.062
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(2.996.138)**	(374.135)	**(3.020.012)**	(367.292)
Atribuível à					
Acionistas da Controladora		**(2.996.138)**	(374.135)	**(2.996.138)**	(374.135)
Acionistas não controladores				**(23.874)**	6.843
Resultado do exercício por ação					
Básico - R$	27.1			**(14,2535)**	(2,2346)
Diluído - R$	27.2			**(14,2535)**	(2,2346)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Resultado líquido do exercício	**(2.996.138)**	(374.135)	**(3.020.012)**	(367.292)
Outros resultados abrangentes				
	(2.996.138)	(374.135)	**(3.020.012)**	(367.292)
Atribuível à				
Acionistas da Controladora			**(2.996.138)**	(374.135)
Acionistas não controladores			**(23.874)**	6.843

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
1 - RECEITAS					
Vendas de produtos, mercadorias e serviços	24			**4.647.513**	9.457.884
Provisão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	25			**(923.235)**	49.604
				3.724.278	9.507.488
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos				**(4.694.661)**	(8.522.100)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		**(100.130)**	(16.694)	**(497.598)**	(151.115)
		(100.130)	(16.694)	**(5.192.259)**	(8.673.215)
3 - VALOR (DEDUZIDO)/ADICIONADO BRUTO (1-2)		**(100.130)**	(16.694)	**(1.467.981)**	834.273
4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	25	**(2.547)**	(923)	**(160.983)**	(147.420)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)		**(102.677)**	(17.617)	**(1.628.964)**	686.853
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado da equivalência patrimonial	10.4	**(2.793.005)**	(250.271)		
Receitas financeiras, variações cambiais ativas e ganho no valor justo		**29.656**	14.086	**579.342**	1.354.329
Outros valores - Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1			**(178.290)**	134.062
		(2.763.349)	(236.185)	**401.052**	1.488.391
7 - VALOR (DEDUZIDO)/ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO		**(2.866.026)**	(253.802)	**(1.227.912)**	2.175.244
Pessoal		**810**	21.108	**275.905**	411.653
Remuneração direta		**(633)**	10.877	**211.468**	329.230
Benefícios		**1.443**	10.231	**40.508**	59.049
FGTS				**23.929**	23.374
Impostos, taxas e contribuições		**1.527**	2.744	**57.678**	76.442
Federais		**1.527**	2.744	**28.400**	57.690
Estaduais				**27.244**	16.140
Municipais				**2.034**	2.612
Remuneração do capital de terceiros		**127.775**	96.481	**1.458.517**	2.054.441
Juros provisionados, variações cambiais passivas, aluguéis e outros		**127.775**	96.481	**1.458.517**	2.054.441
Remuneração de capitais próprios		**(2.996.138)**	(374.135)	**(3.020.012)**	(367.292)
Resultado do exercício		**(2.996.138)**	(374.135)	**(2.996.138)**	(374.135)
Participação de acionistas não controladores				**(23.874)**	6.843
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR (DEDUZIDO)/ ADICIONADO		**(2.866.026)**	(253.802)	**(1.227.912)**	2.175.244

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua...

... continuação

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(2.996.138)**	(374.135)	**(2.841.599)**	(488.489)
Ajustes por					
Depreciação e amortização	25	**2.547**	923	**160.983**	147.420
Ajuste a valor presente		**3.054**	(3.795)	**(68.304)**	13.767
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	26			**29.670**	30.752
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizado, líquido		**1.357**		**4.557**	(7.416)
Provisão/(reversão) para perda estimada nos estoques, líquida	25			**48.711**	(10.047)
Resultado de equivalência patrimonial	10.4	**2.793.005**	250.271		
Ganho no valor justo de contratos a termo pela marcação à mercado - *commodities* agrícolas	25			**(66.462)**	(57.545)
Perda no valor justo de contratos a termo pela realização - *commodities* agrícolas	26			**57.860**	29.530
(Ganho)/perda com instrumentos financeiros derivativos, líquidos	26			**(32.406)**	72.556
Despesas com juros apropriados e amortização de custos de transação	26			**193.689**	259.982
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	15.2			**6.405**	6.792
(Reversão)/pagamento baseado em ações	20.1.3	**(11.316)**	2.488	**(11.316)**	2.488
Provisão/(reversão) de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	25			**923.235**	(49.604)
Provisão para passivos judiciais	18.1			**10.082**	(6.961)
Provisão para perdas de ativos intangíveis	25	**63.994**		**91.657**	
Provisão de distrato e baixa de ativos	25			**99.566**	
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Partes relacionadas				**18.051**	1.355
Contas a receber de clientes				**1.492.731**	1.302.050
Estoques				**670.041**	932.251
Adiantamento a fornecedores		**(168)**	271	**120.255**	270.771
Tributos a recuperar		**2.929**	(1.715)	**(7.844)**	(56.018)
Outros ativos		**236**	(1.009)	**16.421**	11.218
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Partes relacionadas				**59.539**	(1.204)
Fornecedores e outras contas a pagar		**2.464**	(627)	**(1.036.839)**	(1.959.554)
Tributos a recolher		**1.908**	(218)	**36.629**	(1.648)
Salários e encargos sociais		**2.469**	(5.048)	**(33.276)**	(31.140)
Adiantamento de clientes e outros passivos		**46.613**	138.185	**141.165**	324.232
Caixa (aplicado nas)/gerado pelas operações		**(87.046)**	5.591	**83.201**	735.538
Pagamento de imposto de renda e contribuição social				**(147)**	(14.017)
Pagamento de juros	15.2 e 16.2	**(48.170)**	(83.366)	**(300.870)**	(638.033)
Caixa líquido (aplicado nas)/gerado pelas atividades operacionais		**(135.216)**	(77.775)	**(217.816)**	83.488
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Adições de imobilizado	11	**(283)**	(563)	**(32.625)**	(89.199)
Adições de intangível	12	**(7.206)**	(32.582)	**(20.358)**	(74.489)
Recebimentos por venda de ativo imobilizado				**15.288**	16.026
Aumento de capital em controlada	10.4	**(13.573)**			
Resgate de (aplicações em) ativos financeiros		**(63.633)**	(108.819)	**258.661**	(236.961)
Outros ativos e outros passivos com partes relacionadas	21.1	**(106.926)**	(83.110)		36.207
Caixa líquido (aplicado nas)/gerado pelas atividades de investimentos		**(191.621)**	(225.074)	**220.966**	(348.416)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Empréstimos e financiamentos captados	15.2			**889.210**	1.936.273
Empréstimos e financiamentos captados - partes relacionadas	21.1	**146.621**		**146.621**	1.810
Obrigações por cessão de crédito captados	16.2			**277.133**	580.221
Empréstimos e financiamentos liquidados	15.2			**(900.227)**	(2.195.208)
Obrigações por cessão de crédito liquidados	16.2			**(602.966)**	(453.346)
Arrendamentos liquidados	13.2.3			**(88.156)**	(89.719)
Adiantamento para futuro aumento de capital	21.1		150.000		150.000
Aumento de capital de acionistas	1.4.3	**12.411**		**12.411**	
Pagamento de dividendos			(4.672)		(4.672)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamentos		**159.032**	145.328	**(265.974)**	(74.641)
No início do exercício	4	**190.182**	347.703	**738.306**	1.077.875
No final do exercício	4	**22.377**	190.182	**475.482**	738.306
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa		**(167.805)**	(157.521)	**(262.824)**	(339.569)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram o caixa estão divulgadas na nota 28.1.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O AgroGalaxy Participações S.A. - Em Recuperação Judicial em conjunto com suas controladas ("AgroGalaxy" ou coletivamente "Companhia", respectivamente), é uma sociedade anônima de capital aberto, com matriz localizada na Rua T-37, esquina com a T-12, no.35, salas 2.301 a 2.311, 23º andar, Condomínio Comercial Connect Park Business, Anexo B, Setor Bueno, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás (anteriormente sediada à Rua Iguatemi, no.192 - 10º andar, conjuntos 103 e 104, Bairro Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo). O AgroGalaxy possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o *ticker* AGXY3. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 74 lojas, 28 silos, 13 unidades de produção e beneficiamento de sementes e 195 consultores técnicos de vendas que operam nos Estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rondônia, São Paulo e Tocantins. Conforme divulgado na nota 1.4.8.4, a Companhia passou a atuar com 74 lojas, em consequência da reestruturação estratégica e operacional realizada em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial. A Companhia atua, primariamente, no comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, bem como, na comercialização e exportação de cereais (soja e milho), no armazenamento, beneficiamento e padronização destes cereais, além de participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas e produção agrícola. Em 31 de dezembro de 2024, não há um acionista identificado como controlador e, dessa forma, configura-se o controle coletivo da Companhia conforme decisões por maioria em percentuais definidos em acordo de acionistas. Adicionalmente, em decorrência do Acordo de Acionistas celebrado em 30 de outubro de 2020, tendo sido objeto de 1º. Aditivo em 6 de julho de 2021 e 2º. Aditivo em 26 de dezembro de 2023, Agrofundo Brasil III Fundo de Investimento Participações Multiestratégia ("Agrofundo III"), Agrofundo Brasil IV Fundo de Investimento Participações Multiestratégia ("Agrofundo IV"), Agrofundo Brasil V Fundo de Investimento Participações Multiestratégia ("Agrofundo V"), Galaxy Agrobusiness IE ("Galaxy") e Agrofundo Brasil X Fundo de Investimento Participações ("Agrofundo X") que, em conjunto, possuem, ações representativas de 66,73% do capital social total e votante vinculado a tal acordo (54,17% em 31 de dezembro de 2023), e que estão organizados em um bloco de acionistas, os quais tem o poder de indicar a maioria dos membros do Conselho de Administração, sem contudo configurar controle conjunto nos termos do CPC 19 (R2)/IFRS 11 Negócios em Conjunto. Adicionalmente, é importante a leitura das notas 1.1 e 1.4.8, para melhor compreensão do contexto operacional da Companhia e suas controladas após o Pedido de Recuperação Judicial realizado, conforme divulgado nas referidas notas. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de abril de 2025. **1.1 Situação econômica e financeira da Companhia e Pedido de Recuperação Judicial:** Em 18 de setembro de 2024, a Companhia formalizou o Pedido de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota 1.4.8. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo ("CCL negativo") de R$676.431 na controladora e R$3.397.786 no consolidado, prejuízo no exercício de R$2.996.138 na controladora e R$3.020.012 no consolidado, prejuízo acumulado de R$3.150.865 na controladora e no consolidado e passivo a descoberto de R$1.745.041 na controladora e R$1.745.639 consolidado. Devido ao contexto atual das negociações da Companhia, junto aos seus credores, foi contratada empresa de consultoria independente e especializada, para atuar como assessor financeiro no âmbito do Processo Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota 1.4.8, mantendo os objetivos de reforçar o fluxo de caixa e otimizar a estrutura de capital da Companhia, de modo a preservar a capacidade de cumprimento das obrigações assumidas perante credores e clientes. Durante o ano de 2024 e com uma intensificação maior no terceiro e quarto trimestre deste mesmo ano, a Companhia se dedicou a renegociar as dívidas com credores. A despeito do plano de redução de despesas efetuado nos últimos períodos e do sucesso parcial das negociações das obrigações financeiras, os desafios impostos a geração operacional de caixa e ao capital de giro em virtude de diversos fatores acumulados listados abaixo culminaram que a totalidade dos pagamentos aos credores não ocorreu conforme o planejado. Dentre os principais fatores acumulados causadores da crise financeira, que levaram a Companhia ao Pedido de Recuperação Judicial, podemos mencionar que os varejistas agrícolas foram especialmente afetados por: (i) queda nos preços das *commodities*, que comprimiram as margens dos agricultores, atrasando a compra de insumos e levando à migração para produtos de menor valor agregado; (ii) condições climáticas adversas iniciadas no final de 2023 e agravadas em 2024, impactando severamente a disponibilidade hídrica, o suprimento de energia e, consequentemente, a produção no campo; (iii) altos níveis de estoque a altos custos de aquisição (devido a altas nos preços em 2022), que impactaram negativamente as vendas, a lucratividade e a geração de caixa nos anos seguintes; (iv) queda do preço de mercado dos insumos agrícolas, gerando tanto uma desvalorização do seu estoque como margens menores no momento da sua comercialização; (v) restrições de acesso a crédito, aumento das taxas de juros e elevados índices de alavancagem dos produtores agrícolas, que resultaram em níveis bem maiores de inadimplência e a uma escalada nos pedidos de recuperação judicial de agricultores, colocando maior pressão na liquidez de toda a cadeia de insumos agrícolas no Brasil, desde fornecedores até canais de comercialização; (vi) aumento das exigências de garantia por parte dos fornecedores, que estressaram ainda mais as cadeias; e (vii) aumento da sua alavancagem e custo de financiamento por decorrência dos fatores acima citados e pelo fato do Brasil ter tido uma das três maiores taxas de juros reais durante o período. Diante deste cenário, a Companhia definiu como alternativa viável para manter a continuidade de suas operações, o Pedido de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota 1.4.8. **1.2 Participações societárias:** A Companhia detém participações societárias em entidades legais, as quais são consolidadas integralmente e avaliadas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação	Atividade principal	Localização	Tipo de participação	% de participação 31/12/2024	% de participação 31/12/2023
Agrocat Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda. ("Agrocat") - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Tangará da Serra (MS)	Direta	100,00%	100,00%
Agro Control Participações Ltda. ("Agro Control") - Em Recuperação Judicial	Holding	Londrina (PR)	Direta	100,00%	100,00%
Agrototal Holding Ltda. ("Agrototal") - Em Recuperação Judicial	Holding	Londrina (PR)	Indireta	100,00%	100,00%
Bussadori, Garcia & Cia Ltda. ("Agro100") - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Londrina (PR)	Indireta	100,00%	100,00%
Campeã Agronegócio S.A. ("Campeã") (1) - Em Recuperação Judicial	Produção e comercialização de soja.	Água Fria de Goiás (GO)	Indireta	22,30%	
Agro Ferrari Produtos Agrícolas Ltda. ("Agro Ferrari") - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Ponta Grossa (PR)	Indireta	100,00%	100,00%
AgroGalaxy Franchise Ltda. ("Franchise") - Em Recuperação Judicial	Gerenciamento de franquias e rede de negócios em serviços do agronegócio.	Londrina (PR)	Direta	100,00%	100,00%
Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. ("Boa Vista") - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Maracaju (MS)	Direta	100,00%	100,00%
Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S.A. ("Ferrari Zagatto") - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Maringá (PR)	Direta	80,00%	80,00%
Grão de Ouro Agronegócios Ltda. ("Grão de Ouro") - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Passos (MG)	Direta	100,00%	100,00%
Grão de Ouro Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Alfenas (MG)	Indireta	100,00%	100,00%
Rural Brasil Ltda. ("Rural Brasil") - em recuperação judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Jataí (GO)	Direta	100,00%	100,00%
Campeã Agronegócio S.A. ("Campeã") (1) - Em Recuperação Judicial	Produção e comercialização de soja.	Água Fria de Goiás (GO)	Indireta	77,70%	100,00%

1) Em 1 de agosto de 2024, em decorrência de reorganização societária foi realizada a (i) cessão e transferência de cotas da entidade Campeã, da Rural Brasil para a Agro100 e (ii) transformação da entidade de sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado. **1.3 Sazonalidade:** Durante o curso normal de seus negócios, o segmento de insumos da Companhia apresenta sazonalidade, especialmente, em razão dos ciclos da lavoura que dependem de condições climáticas específicas. Os efeitos positivos da sazonalidade relacionadas ao faturamento, podem ser observados a partir do terceiro trimestre até o quarto trimestre de cada ano. Entretanto, em decorrência dos efeitos do Pedido de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota 1.4.8, os efeitos positivos da sazonalidade não são esperados, uma vez que a Companhia não está conduzindo suas operações comerciais de compra e venda em condições normais de negócio. **1.4 Principais eventos ocorridos no exercício: 1.4.1 Efeitos decorrentes da emissão da Lei nº 14.789/2023 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico:** Desde 01 de janeiro de 2024, com a vigência da Lei nº 14.789/2023, não é mais permitida a exclusão dos incentivos de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL - à exceção de créditos presumidos, por força de decisão do Superior Tribunal de Justiça ("STJ") no ERESP 1.517.492/PR - que não sejam destinados à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, respeitadas as condições estabelecidas na Lei nº 14.789/2023. Nesse cenário, a Companhia não excluiu os incentivos de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, pois tais subvenções, principalmente aquelas do Convênio nº 100/1997, não correspondem a créditos presumidos de ICMS. Essa alteração na legislação trará impactos na apuração dos tributos sobre o lucro das controladas da Companhia, os quais já foram considerados na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na medida que impactam as projeções de resultados tributáveis futuros. Para maior detalhamento, vide notas 8.1, 8.3 e 19.3.3. **1.4.2 Dispensa ("waiver") de cumprimento de índice financeiro referente as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:** Em 9 de fevereiro de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia informou que, preventivamente, iniciou as discussões com as instituições financeiras com as quais mantém operação de crédito vigente, assim como os seus credores titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 79ª Emissão (séria única) e da 82ª Emissão (1ª, 2ª e 3ª séries), potencial dispensa de cumprimento do índice financeiro contratualmente estabelecido pelas partes. Em 19 de março de 2024, em continuidade ao Fato Relevante de 9 de fevereiro de 2024, a Companhia informou que, após negociação com as instituições financeiras e credores titulares dos CRAs, obteve a dispensa formal ao cumprimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, dos indicadores financeiros contratualmente estabelecido nos instrumentos que regulam as operações de dívida contratada pela Companhia e seus credores. **1.4.3 Aumento de capital:** Em 30 de abril de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia informou que, em reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R$150.000, dentro do limite do capital autorizado, conforme os termos do artigo 6°, parágrafo 1° do estatuto social da Companhia, mediante subscrição privada, de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia ("Ações" e "Aumento de Capital", respectivamente), considerando a realização de adiantamentos para subscrição e integralização de ações a serem emitidas pela Companhia em futuro aumento de capital por determinados acionistas que integram seu bloco de controle, ou seja, Agrofundo Brasil III, Agrofundo Brasil IV, Agrofundo Brasil V e Agrofundo Brasil X (em conjunto, os "FIPs Agrofundo"), nos termos do AFAC celebrado em 26 de dezembro de 2023 (nota 20.1). Em 28 de junho de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia informou que em reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, aprovou a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, pela Companhia ("Ações"), por subscrição privada, considerando a realização de adiantamentos para subscrição e integralização de ações em aumento de capital por determinados acionistas que integram seu bloco de controle, nos termos do AFAC celebrado em 26 de dezembro de 2023 e divulgado pela Companhia conforme parágrafo acima. No âmbito do Aumento de Capital, foram subscritas e integralizadas 83.718.587 (oitenta e três milhões, setecentos e dezoito mil, quinhentas e oitenta e sete) novas Ações, representando 58,65% das Ações objeto do Aumento de Capital, ao preço de R$1,94 (um real e noventa e quatro centavos) por Ação, totalizando o montante de R$162.414.058,78 (cento e sessenta e dois milhões, quatrocentos e quatorze mil e cinquenta e oito Reais e setenta e oito centavos), dos quais R$150.000 foram recebidos por meio do AFAC acima mencionado, assim, o montante em caixa recebido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$12.411. Desta forma, o capital social integralizado da Companhia passa dos atuais R$838.717.076,95 (oitocentos e trinta e oito milhões, setecentos e dezessete mil e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos), dividido em 170.824.989 (cento e setenta milhões, oitocentas e vinte e quatro mil, novecentas e oitenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R$1.001.131.135,73 (um bilhão e um milhão, cento e trinta e um mil, cento e trinta e cinco Reais e setenta e três centavos) passando a ser composto por 254.543.576 (duzentas e cinquenta e quatro milhões, quinhentas e quarenta e três mil, quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal (nota 21). As novas Ações emitidas no âmbito do Aumento de Capital são idênticas às ações já existentes, e farão jus ao recebimento integral de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, bem como quaisquer outros direitos que venham a ser declarados pela Companhia a partir da homologação do Aumento de Capital, em igualdade de condições com as demais ações já existentes. As Ações subscritas serão creditadas aos seus subscritores em até 3 ("três") dias úteis contados a partir desta data. O início do período de negociação das Ações será o dia 1 de julho de 2024 (inclusive). **1.4.4 Transação FIDC FIAGRO:** Em 7 de maio de 2024, a Companhia comunicou ao mercado que ampliou o seu potencial de financiamento decorrente do fundo de investimento em direitos creditórios por meio do qual realiza, no curso normal de seus negócios, operações de cessão de créditos para antecipação de recebíveis, o Agrogalaxy Fornecedores Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais Fiagro - Direitos Creditórios ("FIDC FIAGRO" e "Transação", respectivamente). O FIDC FIAGRO estava sendo utilizado, pela Companhia, e por suas controladas, para antecipar recebíveis decorrentes da venda de insumos agrícolas a seus clientes, sendo que a Companhia também detém participação minoritária no fundo para alinhamento de interesses e sem influência significativa no veículo, cujas cotas estão registradas na rubrica de ativos financeiros (nota 5). No contexto da Transação, o FIDC FIAGRO recebeu aportes equivalentes a R$400.000, que poderão ser recebidos pela Companhia no contexto de suas cessões de créditos para antecipação de recebíveis. Em contrapartida a tais aportes, a Companhia celebrou em 6 de maio de 2024 acordo de investimento com novo investidor estratégico por meio do qual assumiu obrigações - incluindo obrigações relativas às cotas do FIDC FIAGRO e à outorga de opção de venda de determinadas cotas do FIDC FIAGRO - as quais foram garantidas por alienação fiduciária sobre as Cotas Subordinadas Mezanino B de emissão do FIDC FIAGRO por ela detidas nesta data. O FIDC FIAGRO cumpre os requisitos de desreconhecimento de ativos financeiros conforme o CPC 48 / IFRS 9 e, portanto, as contas a receber cedidas foram baixadas dos demonstrativos contábeis da Companhia (nota 6.1). Os efeitos da taxa de desconto aplicada na cessão dos recebíveis estão registrados na rubrica de despesa financeiras (nota 26). A transação também incorreu em taxas de distribuição que foram registradas na rubrica de despesas antecipadas em contrapartida a outros ativos. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de despesa antecipada relativa a essa transação é de R$8.493 e será integralmente amortizado até janeiro de 2027. Entretanto, em decorrência dos efeitos do Pedido de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota 1.4.8, os efeitos das cessões de créditos para antecipação de recebíveis foram temporariamente suspensos. Em 14 de janeiro de 2025, foi realizada uma assembleia geral de cotistas participantes do FIDC FIAGRO e votaram pela retomada das operações do fundo e que estão limitadas à R$99.906 que representa 10% do patrimônio líquido do FIDC FIAGRO em 31 de dezembro de 2024, até que o Plano de Recuperação seja aprovado. **1.4.5 Contrato de mútuo entre a Companhia e o Agrofundo Brasil X Fundo de Investimento em Participações ("FIP X"):** Em 10 de maio de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de contrato de mútuo entre a Companhia e o FIP X, no montante de R$60.000, dividido em duas parcelas iguais, sendo a primeira recebida em 10 de maio de 2024 e a segunda recebida em 17 de maio de 2024, e liquidado em 27 de junho de 2024 e incidência de juros equivalentes a 100% da Taxa DI ao ano. Em 1 de julho de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de contrato de mútuo entre a Companhia e o FIP X, no montante de R$60.000, com desembolso em parcela única no dia 4 de julho de 2024, com liquidação prevista para 20 de setembro de 2024 e incidência de juros equivalentes a 100% da Taxa DI a.a. Entretando, em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, ocorrido em 18 de setembro de 2024, o saldo de mútuo até a referida data está com a sua exigibilidade suspensa. O objetivo dos mútuos foi prover recursos para que o AgroGalaxy possa suprir, de forma imediata, as suas necessidades de capital de giro. **1.4.6 Exercício da 1ª opção de compra - Agrocat:** Em 28 de agosto de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia informa que conforme o Acordo de Sócios da Agrocat Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda. de 10 de janeiro de 2022 ("Acordo de Sócios" e "Agrocat", respectivamente), os demais acionistas da Agrocat (que não a Companhia) exerceram a opção de venda de 10% das quotas do capital social total da Agrocat em face do Agrogalaxy. Desta forma, o AgroGalaxy aumentou a sua participação dos atuais 80% para 90% do capital social da Agrocat e o valor envolvido na transação foi de R$29.221, considerando o principal e correções, será integralmente objeto de compensação com créditos havidos pela Companhia contra os outros acionistas da Agrocat, decorrentes da venda de insumos agrícolas, não havendo desembolso de caixa entre as partes contratantes. Conforme ainda previsto no Acordo de Sócios, a participação societária remanescente, correspondente a 10% no capital social da Agrocat, poderá ser adquirida mediante exercício da 2ª opção de compra em 2025. Para o registro dessa operação, foram considerados os aspectos contábeis contidos no CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios que não fornece orientação específica sobre o registro das opções. Desse modo, a Companhia considerou o CPC 36 (R3)/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas, CPC 39/IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e concluiu que a operação resultou em uma transferência de riscos e benefícios das ações da Agrocat para a Companhia, a partir de 10 de janeiro de 2022 e, portanto, reconheceu o equivalente a 100% de participação na empresa investida. **1.4.7 Mudança na diretoria e no Conselho de Administração da Companhia:** Em 18 de setembro de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia comunicou que, em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de setembro de 2024, foram apresentadas e aprovadas as seguintes alterações na sua Administração: (i) renúncia de Axel Jorge Labourt, nesta data, ao cargo de Diretor Presidente, renunciando também aos cargos de membro do Comitê de Sustentabilidade, do Comitê de Pessoas e do Comitê Financeiro, com efeitos imediatos; (ii) renúncia de Mauricio Luís Luchetti, nesta data, ao cargo de membro independente do Conselho de Administração, renunciando também aos cargos de membro do Comitê de Auditoria Estatutário e de membro coordenador e efetivo do Comitê de Pessoas, com efeitos imediatos; (iii) renúncia de Eduardo de Almeida Salles Terra, nesta data, ao cargo de membro independente do Conselho de Administração, com efeitos imediatos; (iv) renúncia de Benildo Carvalho Teles, nesta data, ao cargo de membro do Conselho de Administração, com efeitos imediatos; (v) renúncia de Welles Clovis Pascoal, nesta data, ao cargo de membro do Conselho de Administração, renunciando também ao cargo de membro do Comitê de Sustentabilidade, com efeitos imediatos; (vi) renúncia de Larissa Yastrebov Pomerantzeff, nesta data, ao cargo de membro do Conselho de Administração, renunciando também aos cargos de coordenadora e membro efetivo do Comitê de Sustentabilidade, membro efetivo do Comitê Financeiro e membro efetivo do Comitê de Pessoas, com efeitos imediatos; e, (vii) em razão da renúncia de Axel Jorge Labourt, Eron Martins, que atualmente ocupa o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, foi eleito para o cargo de Diretor Presidente da Companhia, acumulando interinamente o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, a partir desta data. Eron Martins ingressou na Companhia em agosto de 2023 como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Durante o período em que Eron Martins acumulou interinamente o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores, as atividades relacionadas ao escopo financeiro foram conduzidas com o apoio da consultoria externa especializada LCSCS CONSULTORIA LTDA., pessoalmente pelo seu sócio, Luiz Conrado Sundfeld. Em 9 de dezembro de 2024, os membros do Conselho de Administração elegeram para o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o Luiz Conrado dos Santos Carvalho Sundfeld e desse modo, Eron Martins passou a exercer o cargo de Diretor Presidente. Em 18 de dezembro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia elegeu novos membros ao Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 15, parágrafo 5º, do estatuto social da Companhia, bem como para o Comitê de Auditoria Estatutária. Conforme mencionado na nota 1.4.8.3, novos membros do Conselho de Administração foram eleitos com mandato até a Assembleia Geral Extraordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024. **1.4.8 Pedido de recuperação judicial:** Em 18 de setembro de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia comunicou que, em reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, foi aprovado e autorizado, em caráter de urgência, o ajuizamento de pedido recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, e do parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais aplicáveis ("Pedido de Recuperação Judicial"). O Pedido de Recuperação Judicial foi ajuizado em segredo de justiça e foi submetido à ratificação da Assembleia Geral de acionistas da Companhia, realizada em 18 de dezembro de 2024, conforme mencionado na nota 1.4.8.4. A Companhia ao longo dos últimos meses despendeu de grandes esforços e estudos para lidar com os desafios significativos enfrentado atualmente, reflexo inclusive de eventos climáticos diversos e da deterioração das condições dos mercados brasileiro e internacional, os quais, consequentemente, pressionaram a estrutura de capital. Não obstante tais esforços, os desafios oriundos da atual situação econômico-financeira da Companhia e das suas subsidiárias, Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda., Agrogalaxy Franchise Ltda., Grão de Ouro Agronegócios Ltda., Grão de Ouro Comércio de Insumos Agrícolas Ltda., Rural Brasil Ltda., Campeã Agronegócios S.A., Agro Control Participações Ltda., Agrototal Holding Ltda., Bussadori, Garcia e Cia Ltda., Agro Ferrari Produtos Agrícolas Ltda., Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S.A. e Agrocat Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda. (em conjunto, as "Subsidiárias") não só se manteve como se agravou, o que demandou a tomada urgente de outras medidas que pudessem proteger a Companhia e suas subsidiárias, até ser possível implementar o equacionamento do seu endividamento e a readequação da sua estrutura de capital. De forma a garantir a sustentabilidade do Grupo Agrogalaxy, honrar os compromissos assumidos e continuar a fornecer os melhores serviços aos nossos clientes, o Pedido de Recuperação Judicial busca proteger a Companhia e as Subsidiárias possibilitando a continuidade de suas atividades, a proteção e manutenção dos serviços prestados pela Companhia e pelas Subsidiárias, a continuidade no estrito cumprimento das suas obrigações, a preservação do valor da Companhia e das Subsidiárias, sua função social e o estímulo à atividade econômica, promovendo o interesse da Companhia e Subsidiárias, e atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores, trabalhadores, acionistas e demais *stakeholders*. Em consequência da aprovação do Pedido de Recuperação Judicial, e em atenção ao artigo 122, IX, e parágrafo único da Lei das Sociedades por Ações, o Conselho de Administração também aprovou em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ratificação da autorização concedida para o ajuizamento (nota 1.4.8.5), em caráter de urgência, do Pedido de Recuperação Judicial e a instalação do Conselho Fiscal e eleição dos seus membros, em conformidade com o artigo 48-A da Lei nº 11.101/05 (nota 1.4.8.7).

A seguir apresentamos um resumo dos valores que estão sujeitos à Recuperação Judicial conforme a 2ª. relação de credores elaborada pela Administração Judicial Conjunta e recebida em 9 de dezembro de 2024:

Natureza	Consolidado 31/12/2024
Fornecedores e outros passivos	**2.130.231**
Empréstimos e financiamentos	**1.320.193**
Obrigação por cessão de crédito	**618.548**
	4.068.972

Os valores acima apresentados estão sujeitos a eventuais alterações tanto na apresentação da 2ª. relação de credores bem como na aprovação do Plano de Recuperação Judicial e/ou negociações subsequentes. A linha do tempo do Pedido de Recuperação Judicial da Companhia é conforme apresentado a seguir:

(1) Assembleia Geral de Credores.

Em 10 de fevereiro de 2025, foi proferida decisão da 19ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia determinando a convocação da AGC para deliberar sobre o Pedido de Recuperação Judicial apresentado pela Companhia, a ser realizada de forma híbrida, nas seguintes datas e horários, com a ordem do dia: (i) Datas e horários: 1ª Convocação em 31 de março de 2025, às 13h30 - Credenciamento a partir das 09h30 e encerramento às 12h, a ser realizada de forma híbrida; 2ª Convocação em 09 de abril de 2025, às 13h30 - Credenciamento a partir das 09h30 e encerramento às 12h, a ser realizada de forma híbrida, sendo que no formato presencial os trabalhos serão realizadas no Auditório da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás, localizado na Rua 72, n.º 234, esquina com BR-153, Jardim Goiás, Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74805-480; e (ii) Ordem do dia: a) aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelas devedoras; b) a constituição do Comitê de Credores, a escolha de seus membros e sua substituição; e c) qualquer outra matéria que possa afetar os interesses dos credores. Conforme mencionado na nota 31.7, o Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de suas subsidiárias foi aprovado em Assembleia Geral de Credores e foi submetido à homologação judicial. **1.4.8.1 Pedido de recuperação judicial - Suspensão do segredo de justiça:** Em complemento ao Fato Relevante divulgado em 18 de setembro de 2024, em 19 de setembro de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia comunicou que foi proferida decisão da 19ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia determinando a suspensão do segredo de justiça no âmbito do Pedido Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, e do parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais aplicáveis, ajuizado pela Companhia e suas subsidiárias em 18 de setembro de 2024. **1.4.8.2 Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial:** Em complemento aos fatos relevantes divulgados em 18 e 19 de setembro de 2024, em 1 de outubro de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia comunicou que foi proferida decisão da 19ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia deferindo o processamento do Pedido de Recuperação Judicial da Companhia e de suas subsidiárias. **1.4.8.3 Recomposição do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Estatutário:** Em complemento ao Fato Relevante divulgado em 18 de setembro de 2024, em 11 de outubro de 2024, a Companhia informou que, tendo em vista o pedido de renúncia de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia e de membro do Comitê de Auditoria Estatutário, estava tomado medidas e envidado esforços para recomposição de seu Conselho de Administração e de seu Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. Em 14 de novembro de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia informou que foi aprovada, pelo Conselho de Administração, a convocação da Assembleia Geral Extraordinária, que foi realizada em 18 de dezembro de 2024, para deliberar, dentre outras matérias, sobre a ratificação do ajuizamento do Pedido de Recuperação Judicial, conforme divulgado anteriormente na nota 1.4.8. Em 18 de dezembro de 2024, em reunião do Conselho de Administração foi aprovada, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, a eleição dos seguintes membros (i) Eron Martins para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, (ii) Luiz Carlos Passetti para o cargo de membro independente do Conselho de Administração, e (iii) Mônica da Cruz Lamas para o cargo de membro independente do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Extraordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024. **1.4.8.4 Reestruturação estratégica e operacional:** Em complemento aos Fatos Relevantes divulgados em 18 e 19 de setembro de 2024 e 1 de outubro de 2024, em 16 de outubro de 2024, a Companhia informa que, diante das adversidades enfrentadas pelo agronegócio brasileiro, implementou um processo de reestruturação estratégica e operacional visando garantir a sustentabilidade de suas operações. Como parte desse processo, a Companhia reduziu o número de lojas, silos e pontos comerciais, passando a atuar com 74 unidades estrategicamente localizadas nas regiões Sul, Sudeste, Cerrado Oeste e Cerrado Leste, que apresentam maior potencial de geração de caixa. Além disso, houve uma otimização do portfólio de produtos e serviços, ajustando o mix de vendas para atender melhor às demandas do mercado e fortalecer a competitividade. A reestruturação incluiu, ainda, a redução do quadro de colaboradores diretamente ligados a essas unidades e ao suporte administrativo. O atendimento aos clientes das localidades impactadas será direcionado às unidades mais próximas, garantindo a continuidade do atendimento com o mesmo padrão de qualidade. Essas ações têm como foco a otimização de custos e sinergias operacionais, com o objetivo de gerar receitas suficientes para honrar compromissos com clientes, fornecedores, parceiros, credores, e os 1.150 colaboradores que permanecem na nova estrutura. O processo está sendo conduzido com transparência e respeito, garantindo todos os direitos trabalhistas dos colaboradores envolvidos, com o propósito de adequar os custos e as estruturas da Companhia ao momento econômico-financeiro e ao Pedido de Recuperação Judicial divulgado no Fato Relevante de 18 de setembro de 2024. **1.4.8.5 Plano de Recuperação Judicial:** Em complemento aos Fatos Relevantes divulgados em 18 e 19 de setembro de 2024 e 1 de outubro de 2024, em 02 de dezembro de 2024, a Companhia informa que, protocolou nesta mesma data, o Plano de Recuperação Judicial ("Plano") da Companhia e de suas subsidiárias nos autos do processo de recuperação judicial no. 5887803-78.2024.8.09.0051, em trâmite perante a 19ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia. O Plano prevê o pagamento integral, sem qualquer desconto, dos créditos devidos a credores fornecedores e credores trabalhistas e a produtores rurais que se enquadrem como parceiros do grupo Agrogalaxy, com prazos específicos para a categoria. Para os demais credores que não se enquadrarem como parceiros do grupo, está previsto deságio de 85% apenas para os credores quirografários. Para ser qualificado como parceiro do grupo Agrogalaxy, os credores devem, simultaneamente, (i) não rejeitar a aprovação do Plano de Recuperação Judicial; (ii) não litigar contra a companhia; (iii) manter o fornecimento que atenda as demandas correntes da Agrogalaxy durante todo o período da Recuperação Judicial com condições comerciais alinhadas com o praticado no mercado e aceitas entre ambas as partes, respeitando as condições mínimas de 100% de venda a prazo (pagamento em 30/Mai para safra e 30/Out para safrinha) desde a homologação do Plano de Recuperação Judicial da Agrogalaxy. A íntegra do Plano encontra-se disponível, para consulta de seus acionistas e do mercado em geral, no site do RI da Companhia (https://ri.agrogalaxy.com.br/). **1.4.8.6 Divulgação da 2ª. relação de credores:** Em 9 de dezembro de 2024, foi apresentada a 2ª. relação de credores elaborada pela Administração Judicial Conjunta, a qual encontra-se disponível para consulta pública de seus acionistas e do mercado em geral. **1.4.8.7 Instalação do Conselho Fiscal e eleição de seus membros:** Em 18 de dezembro de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a instalação do Conselho Fiscal e eleição de seus membros, nos termos do artigo 48-A da Lei nº 11.101/05, com funcionamento até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com a eleição dos seguintes membros (i) Tiago Curi Isaac para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, e sua suplente Cecilia Avila Martins (ii) Alessandra Kardouss para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, e seu suplente Eduardo El Khouri Buzato e (iii) Luiz Cláudio Caffagni para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, e seu suplente Corinto Lucca Arruda, todos eleitos com mandato até agosto de 2025. **1.4.9 Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - "CBS"), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - "IBS"), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em janeiro de 2025 foi sancionado Projeto de Lei Complementar ("PLP") nº 68/24, convertido na Lei Complementar nº 214/25, que regulamentou parte da Reforma Tributária. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro *("International Financial Reporting Standards* - IFRS") emitidas *pelo International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® *Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* ("IFRIC® *Interpretations*") ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* ("SIC® *Interpretations*") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Companhia em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R$" ou "Real") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Companhia faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis relevantes, que afetem os

continua...

... continuação

valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, as incertezas relevantes relativas a esses julgamentos, estimativas e premissas poderiam levar a resultados que requeiram ajustes significativos ao valor contábil de certos ativos e passivos apresentados na presente demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3 e aquelas que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais julgamentos, estimativas e premissas são significativos, estão divulgadas na nota 3.2.33. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo; (ii) combinação de negócios; (iii) estoques de *commodities* agrícolas; (iv) contas a pagar pela compra de *commodities* agrícolas a fixar; (v) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado das *commodities* agrícolas, decorrente as contas a receber originadas em operações de *barter*; (vi) operações de futuros firmados com instituições financeiras; e (vii) pagamentos baseados em ações pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas baseadas na premissa da continuidade operacional. No entanto, como o Pedido de Recuperação Judicial divulgado na nota 1.4.8.5 apesar de ter sido aprovado pelos credores, ainda não foi homologado conforme mencionado na nota 31.7, há incertezas relevantes quanto a realização de ativos e liquidação de passivos no curso normal dos negócios. Nesse sentido, a Diretoria entendeu não ser apropriado nesse momento, fazer o teste para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos tributos a recuperar relativo ao ICMS (nota 9), do ativo imobilizado (nota 11), dos investimentos (nota 10), do ativo intangível, incluindo os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) (nota 12) e do direito de uso (nota 13). Adicionalmente, a Companhia apresentou a 1ª. relação de credores, juntamente com o pedido de Recuperação Judicial, em 18 de setembro de 2024, e, em 9 de dezembro de 2024, foi apresentada a 2ª. relação de credores elaborada pela Administração Judicial Conjunta. Para os passivos classificados na categoria de fornecedores e parte do saldo classificado na categoria de outros passivos apresentados na nota 1.4.8, não foi possível finalizar a conciliação entre os saldos contábeis e os valores constantes nas relações de credores, bem como as movimentações ocorridas entre 18 de setembro de 2024, data-base das listas de credores, e 31 de dezembro de 2024, data-base dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. INFORMAÇÕES DE POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações do Agrogalaxy e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas contábeis materiais e práticas contábeis consistentes, que foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. As novas políticas contábeis estão divulgadas na nota 3.1, que foram adotadas a partir de 1 de janeiro de 2024. **3.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As revisões de normas emitidas, até a divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão apresentadas a seguir. A Companhia avaliou essas alterações e não identificou impacto decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas iniciadas em/ou após 1 de janeiro de 2024. **3.1.1 Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants* (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2024):** As alterações aprimoram as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*). A classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se no cumprimento de *covenants* que sejam requeridos na data de reporte ou antes dessa data, mas nunca em relação a eventos futuros, além de requerer divulgação de informações nas notas explicativas que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar o risco de que o passivo possa se tornar exigível dentro de doze meses, incluindo as condições pactuadas (por exemplo, sua natureza e a data em que a entidade deve cumpri-las), se a entidade teria cumprido as condições com base em suas circunstâncias no final do período de reporte e como a entidade espera cumprir as condições após o final do período de reporte. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e realizou a reclassificação dos saldos de longo prazo das rubricas de empréstimos e financiamentos (notas 15.3 e 16.3) e obrigações por cessão de crédito de 31 de dezembro de 2024, em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, ocorrido em 18 de setembro de 2024, pois este fato constitui um evento de inadimplemento nos termos dos contratos vigentes, com impacto em todos os contratos devido as cláusulas de vencimento cruzado ("*cross default*"). **3.1.2 Alterações ao CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos: passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (*sale and leaseback*) (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2024):** A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e retroarrendamento, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. **3.1.3 Alterações ao CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: Divulgação sobre acordos de financiamentos de fornecedores (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2024):** A alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements* - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Os acordos de financiamento de fornecedores são frequentemente chamados de acordos de "*forfait*", "*confirming*" ou "risco sacado". Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (i) os termos e condições dos acordos SFAs; (ii) para a data de início e fim do período de reporte: • o valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. • o valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros do acordo para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. • intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros no acordo e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (iii) alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros no acordo; e (iv) concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que: (i) os termos e as condições dos acordos não sofreram alterações em comparação as condições originais; (ii) os valores contábeis objeto de antecipação estão divulgados na nota 14.2; (iii) a decisão de aderir a esta transação é exclusiva dos fornecedores, sendo que a Companhia não tem influência nem gestão sobre os valores recebidos pelos fornecedores; (iv) não houve alteração nas datas de vencimentos; e, (v) não ocorreram modificações não caixa dos acordos de antecipações de fornecedores. **3.2 Políticas contábeis adotadas: 3.2.1 Demonstrações financeiras individuais:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado com base na participação da Companhia no lucro ou prejuízo gerado pelas controladas. Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajustes de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora. **3.2.2 Demonstrações financeiras consolidadas:** São elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas contábeis consistentes. A Companhia consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento na controlada e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Todas as transações e saldos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial. A participação dos acionistas não controladores está destacada. **3.2.3 Transações com participações de acionistas não controladores:** São transações em que parte do patrimônio líquido da controlada não é atribuível, direta ou indiretamente, à controladora. Para as aquisições de participações de acionistas de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial. **3.2.4 Investimentos em controladas:** São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir e nessa situação, qualquer participação remanescente retida pela ex-controladora deve ser remensurada ao seu valor justo e reconhecida no resultado do exercício. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes também são reclassificados para o resultado do exercício. **3.2.5 Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A elaboração da DVA individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição. **3.2.6 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A Companhia definiu que para a sua controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. **3.2.7 Transações e saldos em moeda estrangeira:** São convertidas adotando-se os seguintes critérios: (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício; (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação; (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício. **3.2.8 Combinações de negócios:** São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou de patrimônio, os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente. Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste de redução ao valor recuperável (*impairment*), o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição. Nas demonstrações financeiras individuais, o excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado no subgrupo de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas. **3.2.9 Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como o principal tomador de decisões operacionais, revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Diretoria da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação e representam, principalmente, a natureza de seus produtos, os quais são insumos agrícolas e grãos de *commodities* agrícolas. **3.2.10 Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, e/ou com vencimentos originais, que na data da aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor. **3.2.11 Ativos financeiros:** Compreendem os saldos de aplicações em títulos de renda fixa, aplicações financeiras e direitos sobre prêmios pagos, com vencimentos originais, que na data da aquisição, são superiores a 90 (noventa) dias. As aplicações em títulos de renda fixa são adquiridas em conexão em determinadas operações de securitização e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") e correspondem as cotas subordinadas e mezanino e contas centralizadoras de titularidade da controladora e controladas, sendo mantidos até o vencimento. Tem como objetivo garantir eventuais riscos de crédito às Securitizadoras, cabendo às cotas subordinadas e mezanino, a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedidos. **3.2.12 Instrumentos financeiros: 3.2.12.1 Classificação:** São contratos que dão origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial a outra e são classificados, no reconhecimento inicial, com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: (i) custo amortizado; e (ii) valor justo por meio do resultado. Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou sido transferidos, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade. **3.2.12.1.1. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seus fluxos de caixa contratuais e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixas que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas no subgrupo de resultado financeiro, líquido calculadas por meio do método da taxa efetiva de juros. Compreendem os saldos de caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, contas a receber de clientes (exceto a parcela a receber decorrente de operações de *barter*, os quais são liquidados mediante ativos não financeiros), outros ativos, fornecedores (exceto a parcela a pagar decorrente de operações de *barter*, os quais são liquidados mediante ativos não financeiros), empréstimos e financiamentos, obrigações por cessão de crédito, dividendos a pagar, contas a pagar de arrendamento e outros passivos. **3.2.12.1.2. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas no subgrupo resultado financeiro, líquido para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica de resultado de instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos. Compreendem os saldos de fornecedores (relativo a valores que oscilam conforme a variação do preço das *commodities* agrícolas) e instrumentos financeiros derivativos. **3.2.12.2 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é registrado no balanço patrimonial quando há (i) um direito legal de compensar os valores reconhecidos e (ii) uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2.12.3 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de instrumentos financeiros:** As perdas esperadas associadas aos instrumentos financeiros passivos, são avaliadas prospectivamente e registradas ao custo amortizado. A metodologia de redução ao valor recuperável (*impairment*) aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, é aplicada a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e, por isso, reconhece a PECLD ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **3.2.12.4 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras, taxa de juros e transações envolvendo *commodities* agrícolas. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia compreendem os contratos a termo, as opções, os *Swaps* e as *Non-Deliverable Forward* ("NDF") cambiais. São reconhecidos pelo valor justo na data da celebração do contrato e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Em virtude de a Companhia não ter adotado como política, a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidos no resultado financeiro. **3.2.12.4.1. Contratos a termo de compra e venda de *commodities* agrícolas:** Os ativos não monetários atrelados ao preço de *commodities* agrícolas, os estoques de *commodities* agrícolas e as contas a pagar com preço não fixado são mensurados ao valor justo e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro. O segmento de Grãos, que opera com a originação de grãos em que a Companhia atua como uma *trading company*, contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo com clientes e contratos futuros com instituições financeiras, os quais são mensurados ao valor justo, incluindo aqueles contratos a termo que são liquidados com a entrega física dos produtos. A Companhia entende que a mensuração a valor justo por meio do resultado, dos contratos a termo que são liquidados com a entrega física, é necessária para eliminar uma inconsistência de reconhecimento que surgiria pelo seu não reconhecimento, conforme previsto no parágrafo 2.5 do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Os contratos a termo são firmados para proteção do risco de preço de mercado (nota 21.1.2.3), ao qual a Companhia está sujeita, em razão das operações com grãos de onde surgem os seguintes ativos e passivos mensurados pelo valor justo: (i) estoques de *commodities* agrícolas, (ii) contas a pagar pela compra de grãos a fixar, (iii) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado da soja, decorrente as contas a receber originadas em operações de *barter* (nota 3.2.13); e (iv) operações de futuros firmados com instituições financeiras. Dessa forma, a não valorização dos contratos a termo resultaria em impactar o resultado do exercício em momentos diferentes dos referidos instrumentos. **3.2.13 Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e são reconhecidos pelo valor nominal faturado na data da venda e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva e, quando aplicável, deduzidas da PECLD. As vendas a prazo são sujeitas ao ajuste a valor presente. A taxa de desconto utilizada é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa. O ajuste a valor presente, mensurado em base exponencial "*pro rata die*", a partir da origem de cada transação, é registrado como redutor das contas a receber em contrapartida à receita de vendas e no resultado financeiro, quando ocorre a sua realização. A taxa de desconto é revisada anualmente. Para a mensuração PECLD é aplicada a abordagem simplificada do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros considerando uma estimativa ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. A Companhia utiliza-se de julgamento para estabelecer as premissas sobre o risco de inadimplência e para selecionar os dados para a mensuração da PECLD, que é calculada com base em uma matriz de provisões por faixa de vencimento da carteira de clientes, incluindo condições existentes de mercado e estimativas futuras ao final de cada exercício. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada. A faixa de vencimentos da carteira de clientes é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito, se houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes, considerando o risco de perda envolvido e a situação financeira do clientes, bem como a existência de instrumentos de garantia de safra e/ou imóveis por meio de CPRs, fianças, hipotecas e alienações fiduciárias, o que reduz a necessidade de parte de reconhecimento de PECLD e perda real potencial dos recebíveis da Companhia. A PECLD é estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Diretoria e é registrada em contrapartida ao subgrupo despesas com vendas na demonstração de resultado. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individual. Quanto pertinentes, são realizados procedimentos de cobrança por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses procedimentos não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas, sendo registrada a PECLD. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Diretoria considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los. As contas a receber de clientes também incluem os recebíveis originados nas operações de *barter*, em que a Companhia comercializa insumos agrícolas em troca de *commodities* agrícolas. São reconhecidos pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo atrelado à variação do preço de *commodity* agrícola é ajustado pela cotação da *commodity* agrícola no mercado físico, em contrapartida do resultado financeiro. Adicionalmente, as contas a receber de clientes incluem créditos cedidos atrelados operações de empréstimos e financiamentos, de securitização e de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"). Nessas operações, a Companhia não transfere substancialmente os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros à contraparte, motivo pelo qual os respectivos recebíveis são mantidos reconhecidos no ativo, na rubrica de contas a receber de clientes em contrapartida as rubricas de empréstimos e financiamentos e de obrigações por cessão de créditos, no passivo circulante e não circulante, de acordo com a natureza e o prazo da obrigação. Por outro lado, a Companhia também realiza cessões de crédito com a transferência integral de controle e de todos os riscos e benefícios à contraparte, caracterizando o desreconhecimento contábil dos respectivos ativos. Nessas operações, não há coobrigação da Companhia e os recebíveis são baixados do ativo no momento da cessão. O principal risco associado às operações de cessão, com ou sem desreconhecimento, está relacionado à inadimplência dos clientes cedidos, ou seja, o risco de não pagamento dos valores devidos. Os encargos financeiros decorrentes das cessões com manutenção de riscos e benefícios são reconhecidos como despesas financeiras na demonstração do resultado. Da mesma forma, eventuais deságios apurados nas cessões com transferência de riscos são reconhecidos no resultado, quando aplicável. **3.2.14 Estoques:** Os estoques de produtos agrícolas adquiridos de terceiros e recebidos na liquidação de operações de *barter*, são registrados, respectivamente, pelo custo de aquisição ou de troca na data de recebimento e, subsequentemente, são mensurados pelo seu valor justo deduzidos os custos das vendas, em contrapartida do custo das mercadorias vendidas. Os demais itens em estoque são mensurados ao custo médio de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o menor. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal das atividades da Companhia, menos os custos estimados para a sua conclusão e dos gastos estimados necessários para efetuar a venda. Provisão para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoque de baixa movimentação são mensurados e registrados quando necessário. **3.2.15 Partes relacionadas:** São transações realizadas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. São consideradas como partes relacionadas: (i) acionistas que detenham influência significativa e/ou exerça função na gestão da Companhia e seus familiares próximos; (ii) membros do pessoal-chave da gestão da Companhia e suas controladas; e (iii) empresas que sejam membros da mesma gestão econômica ou que estejam sob controle de um acionista ou membro da gestão identificados no item (i) ou (ii). **3.2.16 Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição ou construção, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são registradas prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação. A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas. Todavia, conforme mencionado na nota 11, em 31 de dezembro de 2024, embora a Companhia possuísse indicação de ocorrência de redução no valor recuperável do seu ativo imobilizado, ficou impossibilitada de proceder ao teste para redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado, pois não detinha informações suficientes para realizá-lo e aguarda a homologação do plano de recuperação, que já foi aprovado pelos credores (nota 31.7), em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, o qual contempla a base para as análises e projeções futuras. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos no subgrupo de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação. **3.2.17 Intangível:** São mensurados ao custo o momento do seu reconhecimento inicial, enquanto aqueles oriundos de uma combinação de negócios são reconhecidos ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Para os intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de amortização são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são registradas prospectivamente. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. A amortização com relacionamento com clientes é registrada em despesas comerciais, as amortizações de marcas e patentes, nas despesas administrativas, enquanto as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização, porém são testados, anualmente em relação à redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Companhia registra neste subgrupo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Todavia, conforme mencionado na nota 12, em 31 de dezembro de 2024, embora a Companhia possuísse indicação de ocorrência de redução no valor recuperável do seu ativo intangível, ficou impossibilitada de proceder ao teste para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos intangíveis com vida útil definida e indefinida, pois não detinha informações suficientes para realizá-lo e aguarda a homologação do plano de recuperação, que já foi aprovado pelos credores (nota 31.7) em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, o qual contempla a base para as análises e projeções futuras. **3.2.18 Arrendamento:** Um contrato é, ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e (iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo, ou seja, tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se: • tem o direito de operar o ativo, ou • projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado. No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento. O ativo de direito de uso é, inicialmente, mensurado ao custo e compreende: (i) o valor inicial do passivo de arrendamento; (ii) ajustado por qualquer pagamento efetuado na data início do contrato; (iii) adicionado qualquer custo direto inicial incorrido; (iv) adicionado da estimativa de custos de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado; e (v) menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo do arrendamento, o que ocorrer primeiro. Se a Companhia tiver razoável certeza de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. A vida útil estimada do ativo de direito de uso é determinada na mesma metodologia dos ativos de propriedade da Companhia. O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS, é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental, ou seja, sem considerar a inflação futura projetada. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado à taxa de empréstimo incremental e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos e é remensurado quando existir mudança: (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa, (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido, ou (iii) na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A taxa incremental, que é aquela que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Os pagamentos do passivo de arrendamento são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, entretanto, os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de informática, pequenos itens de mobiliário de escritório e outros contratos de pequeno valor que seja igual ou inferior a 12 meses. **3.2.19 Fornecedores:** Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia. As contas a pagar aos fornecedores referentes a aquisição de mercadorias para revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. As contas a pagar aos fornecedores referentes a compra de *commodities* agrícolas com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos e, subsequentemente, o valor justo atrelado à variação do preço de commodity agrícola é ajustado pela cotação da commodity agrícola no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de *commodities* agrícola ou do custo dos produtos vendidos. As aquisições a prazo são sujeitas ao ajuste a valor presente. A taxa de desconto utilizada é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa. O ajuste a valor presente, mensurado em base exponencial "*pro rata die*", a partir da origem de cada transação, é registrado como redutor das contas a pagar de fornecedores em contrapartida ao estoque ou custo do produto do produto vendido e no resultado financeiro, quando ocorre a sua realização. A taxa de desconto é revisada anualmente. Em relação as operações de fomento fornecedor, a Companhia avalia se há modificação substancial do passivo original com base em aspectos qualitativos e quantitativos. Se o passivo original foi substancialmente modificado, a Companhia desreconhece o passivo original e reconhece um novo passivo financeiro, registrando o eventual ganho/(perda) no resultado. Se o passivo original não foi substancialmente modificado, a Companhia mantém o passivo original reconhecido. **3.2.20 Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto. **3.2.21 Obrigações por cessão de créditos:** São reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que as obrigações por cessão de créditos estejam em aberto. **3.2.22 Provisões e ativos contingentes:** Ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado pela confirmação ou não de um ou mais eventos futuros incertos, quando os benefícios econômicos são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança. Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material. Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança e que seja fruto de um evento passado. Os processos tributários, cíveis e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Depósitos judiciais são efetuados quando requeridos. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. As provisões são mensuradas ao valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. **3.2.23 Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") correntes e diferidos:** Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. O IRPJ corrente e diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas de 15% acrescido de 10% sobre o lucro tributável do exercício que exceder R$240. Do montante do lucro tributável apurado, há permissão para compensação de prejuízos fiscais anteriormente constituídos, porém a dedução é limitada a 30% do lucro tributável. A CSLL corrente e diferida é mensurada aplicando a alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Do montante do lucro tributável apurado, há permissão para compensação de bases negativas anteriormente constituídas, porém a dedução é limitada a 30% do lucro tributável. São reconhecidos no resultado, exceto que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no subgrupo de ajustes de avaliação patrimonial. **3.2.23.1 IRPJ e CSLL correntes:** A despesa ou receita de IRPJ ou CSLL correntes correspondem, respectivamente, aos montantes a pagar ou a restituir estimados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O montante de IRPJ e CSLL corrente a pagar ou a restituir é reconhecido no balanço patrimonial, respectivamente, como passivo ou ativo fiscal pela melhor estimativa do valor a ser pago ou restituído. É mensurado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e reconhecido como despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social corrente. **3.2.23.2 IRPJ e CSLL diferidos:** Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de serem compensados, e se forem de competência da mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. **3.2.24 Reconhecimento da receita:** As receitas de contratos com clientes são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos, dos descontos e do ajuste ao valor presente. São reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência, quando o seu valor é mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. As receitas de contratos com clientes são provenientes de: (i) revenda de insumos agrícolas: compreende o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho; e (ii) recebimento físico, armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação e exportação de *commodities* agrícolas, os quais são, substancialmente, soja, milho e trigo, adquiridas de terceiros e das originadas nas operações de *barter*. **3.2.24.1 Insumos agrícolas com a liquidação em ativo não financeiro:** A Companhia realiza a venda de insumos agrícolas com o recebimento em *commodities* agrícolas, sempre por determinação do cliente que prefere travar o valor da operação em quantidade de mercadoria a ser entregue, visando se proteger do risco de preço de mercado. Essa operação atende aos interesses normais da Companhia que opera na originação de grãos para sua atuação como uma *trading company*. As contas a receber, oriundas dessas operações, são liquidadas como ativos não monetários (produtos agrícolas) e, por isso, estão fora do escopo do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A receita da venda de insumos agrícolas é mensurada pelo valor justo no momento da venda. As variações subsequentes das contas a receber de clientes, as quais são remensuradas pelo valor justo estimado de liquidação das *commodities* agrícolas no mercado físico, são tratadas como instrumentos financeiros derivativos (contratos a termo) e reconhecidas no resultado financeiro. A Companhia entende que as variações subsequentes das contas a receber de clientes não representam receita variável da venda de insumos, considerando que a partir do seu reconhecimento inicial, o segmento de grãos passa a atuar na gestão desses ativos em conjunto com os estoques de grãos, os quais constituirão os custos das vendas daquele segmento. **3.2.24.2 Grãos, insumos agrícolas e sementes:** A receita de venda de grãos, de insumos agrícolas e de sementes é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente e essa passa a ter controle sobre os produtos vendidos. As condições para o reconhecimento estão apresentadas a seguir: (i) a Companhia e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) a Companhia pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos; (iii) a Companhia pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) a transação possui substância comercial, ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato; e (v) é provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. O montante da receita auferida com a venda de insumos é determinado no momento do seu reconhecimento, com base no valor justo estimado para cada transação quando da transferência do controle da mercadoria. Para as vendas de insumos que serão liquidadas em dinheiro, o valor justo é determinado pelo valor presente das contas a receber de clientes originadas na transação, e para as vendas de insumos que serão liquidadas com a entrega física de *commodities* agrícolas ("*barter*") pelo cliente, o valor justo é determinado pelo valor de comercialização dessas commodities agrícolas no momento em que a venda dos insumos é reconhecida. A Companhia entende não haver receita variável decorrente da transação de venda de insumos, por considerar que, a partir do reconhecimento do recebível atrelado ao preço das commodities agrícolas, os resultados auferidos contribuem para o segmento de grãos. Nesse contexto, a Companhia aufere margens similares nas vendas de insumos liquidadas em ativos financeiros em comparação com as vendas liquidadas em *commodities* agrícolas. O montante da receita auferida com a venda das *commodities* agrícolas é determinado com base no valor contratual definido entre a Companhia e seus clientes. **3.2.25 Receitas financeiras e despesas financeiras:** Compreendem (i) receitas e despesas de juros, (ii) ganhos/perdas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (iii) ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros, (iv) ganhos/perdas pela atualização do valor justo dos recebíveis originados nas operações atreladas à variação do valor justo das commodities agrícolas e (v) ajuste a valor presente de clientes e fornecedores. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **3.2.26 Resultado básico por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O cálculo do resultado diluído por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis, durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **3.2.27 Pagamento baseado em ações:** A Companhia possui um plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP") que consiste no pagamento baseado em ações, no qual concede aos beneficiários o direito de se tornarem acionistas da Companhia, por meio do exercício das opções de compra de ação que lhes são outorgadas no âmbito do programa, sendo liquidado em ações. O valor total da despesa é mensurado ao valor justo das opções de ações outorgadas e reconhecido na demonstração de resultado como despesa administrativa em contrapartida ao patrimônio líquido durante o exercício no qual o direito é adquirido. A cada exercício findo, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções de ações que terão seus direitos adquiridos. Uma vez exercidas as opções, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, pelo valor nominal, e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções de ações são exercidas. As contribuições sociais a pagar em conexão com a outorga das opções de ações são consideradas parte integrante da própria outorga, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro. **3.2.28 Participação dos funcionários e administração no resultado:** Os colaboradores têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas individuais e coletivas acordadas anualmente. Já para os diretores estatutários são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas em contas contábeis distintas no subgrupo de salários e encargos sociais em contrapartida ao subgrupo de despesas de vendas e administrativas, durante o período em que as metas são atingidas. **3.2.29 Ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são apresentados como circulante, se o prazo de vencimento for inferior a 12 meses após a data do balanço e como não circulante, se prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **3.2.30 Outros ativos e passivos:** Compreendem o agrupamento das seguintes rubricas contábeis:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros ativos				
Circulante				
Adiantamentos a fornecedores	**223**	55	**2.848**	123.103
Outros ativos	**9.344**	3.899	**21.680**	66.214
	9.567	3.954	**24.528**	189.317
Não circulante				
Outros ativos	**13.129**	5.428	**67.834**	41.736
	13.129	5.428	**67.834**	41.736
	22.696	9.382	**92.363**	231.053
Outros passivos				
Circulante				
Obrigações sociais e trabalhistas	**3.385**	916	**69.429**	102.705
Impostos e contribuições a recolher	**2.266**	358	**51.755**	12.713
Aquisição de participações societárias a pagar	**1.410**	35.001	**1.410**	36.897
Dividendos a pagar		1.968		1.967
Outras contas a pagar	**23.155**	5.513	**399.401**	65.338
	30.216	43.756	**521.995**	219.620
Não circulante				
Aquisição de participações societárias a pagar	**26.175**	22.241	**26.175**	22.241
Impostos e contribuições a recolher			**1.155**	3.592
Outras contas a pagar		37.523	**17.168**	41.642
	26.175	59.764	**44.498**	67.475
	56.391	103.520	**566.493**	287.095

continua...

... continuação

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Outros ativos incluem, substancialmente: (i) ativos mantidos para a venda, relativo a bens recebidos por dação em pagamento de contas a receber renegociados, não há valores na controladora e R$32.264 no consolidado; (ii) valores a receber dos ex-sócios de empresas adquiridas, cuja responsabilidade está prevista nos respectivos contratos de aquisição das adquiridas, no montante de R$5.427 na controladora e R$20.265 no consolidado; e (iii) despesas antecipadas, substancialmente, com seguro e taxas de distribuição com FIDC Fiagro, no montante de R$15.002 na controladora e R$19.424 no consolidado. Outros passivos incluem, substancialmente: (i) provisões de multas oriundas do Pedido de Recuperação Judicial (nota 1.4.8) no montante de R$2.993 na controladora e R$85.239 no consolidado; (ii) multa contratual ("*wash out*"), não há valores na controladora e R$59.516 no consolidado; e (iii) provisões e pagamentos diversos, no montante de R$20.169 na controladora e R$271.815 no consolidado. **3.2.31 Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos do Agrogalaxy, que estabelece que o dividendo mínimo anual 25% do lucro líquido ajustado consolidado no exercício e, desde que declarados antes do final do exercício. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na conta contábil dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante. Os juros sobre o capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos acionistas, serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício. A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas, quando aplicável, nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados. **3.2.32 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais. **3.2.33 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes:** Conforme divulgado na nota 2, a Diretoria utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir. (i) continuidade operacional (1.4.8.5); (ii) controle, influência significativa e consolidação (nota 1.1); (iii) PECLD (nota 6); (iv) taxa de desconto para cálculo do ajuste ao valor presente de contas a receber e fornecedores (nota 6 e 14); (v) provisão para perdas nos estoques (nota 7); (vi) análise anual do valor recuperável de tributos diferidos e a recuperar (nota 8 e 9); (vii) incertezas sobre o tratamento de imposto de renda (nota 8); (viii) análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) (nota 12); (ix) análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 11 e 12); (x) vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 11 e 12); (xi) taxa de desconto para cálculo do ajuste ao valor presente do passivo de arrendamento (nota 13); (xii) provisão para passivos judiciais (nota 18); (xiii) pagamento baseado em ações (nota 20); (xiv) valor justo de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos (nota 22); (xv) estoques de *commodities* agrícolas (nota 22); (xvi) transferência de controle para reconhecimento da receita (nota 25); e (xvii) determinação da receita com a venda de insumos agrícolas com a liquidação em ativo não financeiro (nota 25). Adicionalmente, em função do Pedido de Recuperação Judicial (nota 1.4.8), em comparação com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia também revisou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os seguintes temas: (i) suspensão da exigibilidade de passivos incluídos no Pedido de Recuperação Judicial (notas 14, 15, 16 e 20); (ii) determinação de registrar os encargos financeiros até a data do Pedido de Recuperação Judicial, conforme determinado no artigo 6º, inciso II da Lei nº 11.101/2005 (notas 14.2, 15.1 e 16.1); e (iii) determinação de registrar a variação cambial até a data do Pedido de Recuperação Judicial, conforme determinado no artigo 9º, inciso II da Lei nº 11.101/2005 (notas 14.2 e 15.1). A Diretoria revisa a cada período de reporte as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3 Novas normas, revisões e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda não adotadas, até a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. **3.3.1 Alterações ao CPC 36(R3)/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto: venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada):** Alterações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Os ganhos ou as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada, que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto, contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial, são reconhecidos no resultado da controladora proporcionalmente às participações dos investidores não relacionados a essa coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Da mesma maneira, os ganhos ou as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos na antiga controlada, que tenha se tornado coligada ou empreendimento controlado em conjunto contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações dos investidores não relacionados na nova coligada ou empreendimento controlado em conjunto. **3.3.2 Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: ausência de permutabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2025):** A alteração emitida em agosto de 2023, traz requerimentos para que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas. Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia: (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira; (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis. **3.3.3 Resolução CVM nº 193/2023 - Elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2025. Permitida a adoção voluntária para períodos anuais em 1 de janeiro de 2024):** Em 20 de outubro de 2023, a CVM emitiu a Resolução nº 193/2023 que dispõe sobre a elaboração e a divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board* ("ISSB") pelas companhias abertas, fundos de investimento e companhias securitizadoras, sendo a adoção: (i) voluntária: a partir dos exercícios sociais iniciados em/ou após 1 de janeiro de 2024; ou (ii) obrigatória: a partir dos exercícios sociais iniciados em/ou após 1 de janeiro de 2026. A Companhia adotará a referida resolução a partir dos exercícios sociais iniciados em/ou após 1 de janeiro de 2026. **3.3.4 IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in the Financial Statements* em substituição IAS 1 - *Presentation of Financial Statements* correspondente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2027):** O IASB deve emitir em abril de 2024, o IFRS 18 em substituição IAS 1 correspondente ao CPC 26 (R1), no qual são introduzidas melhorias em relação aos requerimentos de apresentação e divulgação com foco na Demonstração de Resultado do Exercício ("DRE"). As novas divulgações incluem os seguintes requerimentos: (i) novas categorias e subtotais obrigatórios na DRE: o IFRS 18 introduz 3 ("três") categorias definidas na estrutura da DRE, com a inclusão de novos subtotais e classificação em operacional, investimento e financiamento. Com isso, o IFRS 18 exigirá a apresentação de 2 ("dois") novos subtotais definidos na DRE, o lucro operacional e o lucro antes dos juros e impostos sobre o lucro; (ii) divulgações em notas explicativas sobre métricas não-*GAAP* (*management-defined performance measures* - MPMs); e (iii) melhora na agregação e desagregação de informação na DRE introduzindo requisitos específicos de saldos denominados como outros e apresentação de despesas operacionais especificadas por natureza, incluídas em cada linha de acordo com sua função. Esta norma será objeto de consulta pública pela CVM em 2024 para que seja realizada a conversão do IFRS 18. **3.3.5 Decisão da agenda do IFRIC sobre a divulgação de receitas e despesas para segmentos reportáveis (CPC 22 / IFRS 8):** Em julho de 2024, o IASB aprovou uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma entidade aplica os requisitos do parágrafo 23 do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento. A Companhia está avaliando o conteúdo desta decisão da agenda do IFRIC e não espera alterações no formato de divulgações por informação por segmento, pois não foi alterada a forma de gestão e a maneira com o que a diretoria e os *stakeholders* analisam o negócio. **3.3.6 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Aplicável para período anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2026):** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas: (i) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro; (ii) esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros; (iii) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e (iv) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **3.3.7 IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (Aplicável para períodos anuais como início em/ou após 1º de janeiro de 2027):** Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Taxa média % a.a.	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Caixa		**7.006**	2.979
Bancos		**44.520**	55.047
Equivalentes de caixa [1]	**1,00% a 100,00% do CDI - 2024** (78,50% a 102,50% do CDI - 2023)	**423.956**	680.280
		475.482	738.306

1) Inclui, substancialmente, aplicações compromissadas e Certificado de Depósito Bancário ("CDB") em bancos considerados de 1ª. linha. Em 31 de dezembro de 2024, na controladora, o saldo de bancos é R$22.377, substancialmente, representado por aplicações em CDB com taxa de 100% do CDI (R$190.182, substancialmente, representado, por aplicações em fundo de investimento com taxa de 100,00% do CDI, em 31 de dezembro de 2023).

5. ATIVOS FINANCEIROS

	Taxa média % a.a.	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Aplicações em títulos de renda fixa [1]	**100,00% do CDI - 2024** (100,00% do CDI - 2023)	**74.682**	115.001
Aplicações financeiras [2]	**99,00% a 100,00% do CDI - 2024** (99,00% a 103,90% do CDI - 2023)	**101.238**	319.580
		175.920	434.581
Circulante		**60**	309.105
Não circulante		**175.860**	125.476

1) São adquiridas em conexão com determinadas operações de securitização e emissão de CRAs (nota 16) e FIDC Fiagro (nota 1.4.4.). Em 31 de dezembro de 2024, a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedidos em conexão às cotas subordinadas e mezanino e contas centralizadoras, estão limitadas entre 1,22% a 20,05%% do valor da emissão. Adicionalmente, a Companhia não incorreu e não espera incorrer em quaisquer perdas relacionadas a não liquidez da carteira de recebíveis cedidos, que as operações de securitização remanescentes não requerem a substituição dos recebíveis, pois a obrigação é justificar a realização das vendas e/ou são operações sem direito de regresso. 2) Em 31 de dezembro de 2024, em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, ocorrido em 18 de setembro de 2024, determinadas instituições financeiras executaram os depósitos em garantia (*escrow account*) que estavam atrelados à empréstimos e financiamentos e reciprocidade com vencimento para resgate (nota 15). O saldo remanescente é representado, substancialmente, por notas comerciais, adquiridas em conexão com o FIDC FIAGRO (nota 1.4.4.). Em 31 de dezembro de 2024, na controladora, o saldo de ativos financeiros é de R$172.452, substancialmente, representado, por cotas subordinadas e mezanino e contas centralizadoras e aplicações financeiras, com taxa de 100,00% do CDI (R$108.819, substancialmente, representado, por cotas subordinadas e contas centralizadoras, com taxa de 100,00% do CDI, em 31 de dezembro de 2023).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

6.1 Composição dos saldos

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Contas a receber	**1.506.721**	2.630.774
Partes relacionadas (nota 20.1)		18.051
Títulos securitizados [1]	**878.167**	1.060.948
Transações de *barter* [2]	**18.258**	65.330
Outras		25.876
(-) PECLD	**(1.159.410)**	(236.175)
	1.243.736	3.564.804
Circulante	**988.142**	3.327.372
Não circulante	**255.594**	237.432

1) A Companhia realiza cessões de crédito que são atrelados a empréstimos e financiamentos e a operações de securitização e emissão de CRAs, onde não há transferência substancial, à contraparte, de todos os riscos e benefícios associados aos ativos, e dessa forma, esses títulos não são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Consequentemente, o passivo resultante dessas operações está registrado nas rubricas de empréstimos e financiamentos e de obrigações por cessão de crédito (notas 15 e 16). 2) Compreende as operações na modalidade *barter*, que consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (*commodities* agrícolas) em substituição do pagamento em caixa. São tratados como contrato a termo, sendo um instrumento financeiro que é inicialmente, reconhecido a valor justo e posteriormente, remensurado a cada data de fechamento de balanço. A Companhia realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência de controle à contraparte de todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2024 foi de R$970.860 no consolidado (R$513.625 no consolidado em 31 de dezembro de 2023) e estão, substancialmente, atreladas as transações do FIDC FIAGRO (nota 1.4.4). Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio das Contas a receber de clientes para o segmento operacional insumos foi de 162 dias (215 dias em 31 de dezembro de 2023) e para grãos foi de 24 dias (2 dias em 31 de dezembro de 2023). As contas a receber de clientes sobre as vendas a prazo são sujeitas ao ajuste a valor presente pelo prazo de cada operação a uma taxa mensal média de 1,20% (1,20% em 31 de dezembro de 2023).

6.2 Análise dos vencimentos

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Valores a vencer	**719.269**	3.197.446
Valores vencidos		
1 a 60 dias	**72.118**	67.232
61 a 180 dias	**401.661**	152.515
181 a 360 dias	**733.414**	133.874
361 e 720 dias	**211.356**	74.274
Acima de 720 dias	**265.328**	175.638
(-) PECLD	**(1.159.410)**	(236.175)
	524.467	367.358
	1.243.736	3.564.804

Na avaliação da Diretoria e em conexão ao mencionado na nota 22.2.1, a PECLD foi mensurada considerando os critérios do contexto atual da Companhia (notas 1.1 e 1.4.8).

6.3 Movimentação da PECLD

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
No início do exercício	**(236.175)**	(285.779)
(Adição)/reversão, líquida	**(923.235)**	49.604
No final do exercício	**(1.159.410)**	(236.175)

Em 31 de dezembro de 2024, do montante total de contas a receber de clientes, a Companhia mantém garantias atreladas a hipotecas, CPRs e maquinários, no montante de R$184.660. **6.4 Informações sobre os principais clientes:** A Companhia não possui clientes, individualmente ou como grupo econômico, responsáveis por mais de 10% da receita líquida total, em decorrência das características do setor e do mercado de atuação, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7. ESTOQUES

7.1 Composição dos saldos

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Defensivos	**123.860**	497.018
Sementes	**325**	121.858
Fertilizantes	**4.704**	29.008
Especialidades [1]	**117.357**	117.893
Grãos (nota 7.3)	**34.697**	64.977
Valor justo - Grãos	**10.779**	21.126
Outros (nota 7.3)	**10.425**	17.573
(-) Provisão para perdas estimadas nos estoques	**(78.329)**	(29.618)
	223.818	839.835

1) Compreendem foliares, adubos biológicos e inoculantes.
Em 31 de dezembro de 2024, o custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos reconhecido no resultado foi de R$4.674.048 (R$8.430.991 em 31 de dezembro de 2023). O montante do estoque de grãos oferecido em garantia está divulgado na nota 15.4. **7.2 Movimentação da provisão (reversão) de perdas estimadas:** As movimentações foram registradas em contrapartida a rubrica de custo dos produtos e mercadorias e vendidos, estão divulgadas a seguir:

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
No início do exercício	**(29.618)**	(39.665)
Adição [1]	**(50.231)**	(24.632)
Baixa / reversão [2]	**1.520**	34.679
No final do exercício	**(78.329)**	(29.618)

1) O aumento no período é referente a (i) redução de preços de produtos de R$9.871 (R$27.852 em 31 de dezembro de 2023) e (ii) provisão para produtos vencidos de R$40.461, substancialmente decorrente da quebra dos acordos de devolução por parte dos fornecedores em função do Pedido de Recuperação Judicial (R$13.825 em 31 de dezembro de 2023). 2) Refere-se, substancialmente, as vendas de insumos que estavam ajustados ao valor realizável líquido.
7.3 Mensuração dos estoques de grãos: As cotações utilizadas para a valorização dos estoques de grãos foram obtidas na Bolsa de Mercadorias e Futuros ("BM&F") e *Chicago Board Of Trade* ("CBOT") e estão divulgadas a seguir:

	Consolidado 31/12/2024			Consolidado 31/12/2023		
	Valor	Saca [1]	Valor R$/Saca [2]	Valor	Saca [1]	Valor R$/Saca [2]
Soja	**21.322**	**187**	**114,02**	16.427	117	140,40
Milho	**24.092**	**354**	**68,06**	60.941	985	61,87
Trigo	**30**	**0,4**	**83,64**	8.735	112	77,99
Café	**32**	**0,04**	**875,11**			
	45.476	**541**		86.103	1.214	

1) Em milhares de quantidades de sacas de 60 kg. 2) Valores expressos em Reais.
Os níveis de exposição da Companhia aos riscos de mercado relacionados às cotações dos *commodities* agrícolas estão divulgados na nota 22.1.2.3.

8. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA ("IRPJ") E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO ("CSLL")

8.1 Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado	**(2.996.138)**	(374.135)	**(2.841.599)**	(488.489)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	**1.018.687**	127.206	**966.150**	165.399
Efeito tributário sobre diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	**(949.622)**	(85.093)		
Subvenção governamental (nota 18.1.1)				174.030
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social de anos anteriores constituídos no exercício				93.158
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa e diferenças temporárias não constituídos (nota 8.3)	**(69.065)**	(42.103)	**(954.803)**	(311.201)
Adições e exclusões permanentes		(10)	**(885)**	(426)
Reversão dos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e sobre diferenças tributáveis temporárias (nota 8.2)			**(188.874)**	
Outros				237
			(178.413)	121.197
Correntes			**(123)**	(12.865)
Diferidos			**(178.290)**	134.062
Resultado com imposto de renda e contribuição social no período			**(178.413)**	121.197
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL			**6,28%**	(24,81)%

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia deduziu as subvenções fiscais para investimento da base cálculo de ICMS da base de apuração do IRPJ e CSLL, com amparo no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, que foi alterado pela Lei Complementar nº 160/2017. A partir de 1 de janeiro de 2024, com o início da vigência da Lei nº 14.789/2023, a Companhia não mais deduzirá os incentivos de ICMS da base de cálculo do IR e da CSLL. Para maiores informações acerca da constituição de ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, além de maior detalhamento quanto às subvenções obtidas pela Companhia relativamente ao ICMS, vide, respectivamente, as notas 8.3 e 18.1.1.

8.2 Movimentação do saldo líquido dos impostos diferidos

Consolidado	31/12/2023	Reclassificação	31/12/2023 (reclassificação)	Reconhecido no resultado	31/12/2024
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	**93.158**		**93.158**	**(93.158)**	
PECLD	**80.300**	(25.216)	**55.084**	**(55.084)**	
Valor justo de contratos a termo - *commodities* agrícolas	**30.930**	(28.800)	**2.130**	**(2.130)**	
Ajuste a valor presente	**30.116**	(20.465)	**9.651**	**(9.651)**	
Provisão para custos, despesas e fretes	**16.367**	(2.989)	**13.378**	**(13.378)**	
Provisão para ajuste a valor realizável nos estoques	**7.988**	1.871	**9.859**	**(9.859)**	
Provisão para passivos contingentes	**2.823**	(2.823)			
Mais valia sobre imobilizado e intangível	**(101.078)**	31.077	**(70.001)**	**10.584**	**(59.417)**
Valor justo dos estoques de grãos	**(5.414)**	5.125	**(289)**	**289**	
Outros [1]	**(36.317)**	42.220	**5.903**	**(5.903)**	
Líquido	**118.873**		**118.873**	**(178.290)**	**(59.417)**
Ativo	**188.874**		**188.874**		
Passivo	**(70.001)**		**(70.001)**		**(59.417)**

1) Inclui variações cambiais não realizadas (liquidadas), provisões para ajustes relativos a operações de compras e vendas com preços a fixar, provisões para fretes, dissídios e arrendamentos.

Consolidado	31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2023
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social		93.158	93.158
PECLD	9.969	70.331	80.300
Valor justo de contratos a termo - *commodities* agrícolas	99.989	(69.059)	30.930
Ajuste a valor presente	13.247	16.869	30.116
Provisão para custos, despesas e fretes	19.229	(2.862)	16.367
Provisão para ajuste a valor realizável nos estoques	8.970	(982)	7.988
Provisão para passivos contingentes		2.823	2.823
Valor justo dos estoques de grãos	(62.832)	57.418	(5.414)
Mais valia sobre imobilizado e intangível	(102.691)	1.613	(101.078)
Outros [1]	(1.070)	(35.247)	(36.317)
Líquido	(15.189)	134.062	118.873
Ativo	71.891		188.874
Passivo	(87.080)		(70.001)

1) Inclui variações cambiais não realizadas (liquidadas), provisões para ajustes relativos a operações de compras e vendas com preços a fixar, dissídios e arrendamentos.
8.3 Ativo fiscal diferido: Por ter deduzido as subvenções de ICMS da base de apuração do IRPJ e CSLL até 31 de dezembro de 2023, a Companhia até então não constituía, com exceção de uma única controlada, o ativo fiscal diferido relativo aos (i) prejuízos fiscais acumulados e (ii) montante líquido das diferenças temporárias tributáveis (ou dedutíveis) em períodos subsequentes, por entender não haver expectativa de realização de tais créditos fiscais. No entanto, a partir de 1 de janeiro de 2024, com o início da vigência da Lei nº 14.789/2023, que revogou o artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, a Companhia não deduziu os incentivos de ICMS concedidos pelos Estados, especialmente aqueles previstos no Convênio nº 100/1997, da base de apuração do IRPJ e da CSLL, e consequentemente, aumentará a despesa de tais tributos em comparação a períodos anteriores. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, devido a situação econômica e financeira da Companhia, conforme descrito na nota 1.1 e 1.4.8, a Companhia procedeu com a reversão total do saldo do ativo fiscal diferido de IRPJ e da CSLL sobre (i) prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas acumulados e (ii) diferenças temporárias tributáveis existentes, para as controladas que apresentaram ativo fiscal diferido constituído (R$118.873 em 31 de dezembro de 2023), essa reversão ocorreu diante das incertezas e dificuldades em mensurar as projeções de lucros tributáveis futuros que é uma premissa relevante para a manutenção do registro contábil dos tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais e as bases negativas da CSLL não utilizados em 31 de dezembro de 2024, ou seja, não reconhecidos os impostos diferidos sobre eles, totalizam aproximadamente, R$4,5 bilhões no consolidado (R$2,0 bilhões no consolidado em 31 de dezembro de 2023).

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

9.1 Composição dos saldos

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
ICMS a recuperar [1]	**60.703**	53.035
PIS/COFINS a recuperar [2]	**97.207**	104.899
Outros	**1.295**	3.714
	159.205	161.648
Circulante	**97.689**	67.658
Não circulante	**61.516**	93.990

1) Compreendem, substancialmente, as operações de compras de fora do Estado, principalmente nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Paraná e São Paulo. Como parte das ações de realização destes créditos estão sendo tomadas as seguintes medidas: (i) aquisição de insumos no próprio estado de comercialização (origem) e; (ii) compras junto a fornecedores, no qual será utilizado como forma de pagamento os créditos de ICMS habilitados de São Paulo e Paraná. Até 31 de dezembro de 2024 aproximadamente R$1.743 estão habilitados para utilização e R$27.578 em processo de habilitação. 2) Compreendem, substancialmente, as operações de aquisição de insumos e de serviços utilizados para comercialização das mercadorias. Os créditos estão sendo realizados em compensações com outros tributos e contribuições federais.
Em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, ocorrido em 18 de setembro de 2024, parte dos saldos de tributos a recuperar, R$3.110 foram provisionados para perda em razão da redução do número de lojas (notas 1.4.8.4, 11.1, 13.1 e 13.2). Conforme divulgado na nota 11.2, devido à ausência do teste para redução ao valor recuperável (*impairment*), a Companhia não pôde concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre o saldo remanescente de ICMS a recuperar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

10. INVESTIMENTOS

10.1 Investimentos em controladas, líquidos

Controladora	Participação societária (%) 31/12/2024	Participação societária (%) 31/12/2023	Patrimônio líquido / (passivo a descoberto) 31/12/2024	Patrimônio líquido / (passivo a descoberto) 31/12/2023	Resultado do exercício 31/12/2024	Resultado do exercício 31/12/2023
Controlada						
Agrocat	**100,00**	100,00	**100.024**	230.371	**(130.347)**	38.486
Agro Control	**100,00**	100,00	**(581.443)**	97.805	**(672.924)**	(244.945)
Agrogalaxy Franchise	**100,00**	100,00	**135**	134	**1**	3
Boa Vista	**100,00**	100,00	**(169.798)**	88.083	**(257.882)**	19.823
Ferrari Zagatto	**80,00**	80,00	**(29.099)**	86.355	**(115.453)**	38.129
Grão de Ouro	**100,00**	100,00	**(199.653)**	(12.387)	**(186.967)**	(79.183)
Rural Brasil	**100,00**	100,00	**(1.142.998)**	282.950	**(1.432.761)**	4.804
			(2.022.832)	773.311	**(2.796.333)**	(222.883)

10.2 Composição dos investimentos, líquidos

Controlada	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Investimento	**100.024**	230.371
Mais valia	**13.945**	15.937
Ágio	**89.815**	89.815
Agrocat	**203.784**	336.123
Investimento	**(581.443)**	97.805
(-) Provisão para perda de investimentos em controladas	**581.443**	
Agro Control		97.805
Investimento	**135**	134
Agro Franchise	**135**	134
Investimento	**(169.798)**	88.083
Mais valia	**16.311**	18.894
Ágio	**65.076**	65.076
(-) Provisão para perda de investimentos em controladas	**88.411**	
Boa Vista		172.053
Investimento	**(23.279)**	69.084
Mais valia	**20.888**	24.021
Ágio	**56.525**	56.525
Ferrari Zagatto	**54.134**	149.630
Investimento	**(199.653)**	(12.387)
Mais valia	**14.937**	18.137
Ágio	**67.025**	67.025
(-) Provisão para perda de investimentos em controladas	**117.691**	72.775
Grão de Ouro		
Investimento	**(1.142.998)**	282.950
Mais valia	**38.280**	47.135
Ágio	**260.266**	260.266
(-) Provisão para perda de investimentos em controladas	**844.452**	
Rural Brasil		590.351
	258.053	1.418.871
Investimento	**(2.017.012)**	756.040
Mais valia	**104.361**	124.124
Ágio	**538.707**	538.707
(-) Provisão para perda de investimentos em controladas	**1.631.997**	
	258.053	1.418.871

10.3 Informações financeiras das controladas

31/12/2024

	Controladas diretas: Agrocat	Agro Control	Agrogalaxy Franchise	Boa Vista	Ferrari Zagatto	Grão de Ouro	Rural Brasil	Controladas indiretas: Agrototal	Agro 100	Agro Ferrari	Campeã	Grão de Ouro Insumos
Ativo												
Circulante	310.005	3.591	136	312.837	508.527	143.660	508.776	132	822.722	142.381	264.104	4.684
Não circulante	42.568	28.366		51.299	22.987	27.853	360.384	4.357	200.870	30.369	98.010	208
	352.573	**31.957**	**136**	**364.136**	**531.514**	**171.513**	**869.160**	**4.489**	**1.023.592**	**172.750**	**362.114**	**4.892**
Passivo e patrimônio líquido / (passivo a descoberto)												
Circulante	240.809	5.266	1	533.815	554.953	364.649	1.998.912	4.241	1.670.037	208.896	301.845	2.577
Não circulante	11.740	608.134		119	5.660	6.517	13.246	720.717	46.408	134	5.467	
Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	100.024	(581.443)	135	(169.798)	(29.099)	(199.653)	(1.142.998)	(720.469)	(692.853)	(36.280)	54.802	2.315
	352.573	**31.957**	**136**	**364.136**	**531.514**	**171.513**	**869.160**	**4.489**	**1.023.592**	**172.750**	**362.114**	**4.892**
Receita líquida	**495.900**			**250.442**	**484.702**	**138.756**	**1.291.561**		**1.848.969**	**99.825**	**404.724**	**378**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(108.628)**	**(672.924)**	**1**	**(244.561)**	**(110.054)**	**(186.967)**	**(1.317.309)**	**(674.263)**	**(611.002)**	**(66.592)**	**(105.777)**	**(384)**
Imposto de renda e contribuição social	**(21.720)**		**(0)**	**(13.321)**	**(5.399)**		**(115.452)**				**(33.105)**	
Resultado líquido do exercício	**(130.347)**	**(672.924)**	**1**	**(257.882)**	**(115.453)**	**(186.967)**	**(1.432.761)**	**(674.263)**	**(611.002)**	**(66.592)**	**(138.883)**	**(384)**

31/12/2023

	Controladas diretas: Agrocat	Agro Control	Agrogalaxy Franchise	Boa Vista	Ferrari Zagatto	Grão de Ouro	Rural Brasil	Controladas indiretas: Agrototal	Agro 100	Agro Ferrari	Campeã	Grão de Ouro Insumos
Ativo												
Circulante	572.515	3.588	135	616.383	626.045	380.187	2.004.596	245	1.602.094	174.125	255.169	4.299
Não circulante	62.241	98.362		64.060	53.462	54.931	595.544	13	274.880	36.863	105.840	123
	634.756	**101.950**	**135**	**680.443**	**679.507**	**435.118**	**2.600.140**	**258**	**1.876.974**	**210.988**	**361.009**	**4.422**
Passivo e patrimônio líquido / (passivo a descoberto)												
Circulante	389.942	2.043	1	565.661	578.294	346.853	2.081.111	4.260	1.802.513	169.936	185.969	1.723
Não circulante	14.443	2.102		26.699	14.858	100.652	236.079	38.335	156.313	10.740	21.556	
Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	230.371	97.805	134	88.083	86.355	(12.387)	282.950	(42.337)	(81.852)	30.312	153.484	2.699
	634.756	**101.950**	**135**	**680.443**	**679.507**	**435.118**	**2.600.140**	**258**	**1.876.974**	**210.988**	**361.009**	**4.422**
Receita líquida	**958.241**		**6**	**651.815**	**898.292**	**412.573**	**2.427.011**		**3.913.747**	**249.534**	**509.671**	**9.050**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**16.766**	**(244.945)**	**4**	**6.502**	**54.852**	**(79.183)**	**(116.751)**	**(241.098)**	**(140.658)**	**(36.039)**	**42.618**	**(2.748)**
Imposto de renda e contribuição social	**21.720**		**(1)**	**13.321**	**(16.723)**		**121.554**		**(63.874)**		**33.105**	**7**
Resultado líquido do exercício	**38.486**	**(244.945)**	**3**	**19.823**	**38.129**	**(79.183)**	**4.804**	**(241.098)**	**(204.532)**	**(36.039)**	**75.723**	**(2.741)**

continua...

... continuação

10.4 Movimentação dos investimentos, líquidos

	Controladora
Saldo em 31/12/2022	**1.669.142**
Resultado de equivalência patrimonial	(250.271)
Saldo em 31/12/2023	**1.418.871**
Resultado de equivalência patrimonial	(2.793.005)
Aumento de capital em controladas	13.573
(-) Provisão para perda de investimentos em controladas	1.631.997
Efeito reflexo de controladas	(13.383)
Saldo em 31/12/2024	**258.053**

A provisão para perda de investimentos em controladas decorre exclusivamente da deterioração do patrimônio líquido das investidas, não estando relacionada a ausência do teste para redução ao valor recuperável (*impairment*) divulgada a nota 11.2, tendo em vista que o Plano de Recuperação Judicial das controladas ainda não foi homologado, o que impossibilita a definição de premissas confiáveis para a estimativa de fluxos de caixa futuros.

11. IMOBILIZADO

11.1 Composição dos saldos

Custo	Taxa de depreciação média a.a. %	31/12/2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2024
						Consolidado
Terrenos		22.795	9.398	(66)		32.127
Veículos	16,67	30.806	866	(4.651)	160	27.181
Máquinas e equipamentos	14,29	61.298	11.932	(4.423)	287	69.094
Móveis e utensílios	14,29	17.944	1.183	(1.518)	562	18.171
Computadores e periféricos	14,29	28.053	210	(999)	(14)	27.250
Edificações, instalações e benfeitorias	6,67	141.762	6.110	(55.544)	4.752	97.080
Outros [1]		3.906	2.926		(5.747)	1.085
		306.564	**32.625**	**(67.201)**		**271.988**
Depreciação						
Veículos		(17.625)	(4.269)	3.035		(18.859)
Máquinas e equipamentos		(18.570)	(6.230)	231	(1)	(24.570)
Móveis e utensílios		(8.463)	(2.430)	298		(10.595)
Computadores e periféricos		(15.356)	(4.278)	517		(19.117)
Edificações, instalações e benfeitorias		(26.893)	(11.420)	11.880	1	(26.432)
		(86.907)	**(28.627)**	**15.961**		**(99.573)**
Valor residual		**219.657**	**3.998**	**(51.240)**		**172.415**

1) Compreendem consórcio e imobilizado em andamento.
Em decorrência da reestruturação estratégica e operacional mencionada na nota 1.4.8.4, em que foi divulgada a redução do número de lojas, a Companhia avaliou e registrou uma baixa de R$36.419 nos ativos de edificações, instalações e benfeitorias oriunda dos efeitos dos distratos dos contratos de arrendamentos, que foram incluídos no Pedido de Recuperação Judicial (nota 1.4.8) e contabilizados em contrapartida a rubrica de outras despesas (nota 25).

Custo	Taxa de depreciação média a.a. %	31/12/2022	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2023
						Consolidado
Terrenos		6.892	10.200	(200)	5.903	22.795
Veículos	16,67	41.610	4.689	(17.648)	2.155	30.806
Máquinas e equipamentos	14,29	45.599	10.910	(2.724)	7.513	61.298
Móveis e utensílios	14,29	15.471	4.805	(144)	(2.188)	17.944
Computadores e periféricos	14,29	25.787	2.614	(344)	(4)	28.053
Edificações, instalações e benfeitorias	6,67	106.881	54.109	(5.782)	(13.446)	141.762
Outros [1]		1.967	1.872		67	3.906
		244.207	**89.199**	**(26.842)**		**306.564**
Depreciação						
Veículos		(27.293)	(5.723)	15.391		(17.625)
Máquinas e equipamentos		(15.728)	(4.605)	1.464	299	(18.570)
Móveis e utensílios		(6.223)	(2.264)	66	(42)	(8.463)
Computadores e periféricos		(11.318)	(4.281)	243		(15.356)
Edificações, instalações e benfeitorias		(17.914)	(9.791)	1.069	(257)	(26.893)
		(78.476)	**(26.664)**	**18.233**		**(86.907)**
Valor residual		**165.731**	**62.535**	**(8.609)**		**219.657**

1) Compreendem consórcio e imobilizado em andamento.
11.2 Redução ao valor recuperável (*impairment*): Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía indicação de ocorrência de redução no valor recuperável do seu ativo imobilizado, entretanto, não detinha informações suficientes para proceder ao teste para redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A impossibilidade da realização do teste, é decorrente do Pedido de Recuperação Judicial, onde é prevista a apresentação de um plano de recuperação (melhor detalhado abaixo), que será base para as análises e projeções futuras. O plano inicial foi apresentado em 02 de dezembro de 2024, dentro do prazo de 60 dias da publicação da decisão, entretanto, apesar da aprovação pelos credores, ainda aguarda a homologação judicial (nota 31.7) e desse modo, depende de eventos futuros e não permite, neste momento, que a Companhia conclua com segurança uma projeção futura, uma vez que o plano homologado determinará os montantes e prazos a serem pagos no âmbito deste processo de recuperação judicial. O plano inicial apresenta a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, a demonstração de sua viabilidade econômica e a avaliação dos seus bens e ativos. A Companhia foi assessorada por especialistas para a elaboração do Pedido de Recuperação Judicial, que incluiu entre outros, o plano de negócio com as alternativas para a captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa projetados para os próximos exercícios. Tão logo a Companhia tenha este plano de recuperação aprovado e homologado, o teste para redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado, será elaborado e caso seus efeitos reflitam em ajustes nas demonstrações financeiras, serão reconhecidos conforme prática contábil aplicável. Diante de todo o cenário exposto acima, devido à ausência do teste para redução ao valor recuperável (*impairment*), a Companhia não pôde concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os referidos ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. **11.3 Bens oferecidos em garantia:** Em 31 de dezembro de 2024, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia em operações de empréstimos, composto, por edificações e instalações, totalizaram R$4.108 (não havia bens do ativo imobilizado oferecidos em garantia em 31 de dezembro de 2023).

12. INTANGÍVEL

12.1 Composição dos saldos

Custo	Taxa de depreciação média a.a. %	31/12/2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2024
						Consolidado
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		691.439				691.439
Carteira de clientes	14,00	352.127				352.127
Software [1]	20,00	218.609	20.358	(7)	(1.470)	237.490
Marcas, patentes e outros	12,40	266				266
		1.262.441	**20.358**	**(7)**	**(1.470)**	**1.281.322**
Amortização						
Carteira de clientes		(137.133)	(30.495)			(167.628)
Software		(53.835)	(35.015)	7	1.445	(87.398)
Marcas, patentes e outros		(137)	(17)		25	(129)
		(191.105)	**(65.527)**	**7**	**1.470**	**(255.155)**
Provisão para perdas [2]			(91.657)			(91.657)
Valor residual		**1.071.336**	**(136.826)**			**934.510**

1) Compreende a adição, substancial, de melhorias e renovação de softwares e investimentos no Projeto Digital.
2) Compreende a provisão para perdas referente ao Novo Modelo Operacional ("NMO"), relativo à implantação de novo *Enterprise Resource Planning* ("ERP"), em decorrência de decisão estratégica em conexão ao contexto atual da Companhia, a qual está registrada em contrapartida a rubrica de outras despesas.

Custo	Taxa de depreciação média a.a. %	31/12/2022	Adições	31/12/2023
				Consolidado
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		691.439		691.439
Carteira de clientes	14,00	352.127		352.127
Software [1]	20,00	144.120	74.489	218.609
Marcas, patentes e outros	12,40	266		266
		1.187.952	**74.489**	**1.262.441**
Amortização				
Carteira de clientes		(102.146)	(34.987)	(137.133)
Software		(28.332)	(25.503)	(53.835)
Marcas, patentes e outros		(118)	(19)	(137)
		(130.596)	**(60.509)**	**(191.105)**
Valor residual		**1.057.356**	**13.980**	**1.071.336**

1) Compreende a adição, substancial, de investimentos nos Projeto Digital e Novo Modelo Operacional ("NMO"), relativo à implantação de novo *Enterprise Resource Planning* ("ERP"), para o qual, conforme mencionado acima, foi reconhecida uma provisão para perdas em 31 de dezembro de 2024.
Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados e foi alocado às unidades geradoras de caixa e estão divulgados na nota 23.7. Entretanto, a seguir é divulgado sobre a impossibilidade que direcionou a Companhia em não realizar o teste para redução ao valor recuperável (*impairment*) do intangível. **12.2 Redução ao valor recuperável (*impairment*):** Conforme divulgado na nota 11.2, devido à ausência do teste para redução ao valor recuperável (*impairment*), a Companhia não pôde concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024, exceto pelo reconhecimento de provisão para perdas relativas ao Novo Modelo Operacional ("NMO"). Os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) estão divulgados na nota 23.7.

13. ARRENDAMENTO

13.1 Direito de uso

	31/12/2023	Adições / Atualizações	Baixas	Transferências	31/12/2024
					Consolidado
Custo					
Imóveis	204.769	74.778	(115.050)	1.290	165.787
Veículos	61.536	8.080	(42.904)	646	27.358
Máquinas e equipamentos	37.597	10.106	(24.529)	(1.935)	21.239
Outros	1.693			(1)	1.692
	305.595	**92.964**	**(182.483)**		**216.076**
Depreciação					
Imóveis	(103.052)	(47.030)	51.106	(1.491)	(100.467)
Veículos	(21.170)	(13.556)	20.204	(650)	(15.172)
Máquinas e equipamentos	(6.813)	(6.111)	5.023	2.140	(5.761)
Outros	(1.467)	(132)		1	(1.598)
	(132.502)	**(66.829)**	**76.333**		**(122.998)**
Valor residual	**173.093**	**26.135**	**(106.150)**		**93.078**

Em decorrência da reestruturação estratégica e operacional mencionada na nota 1.4.8.4, em que foi divulgada a redução do número de lojas, a Companhia avaliou e registrou uma baixa de R$85.892 de ativos arrendados de imóveis, veículos e máquinas e equipamentos oriunda dos efeitos dos distratos dos contratos de arrendamentos, que foram incluídos no Pedido de Recuperação Judicial (nota 1.4.8).

	31/12/2022	Adições / Atualizações	Baixas	31/12/2023
				Consolidado
Custo				
Imóveis	172.314	44.292	(11.837)	204.769
Veículos	61.850	8.405	(8.719)	61.536
Máquinas e equipamentos	16.264	24.456	(3.123)	37.597
Outros	3.961		(2.268)	1.693
	254.389	**77.153**	**(25.947)**	**305.595**
Depreciação				
Imóveis	(73.488)	(39.672)	10.108	(103.052)
Veículos	(10.033)	(15.986)	4.849	(21.170)
Máquinas e equipamentos	(2.930)	(3.904)	21	(6.813)
Outros	(1.383)	(684)	600	(1.467)
	(87.834)	**(60.246)**	**15.578**	**(132.502)**
Valor residual	**166.555**	**16.907**	**(10.369)**	**173.093**

A Companhia, na mensuração e na remensuração do direito de uso e passivo de arrendamento, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. **13.1.1 Redução ao valor recuperável (*impairment*):** Conforme divulgado na nota 11.2, devido à ausência do teste para redução ao valor recuperável (*impairment*), a Companhia não pôde concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os ativos de direito de uso nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. **13.2 Contas a pagar de arrendamento:** Os contratos de arrendamento são mensurados ao valor presente das obrigações contratuais e reconhecidos conforme apresentados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
		Consolidado
Imóveis	**78.427**	106.288
Veículos	**7.555**	33.438
Máquinas e equipamentos	**12.775**	26.184
Outros	**124**	123
	98.881	166.033
Circulante	**50.394**	69.918
Não circulante	**48.487**	96.115

13.2.1 Taxas de desconto: A Companhia calculou suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica:

Natureza dos contratos	31/12/2024	31/12/2023
		Consolidado
Imóveis	**12,44%**	12,44%
Veículos	**16,85%**	16,85%
Máquinas e equipamentos	**17,95%**	17,95%

13.2.2 Cronograma de vencimento - não circulante

Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
		Consolidado
2025	**12.031**	23.850
2026	**14.016**	27.784
2027	**10.182**	20.185
2028	**6.355**	12.597
2029 em diante	**5.903**	11.699
	48.487	96.115

Os pagamentos são realizados em prestações mensais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía contratos de arrendamentos com cláusulas de pagamentos variáveis.

13.2.3 Movimentação

	31/12/2024	31/12/2023
		Consolidado
No início do exercício	**166.033**	156.860
Adições / Atualizações	**92.964**	77.153
Baixas	**(101.630)**	(9.013)
Pagamentos	**(88.156)**	(89.719)
Apropriação de encargos financeiros	**29.670**	30.752
No final do exercício	**98.881**	166.033

Em decorrência da reestruturação estratégica e operacional mencionada na nota 1.4.8.4, em que foi divulgada a redução do número de lojas, a Companhia avaliou e registrou uma baixa de R$80.564 de baixa do contas a pagar relacionado aos ativos arrendados de imóveis, veículos e máquinas e equipamentos oriunda dos efeitos dos distratos dos contratos de arrendamentos, que foram incluídos no Pedido de Recuperação Judicial (nota 1.4.8). Adicionalmente, conforme mencionado na nota 14.1, foi registrada uma provisão na rubrica de outros passivos para os distratos dos contratos de arrendamento de veículos e lojas de R$63.217 em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial conforme divulgado na nota 1.4.8 e que estão contabilizados em contrapartida na rubrica outras despesas (nota 25).

13.3 Valores reconhecidos no resultado do exercício

	31/12/2024	31/12/2023
		Consolidado
Ativos de curto prazo	**2.868**	3.024
Ativos de baixo valor	**467**	457
	3.335	3.481

13.4 Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar: O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
				Consolidado
Contraprestações do arrendamento	**114.043**	**98.881**	183.578	166.033
Não passível de tomada de crédito [1]	**106.607**	**91.326**	147.673	132.595
Passível de tomada de crédito	**7.436**	**7.555**	35.905	33.438
PIS/COFINS potencial a recuperar (9,25%)	**(688)**	**(699)**	(3.321)	(3.093)
	113.355	**98.182**	180.257	162.940

1) Em consonância com a legislação tributária vigente no Brasil, a Diretoria, juntamente com seus assessores tributários, entende que existem arrendamentos que não dão direito a crédito de PIS/COFINS e por isso, apresenta de forma segregada, a parcela potencial para a tomada de crédito sobre o total dos passivos dos contratos de arrendamento. Conforme mencionando na nota 13.2, a provisão de baixa do contas a pagar relacionado aos ativos arrendados impactou diretamente o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar. **13.5 Fluxo projetado com inflação:** Os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal são apresentados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
		Consolidado
Fluxo real		
Direito de uso	**93.078**	173.093
Passivo de arrendamento	**98.881**	166.033
Encargos financeiros	**(29.670)**	(30.752)
	162.289	308.374
Fluxo Inflacionado		
Direito de uso	**98.310**	182.820
Passivo de arrendamento	**104.438**	175.364
Encargos financeiros	**(31.337)**	(32.480)
	171.411	325.704

14. FORNECEDORES

14.1 Composição de saldos

	31/12/2024	31/12/2023
		Consolidado
Fornecedores de mercadorias [1]	**1.586.748**	2.468.116
Fornecedores de grãos	**443.950**	351.349
Partes relacionadas (nota 21.1)	**122.680**	63.141
Serviços e demais produtos	**44.065**	33.119
	2.197.443	2.915.725
Fomento fornecedores	**86.010**	137.988
	2.283.453	3.053.713
Circulante	**2.276.800**	3.053.457
Não Circulante	**6.653**	256

1) Inclui R$299.642 de operações em Dólares dos Estados Unidos da América, que representam USD54.718 (R$379.034 de operações em Dólares dos Estados Unidos da América, que representam USD78.301 em 31 de dezembro de 2023) (nota 22.1.2.1).
Em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, ocorrido em 18 de setembro de 2024, os saldos de fornecedores até a referida data estão com a sua exigibilidade suspensa. Os saldos reconhecidos após o Pedido de Recuperação Judicial estão sendo liquidados normalmente conforme cronograma de vencimento. Adicionalmente, a Companhia realiza os registros contábeis dos montantes efetivamente vencidos e renegociados com os fornecedores. Para os montantes vencidos, mas não renegociados, a Companhia realiza a mensuração e provisão dos juros de acordo com o requerimento legal e faz o acompanhamento dos montantes para atualização subsequente, se aplicável. Assim, o registro foi feito de acordo com as políticas de contabilização vigente da Companhia, o qual foi mensurado até a data do Pedido de Recuperação Judicial, conforme determinado no artigo 6º, inciso II da Lei nº 11.101/2005. Adicionalmente, a variação cambial foi contabilizada até a data do Pedido de Recuperação Judicial, conforme determinado no artigo 9º, inciso II da Lei nº 11.101/2005. Na nota 1.4.8., divulgamos que do saldo de fornecedores e outros passivos, R$2.130.231 estão sujeitos à Recuperação Judicial conforme a 2ª. relação de credores elaborada pela Administração Judicial Conjunta e recebida em 9 de dezembro de 2024. As conciliações entre os saldos contábeis de fornecedores e parte dos saldos contábeis de outros passivos nos montantes de R$2.283.453 e R$444.154, no consolidado, respectivamente e os valores constantes nas relações de credores, bem como as movimentações ocorridas entre 18 de setembro de 2024, data-base das listas de credores, e 31 de dezembro de 2024, data-base dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão em andamento. O saldo a pagar para os fornecedores de grãos está, substancialmente, atrelado à variação do valor justo das *commodities* agrícolas com o qual a Companhia opera. As compras a prazo são sujeitas ao ajuste a valor presente pelo prazo de cada operação a uma taxa de juros mensal média de 1,56% (1,56% em 31 de dezembro de 2023).

14.2 Fomento fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
		Consolidado
Estruturadas	**58.804**	50.643
Não estruturadas	**27.206**	87.345
	86.010	137.988
Circulante	**86.010**	137.988
Não Circulante		

A Companhia possui operações junto a fornecedores classificadas como estruturadas e não estruturadas. As operações estruturadas são transações em que os fornecedores possuem parcerias com instituições financeiras que possibilitam aos mesmos anteciparem os seus recebíveis e, portanto, transferirem o direito do recebimento das faturas para as respectivas instituições financeiras. No que tange a garantias, algumas transações pedem a cessão de recebíveis como suporte e mitigador de risco. As operações não estruturadas constituem em alternativa de suporte aos fornecedores, os quais podem ou não possuir parceria com instituição financeira. Não são realizadas de forma massificada e decorrem de decisão de gestão de caixa dos próprios fornecedores. Em ambas as operações, os fornecedores ao anteciparem seus recebíveis, transferem o direito do recebimento dos títulos para uma instituição financeira e/ou mercado de capitais, mantêm os prazos originais da transação, que foi realizada em condições comerciais similares às praticadas com aqueles fornecedores que não propõem estas operações. Os fornecedores têm liberdade para escolher se desejam ou não antecipar seus recebíveis e com qual instituição financeira, não havendo qualquer participação da Companhia. Não são prestadas garantias adicionais pela Companhia, e o risco de crédito permanece entre o fornecedor e a instituição financeira. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa média é de 1,29% a.m. (1,39% a.m. em 31 de dezembro de 2023) o que demonstra equivalência com a taxa média para compras a prazo junto à fornecedores. A Companhia não observa concentração relevante de fornecedores aderentes ao programa que possa representar risco à sua liquidez ou à gestão do capital de giro. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras que, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores nas demonstrações dos fluxos de caixa como atividade operacional.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

15.1 Abertura por modalidade

Modalidade	Vencimento	Taxa de juros média a.a.	31/12/2024	31/12/2023
				Consolidado
Capital de giro ("4131")	02/2025	**CDI+2,30% a.a. - 2024** (CDI+0,39% a.a. - 2023)	**5.249**	69.815
Nota de crédito à exportação ("NCE")	11/2026	**CDI+2,99% a.a. - 2024** (CDI+4,59% a.a. - 2023)	**342.232**	329.192
Cédula de crédito à exportação ("CCE")	11/2026	**CDI+2,92% a.a. - 2024** (CDI+4,53% a.a. - 2023)	**445.171**	622.119
Cédula de crédito bancário ("CCB")	02/2031	**CDI+3,08% a.a. - 2024** (CDI+4,57% a.a. - 2023)	**232.348**	352.461
Cédula de Produtor Rural Financeira ("CPRF")	09/2025	**CDI+1,75% a.a. - 2024** (CDI+5,10% a.a. - 2023)	**6.193**	25.828
Financiamento para garantia de preços ao produtor ("FGPP")		(CDI+3,31% a.a. - 2023)		7.303
Antecipação de recebíveis e outros [1]	07/2026	**18,44% a.a. - 2024** (26,62% a.a. - 2023)	**411.933**	67.251
			1.443.126	1.473.969
Circulante			**1.443.126**	1.473.969
Não circulante				

1) Inclui, substancialmente, operações de antecipação de recebíveis, além de outras modalidades como Crédito Direto ao Consumidor ("CDC"), Finame, leasing e consórcio. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total de empréstimos e financiamentos inclui R$212.311 de operações em Dólares dos Estados Unidos da América, que representam USD38.771 (não havia exposição em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2023) (nota 22.1.2.1.). Em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, ocorrido em 18 de setembro de 2024, a totalidade dos saldos de empréstimos e financiamentos até a referida data estão com a sua exigibilidade suspensa. Adicionalmente, a Companhia registrou os encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos incorridos até a data do Pedido de Recuperação Judicial, conforme determinado no artigo 6º, inciso II da Lei nº 11.101/2005. Adicionalmente, a variação cambial foi contabilizada até a data do Pedido de Recuperação Judicial, conforme determinado no artigo 9º, inciso II da Lei nº 11.101/2005. Na nota 1.4.8., divulgamos que dos saldos de empréstimos e financiamentos, R$1.320.193 estão sujeitos à Recuperação Judicial conforme a 2ª. relação de credores elaborada pela Administração Judicial Conjunta e recebida em 9 de dezembro de 2024. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui registrado, uma obrigação contratual por empréstimos firmados com uma instituição financeira no montante de R$54.270, bem como saldos em contas correntes no montante de R$885, que diverge do saldo líquido constante dos extratos bancários desta instituição na data-base, no montante de R$248.545. A Companhia iniciou tratativas com a instituição financeira para entendimento e conciliação da divergência apresentada, entretanto até a presente data, a Diretoria não recebeu retorno da instituição financeira para avaliar a necessidade de eventual ajuste nessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

15.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
		Consolidado
No início do exercício	**1.473.969**	**1.902.633**
Captações líquidas de custo de transação	889.210	1.936.273
Pagamento de principal	(900.227)	(2.195.208)
Pagamento de juros	(185.087)	(420.767)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	6.405	6.792
Juros apropriados e amortização de custos de transação	158.856	244.246
No final do exercício	**1.443.126**	**1.473.969**

15.3 Cláusulas restritivas ("*covenants*"): A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas financeiras ("*covenants* financeiros") para verificação dos níveis de alavancagem, os quais são: (i) liquidez corrente igual ou superior a 1.0x; e, (ii) endividamento líquido, inferior ou igual a 2.8x ao EBITDA. A Companhia também possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas não financeiras ("*covenants* não financeiros") para a verificação de eventos de *default* relacionados a fraude, recuperação judicial, falência e ambiental. Os índices são mensurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de cada exercício. Em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, ocorrido em 18 de setembro de 2024, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o saldo de R$390.248 em 31 de dezembro de 2024, pois este fato constitui um evento de inadimplemento nos termos dos contratos vigentes, com impacto em todos os contratos devido as cláusulas de vencimento cruzado ("*cross default*"). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, reclassificou para o passivo circulante, o saldo de R$500.101, correspondente a parcela dos empréstimos e financiamentos originalmente classificada no passivo não circulante. Essa reclassificação ocorreu em razão do não atendimento dos *covenants* financeiros, que determina o direito contratual da contraparte em exigir a liquidação imediata dos empréstimos e financiamentos em determinadas situações, as quais incluem os níveis de alavancagem. Em atendimento aos requisitos contábeis, a Companhia efetuou a reclassificação em atendimento ao CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, haja visto que não obteve dispensa ("*waiver*") de cumprimento de índice financeiro das instituições credoras até 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, a Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos sem cláusulas de *covenants* financeiros, porém com cláusulas de vencimento cruzado ("*cross default*"). Após avaliação realizada com apoio dos assessores jurídicos da Companhia, a Diretoria concluiu que os saldos em aberto dos contratos com cláusula cross default, embora não representem risco de serem exigidos pelos credores, assim como efetuado aos contratos com atingimento de índices financeiros, em atendimento aos requisitos contábeis, os saldos também foram reclassificados para o passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos desses contratos reclassificados para o passivo circulante são de R$42.851, para os quais não houve qualquer exigência de liquidação antecipada, ou qualquer outra exigência, pelos credores até a emissão dessas demonstrações financeiras. **15.4 Garantias:** O valor das garantias cedidas a valor de mercado em contratos de empréstimos e financiamentos são apresentadas a seguir:

Modalidade	31/12/2024	31/12/2023
		Consolidado
Alienação fiduciária [1]	**108.755**	94.965
Avais dos acionistas [2]	**6.356**	37.971
Hipoteca	**7.744**	85.391
Colateral	**1.169**	80.797
Penhor / Estoques	**102.868**	368.853
Cessão fiduciária	**15.776**	56.602
	242.668	724.579

1) Inclui, substancialmente, garantias de terceiros no valor de R$97.175 (R$87.694 em 31 de dezembro de 2023).
2) Inclui, substancialmente, garantias de terceiros no valor de R$6.115 (R$14.092 em 31 de dezembro de 2023).
Em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, ocorrido em 18 de setembro de 2024, determinadas instituições financeiras executaram, substancialmente, as garantias da modalidade colateral.

16. OBRIGAÇÕES POR CESSÃO DE CRÉDITOS

16.1 Abertura por emissão

Emissão	Vencimento	Taxa de juros média a.a.	31/12/2024	31/12/2023
				Consolidado
36ª emissão VERT/XP		(158,00% do CDI - 2023)		30.961
37ª e 49ª emissões OPEA	08/2026	**142,00% do CDI - 2024** (142,00% do CDI - 2023)	**37.026**	48.773
79ª emissão VERT/BTG Pactual [1]	09/2027	**135,00% do CDI - 2024** (136,00% do CDI - 2023)	**482.835**	469.731
Galaxypay	08/2024	**211,00% do CDI - 2024** (211,00% do CDI - 2023)	**263**	182.730
68ª emissão OPEA	04/2027	**130,00% do CDI - 2024** (131,00% do CDI - 2023)	**97.016**	94.570
82ª emissão VERT	05/2026	(140,00% do CDI - 2023)		120.051
			617.140	946.816
Circulante			**617.140**	946.816
Não circulante				

1) Essa emissão está registrada contabilmente na Controladora.
São obrigações originadas em decorrência de operações de securitização e emissão de CRA, são classificadas no passivo circulante e não circulante visando manter a comparabilidade com o seu respectivo lastro com os títulos securitizados registrados no subgrupo de contas a receber de clientes, os quais foram cedidos nessa operação (nota 6.1). Adicionalmente, em determinadas emissões, a Companhia é detentora de cotas subordinadas (nota 6). A Companhia possui assegurada em contrato, a opção de promover a revolvência dos saldos de curto prazo até a liquidação da operação de CRA, por meio de encontro de contas e recompras em consonância com os vencimentos dos títulos securitizados. As operações de CRA têm renovações semestrais a partir de cada vencimento de safra, geralmente, em 30 de abril e 30 de setembro de cada ano. Em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, ocorrido em 18 de setembro de 2024, a totalidade dos saldos de obrigações por cessão de créditos até a referida data estão com a sua exigibilidade suspensa. Adicionalmente, a Companhia registrou os encargos financeiros das obrigações por cessão de créditos incorridos até a data do Pedido de Recuperação Judicial, conforme determinado no artigo 6º, inciso II da Lei nº 11.101/2005. Na nota 1.4.8., divulgamos que dos saldos de obrigações por cessão de crédito, R$618.548 estão sujeitos à Recuperação Judicial conforme a 2ª. relação de credores elaborada pela Administração Judicial Conjunta e recebida em 9 de dezembro de 2024.

16.2 Movimentação das obrigações por cessão de crédito

	31/12/2024	31/12/2023
		Consolidado
No início do exercício	**946.816**	790.455
Captações líquidas de custo de transação	**277.133**	580.221
Pagamento de principal	**(602.966)**	(453.346)
Pagamento de juros	**(115.783)**	(217.266)
Juros apropriados	**76.328**	151.185
Amortização de custos de transação	**35.612**	95.567
No final do exercício	**617.140**	946.816

16.3 Cláusulas restritivas ("*covenants*"): A Companhia possui contratos de obrigações com cessão de créditos com cláusulas restritivas financeiras ("*covenants* financeiros") para verificação dos níveis de alavancagem em relação ao endividamento líquido, inferior ou igual a 3.0x ao EBITDA. Os índices são mensurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de cada exercício. Em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, ocorrido em 18 de setembro de 2024, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o saldo de R$286.850 em 31 de dezembro de 2024, pois este fato constitui um evento de inadimplemento nos termos dos contratos vigentes, com impacto em todos os contratos devido as cláusulas de vencimento cruzado ("*cross default*"). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, reclassificou para o passivo circulante, o saldo de R$401.032, correspondente a parcela das obrigações com cessão de créditos originalmente classificada no passivo não circulante. Essa reclassificação ocorreu em razão do não atendimento dos *covenants* financeiros, que determina o direito contratual da contraparte em exigir a liquidação imediata das obrigações com cessão de créditos em determinadas situações, as quais incluem os níveis de alavancagem. Em atendimento aos requisitos contábeis, a Companhia efetuou a reclassificação em atendimento ao CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, haja visto que não obteve dispensa ("*waiver*") de cumprimento de índice financeiro das instituições credoras até 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, a Companhia possui contratos de obrigações por cessão de créditos sem cláusulas de covenants financeiros, porém com cláusulas de vencimento cruzado ("*cross default*"). Após avaliação realizada com apoio dos assessores jurídicos da Companhia, a Diretoria concluiu que os saldos em aberto dos contratos com cláusula de cross default, embora não representem risco de serem exigidos pelos credores, assim como efetuado aos contratos com atingimento de índices financeiros, em atendimento aos requisitos contábeis, os saldos também foram reclassificados para o passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos desses contratos reclassificados para o passivo circulante são de R$25.897, para os quais não houve qualquer exigência de liquidação antecipada, ou qualquer outra exigência, pelos credores até a emissão dessas demonstrações financeiras.

17. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	31/12/2024	31/12/2023
		Consolidado
Clientes mercado interno	**78.541**	362.204
	78.541	362.204

Compreendem, substancialmente, os adiantamentos recebidos em caixa de produtores rurais e de *trading companies* para a aquisição de insumos para a próxima safra e de grãos em conexão a operações não fixadas. Os adiantamentos de clientes existentes em 31 de dezembro de 2023, geraram, substancialmente, receita ao longo do exercício de 2024. Os adiantamentos de clientes existentes em 31 de dezembro de 2024, deverão, substancialmente, gerar receita ao longo do exercício de 2025. São vrealizados em caixa e não tem risco de perda de margem, pois refere-se ao pagamento dos contratos, principalmente, relacionados ao embarque de grãos ou por antecipação de clientes para aquisição de insumos

18. PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos de natureza ambiental, trabalhista, cível e tributária. A Companhia classifica o risco de perda

continua...

... continuação

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas e efetua depósitos judiciais quando requerida, cujo saldo é R$6.231 em 31 de dezembro de 2024 (R$6.242 em 31 de dezembro de 2023). **18.1 Processos com risco de perda provável:** A Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data-base destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a provisão para riscos cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo provisionado é R$15.244 (R$8.304 em 31 de dezembro de 2023) para processos com risco de perda provável. Os processos que possuem valor a receber dos antigos sócios de empresas adquiridas, cuja responsabilidade está prevista nos respectivos contratos de aquisição das adquiridas, correspondem a R$6.625 (R$7.320 em 31 de dezembro de 2023) e estão reconhecidos no ativo na rubrica de outros ativos.

18.1.1 Movimentação

				Consolidado
				31/12/2024
	Trabalhista	Civil	Tributário	Total
No início do exercício	**950**	**1.645**	**5.709**	**8.304**
Pagamento	(334)	(2.808)		(3.142)
Reversão	(362)	(1.582)		(1.944)
Adição	3.158	3.611	5.257	12.026
No final do exercício	**3.412**	**866**	**10.966**	**15.244**

				Consolidado
				31/12/2023
	Trabalhista	Civil	Tributário	Total
No início do exercício	961	9.723	5.709	16.393
Pagamento	(499)	(629)		(1.128)
Reversão	(459)	(7.482)		(7.941)
Adição	947	33		980
No final do exercício	950	1.645	5.709	8.304

18.2 Processos com risco de perda possível: A Companhia possui contingências de natureza ambiental, trabalhista, cível e tributária, cuja expectativa de perda, avaliada pela Diretoria e suportada pelos seus assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

					Consolidado
					31/12/2024
	Ambiental	Trabalhista	Civil	Tributário	Total
Possível	4.666	24.360	713.343	36.716	776.078
(-) Valores a receber dos ex-sócios (1)	(4.273)	(2.647)	(10.280)	(109.574)	(126.774)
	393	**21.713**	**703.063**	**(72.857)**	**649.304**

1) Processos que possuem valor a receber dos antigos sócios de empresas adquiridas, cuja responsabilidade está prevista nos respectivos contratos de aquisição das adquiridas.

					Consolidado
					31/12/2023
	Ambiental	Trabalhista	Civil	Tributário	Total
Possível	2.609	9.776	44.745	333.269	390.399
(-) Valores a receber dos ex-sócios (1)	(2.524)	(4.216)	(14.284)	(105.777)	(126.801)
	85	5.560	30.461	227.492	263.598

1) Processos que possuem valor a receber dos antigos sócios de empresas adquiridas, cuja responsabilidade está prevista nos respectivos contratos de aquisição das adquiridas. A seguir, são divulgadas as contingências relevantes referentes às seguintes matérias: (i) Auto de infração - Subvenção de ICMS: processo administrativo, da Receita Federal do Brasil ("RFB"), decorrente de autos de infração relativo à exclusão das subvenções de ICMS da base de cálculo do IRPJ e CSLL, ocorrido em 21 de novembro de 2023, relativo aos exercícios de 2018 a 2022. Em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R$229.711 (R$208.684 em 31 de dezembro de 2023). (ii) Auto de infração - IRPJ/CSLL: processo administrativo, da RFB, decorrente de auto de infração de IRPJ E CSLL, ocorrido em 24 de junho de 2021, relativos aos exercícios de 2018 a 2022. Em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado de exposição é de R$81.473 (R$76.806 em 31 de dezembro de 2023). Contudo, nesse caso, a Companhia possui direito de regresso contra os antigos sócios, conforme disposto no contrato aquisição da controlada. (iii) Impugnação de créditos: refere-se a processos de natureza cível relacionados à Ação de Recuperação Judicial da Companhia (nota 1.4.8). Após a publicação da relação de credores elaborada pela Administração Judicial Conjunta, alguns credores ajuizaram impugnações para contestar a inclusão, o valor ou a classificação de seus créditos na lista apresentada. O montante total dos créditos impugnados era de R$471.580 em 31 de dezembro de 2024. A exposição da Companhia decorrente das impugnações de crédito dependerá do desfecho de cada caso específico, conforme abaixo: • Impugnações para majoração/inclusão do crédito: Caso a impugnação seja procedente e o crédito seja reconhecido, será majorado/incluído no concurso de credores, majorando o passivo concursal da Companhia. • Impugnações para exclusão do crédito: Caso a impugnação pleiteando a exclusão do crédito seja julgada procedente, o crédito será excluído do concurso de credores, reduzindo o montante total da dívida sujeita à Recuperação Judicial. Não sendo extinto o crédito excluído, ele pode ser cobrado fora do plano, imediatamente ou após o término da RJ, a depender da natureza do crédito. • Impugnações sobre a classificação do crédito: O crédito porventura reclassificado via impugnação pode trazer impacto na sua prioridade de pagamento e eventualmente, no montante do crédito concursal. A reclassificação do crédito poderá ainda impactar na votação do plano. Além disso, em todos os casos, caso a Companhia seja sucumbente nas impugnações, ou seja, caso ela seja vencida nas discussões objeto das impugnações, poderá ser condenada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, em montantes que oscilam entre 10% e 20% atribuído à Impugnação. Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela Diretoria da Companhia. Entretanto, com base na opinião de seus assessores legais, a Diretoria acredita que todos os tributos e demais obrigações assumidas pela Companhia, têm sido pagos ou provisionadas adequadamente e, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não eram conhecidas ações de vulto formalizadas contra a Companhia que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social: Em consonância ao divulgado na nota 1.4.3, em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R$1.001.131 dividido em 254.543.576 (duzentas e cinquenta e quatro milhões, quinhentas e quarenta e três mil, quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal (R$838.717 dividido em 170.824.989 (cento e setenta milhões, oitocentas e vinte e quatro mil, novecentas e oitenta e nove) em 31 de dezembro de 2023). Os gastos com oferta pública são de R$49.496, totalizando um capital social líquido de R$951.632. A composição do capital social é apresentada a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Bloco de acionistas	**169.851.562**	**66,73%**	92.531.974	54,17%
Administradores			11.569.306	6,77%
Tesouraria	**3.395.679**	**1,33%**	3.395.679	1,99%
Outros acionistas	**81.296.335**	**31,94%**	63.328.030	37,07%
	254.543.576	**100,00%**	170.824.989	100,00%

Por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$2.500.000. Em 31 de dezembro de 2024, as ações ordinárias AGXY3 encerraram o período cotadas a R$0,45 (quarenta e cinco centavos de Reais) (R$3,63 (três Reais e sessenta e três centavos) em 31 de dezembro de 2023). Em 26 de janeiro de 2023, a Companhia comunicou ao mercado que suas ações foram liberadas, a partir de 27 de janeiro de 2023, para negociação pelos investidores do varejo, que são aqueles que não possuem investimentos financeiros em valor superior a R$1.000. A oferta pública inicial de ações da Companhia, ocorrida em 26 de julho de 2021, se deu em conformidade com a então vigente Instrução CVM nº 476/09, que estabelecia inicialmente a distribuição das ações apenas para investidores profissionais com investimento acima de R$10.000 e, a posterior, negociação no mercado secundário entre investidores qualificados com investimento acima de R$1.000, por um período de 18 meses contados da data de admissão à negociação dos papéis do AgroGalaxy em bolsa de valores. Tendo em vista o término do prazo de restrição de negociação das ações do AgroGalaxy nos termos acima esclarecidos, as ações foram liberadas para negociação pelos investidores em geral. **19.2 Dividendos:** O estatuto social da Companhia estabelece que o dividendo mínimo anual é 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram distribuídos dividendos, em decorrência dos prejuízos apurados nos exercícios. **19.3 Reservas: 19.3.1 Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia decorrentes de transações com acionistas e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações. A composição das reservas de capital é decorrente do ágio na emissão de ações pagos pelos acionistas da Companhia, que é oriundo do reflexo de incorporações de controladas por meio de combinação de negócios. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo dessa reserva é de R$490.944. **19.3.2 Reserva de lucros:** São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir: (i) legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, não havia saldo nessa reserva devido a sua absorção integral em 31 de dezembro de 2023. (ii) investimento: constituída na base de até 75% (setenta e cinco por cento) poderá ser retido com base em orçamento de capital, nos termos do art. 196 da Lei das S.A., e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. A reserva foi aprovada e constituída, em linha com a estratégia da Diretoria, para investimentos relacionados a expansão, por meio da abertura de novas lojas, investimento em participação nas vendas por meios digitais e aquisições e incorporações de novas empresas. Em 31 de dezembro de 2024, não havia saldo nessa reserva devido a sua absorção integral em 31 de dezembro de 2023. **19.3.3 Reservas de incentivos fiscais - Controladas:** Durante o exercício de 2023, não houve alteração relevante no que se refere ao conteúdo da Lei Complementar nº160/2017, que alterou a Lei nº 12.973/2014 e artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, bem como quanto ao entendimento da Companhia em relação as suas chances de êxito, em caso de possível questionamento por parte da Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva de incentivos fiscais nas controladas corresponde ao montante consolidado de R$640.678 (R$531.501 em 31 de dezembro de 2023) e o saldo de benefício fiscal ainda não destinado à referida reserva, por não haver lucros suficientes para essa destinação, corresponde ao montante consolidado de R$1.910.144 (R$2.019.421 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia não tem a intenção de distribuir os valores de incentivo aos seus acionistas. Em caso de distribuição de dividendos, haverá tributação, conforme estabelece a Lei nº 12.973/2014, que em 31 de dezembro de 2024, foram estimados em R$867.279 (R$867.279 em 31 de dezembro de 2023) calculados sobre o valor total do benefício fiscal já tomado pelas controladas da Companhia. A partir de 1 de janeiro de 2024, com o início da vigência da Lei nº 14.789/2023, resultado da conversão da Medida Provisória nº 1.185/2023, e que revogou o artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, a Companhia não mais deduzirá os incentivos de ICMS concedidos pelos Estados, especialmente aqueles previstos no Convênio nº 100/1997, da base de apuração IRPJ e CSLL. **19.4 Ações em tesouraria:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve compra ou venda de ações em tesouraria.

	Quantidade	Custo médio por ação	Valor histórico	Valor de mercado
31/12/2023	3.395.679	10,02	34.037	12.326
31/12/2024	**3.395.679**	**10,02**	**34.037**	**1.528**

19.5 Ajustes de avaliação patrimonial: Incluem o resultado de transações realizadas entre a Companhia e os sócios não controladores da Rural Brasil e Agrototal entre 2017 e 2019 e transações com opção de ações outorgadas. **19.6 Absorção do resultado**

	% limite sobre o capital social	Absorção/destinação do resultado		Saldo de reservas	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Reserva legal	20%		(12.962)		
Reserva para investimento	95%		(206.446)		
Reserva de capital				**490.944**	490.944
			(219.408)	**490.944**	490.944

20. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de ILP, segregado no 1º e 2º Programas liquidados em ações, segundo o qual concede aos elegíveis o direito de se tornarem acionistas da Companhia, com o objetivo (i) de estimular a expansão da Companhia e a maior integração dos beneficiários, na qualidade de acionistas e (ii) promover o bom desempenho da Companhia e os interesses de seus acionistas, mediante o comprometimento de longo prazo dos beneficiários. A administração e a estruturação dos termos e condições desse plano é atribuído ao Conselho de Administração da Companhia. As ações objeto do plano serão oriundas de emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado e/ou de ações mantidas em tesouraria, se disponíveis. As opções outorgadas no âmbito dos Programas, não poderão ultrapassar o limite máximo de 6,0% (seis por cento) das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia, sendo que este limite somente poderá ser alterado mediante deliberação da Assembleia Geral da Companhia. O prazo de carência é de 12 (doze) meses no 1º Programa e, no 2º Programa, pode ser de 12 (doze), 24 (vinte e quatro) ou de 36 (trinta e seis) meses, condição esta que varia de contrato para contrato, todos contados da data da outorga. Em ambos os Programas, é de 6 (seis) anos o prazo de exercício. As características dos Programas existentes e o critério de mensuração estão divulgados a seguir. **20.1 Plano de opção de compra de ações: 20.1.1 1º Programa do 1º Plano:** Em 18 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa do 1º Plano de opção de compra de ações da Companhia ("1º Programa"), que previa a outorga de até 4.312.214 (quatro milhões, trezentas e doze mil, duzentas e quatorze) de opções aos beneficiários, ratificando em 20 de janeiro de 2021 a relação dos beneficiários. Em 10 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital da Companhia, observados os limites do capital autorizado, em decorrência do exercício, pelos beneficiários do 1º Programa, da opção de compra de 3.640.339 (três milhões, seiscentas e quarenta mil, trezentas e trinta e nove) ações, ao valor unitário de R$10,09 (dez Reais e nove centavos). Em 10 de março de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a recompra, pela Companhia, das 3.640.339 (três milhões, seiscentas e quarenta mil, trezentas e trinta e nove) ações, ao valor unitário de R$10,09 (dez Reais e nove centavos), para a permanência em tesouraria, em contrapartida ao subgrupo de reservas de lucros da Companhia, ocasião em que as opções até então exercidas pelos beneficiários retornaram ao status quo ante, mantendo os direitos originais das partes, conforme estabelecidos no âmbito dos respectivos contratos de outorga. O preço de exercício das opções desse programa é de R$10,09 (dez Reais e nove centavos) por opção, conforme avaliação da Diretoria, realizada com base em múltiplo de EV/EBITDA ("EV" ou Enterprise value" ou "Valor da empresa")/("EBITDA" ou "Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted" ou "Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado") de transações precedentes, elaboradas por instituição financeira independente da Companhia, com data base de dezembro de 2020, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), acrescido de 7% (sete por cento) ao ano, desde a data base da avaliação até a data de transferências das ações. **20.1.2 2º Programa do 1º Plano:** Em 28 de setembro de 2021, foi aprovado o 2º Programa do 1º plano de opção de compra de ações da Companhia ("2º Programa"), que previa a outorga de até 6.609.100 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. No âmbito deste 2º Programa foram realizadas 2 (duas) outorgas, sendo a 1º outorga aprovada em 28 de setembro de 2021 e a 2º outorga aprovada em 28 de junho de 2022, com efeitos a partir de 1 de julho de 2022, sendo outorgadas no total 3.900.660 opções de compra de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 2.560.243 no âmbito da 1ª outorga, ao preço de exercício de R$9,70 (nove Reais e setenta centavos) por ação e 1.340.417 no âmbito da 2ª outorga, ao preço de exercício R$9,49 (nove Reais e quarenta e nove centavos) por ação. O preço de exercício das opções outorgadas no âmbito do 2º Programa consiste no resultado da soma de cada um dos resultados apurados por meio da multiplicação do preço médio das ações ordinárias da Companhia, negociadas na B3 sob o ticker AGXY em cada um dos pregões realizados nos 90 (noventa) dias corridos que antecederem à data da outorga das opções, pela quantidade total de ações da Companhia negociadas em cada um dos respectivos pregões, dividido pela quantidade total de ações negociadas no mesmo período. **20.1.3 Outorgas realizadas - Controladora**

	Quantidade de ações					
Programa	Total do programa	Total outorgado	Total aberto	Data da outorga	Data do exercício (1)	Valor justo na outorga (2)
1	3.640.399	3.640.399	2.139.510	Jan/2021	Dez/2027	10,09
2	2.560.243	2.560.243	1.655.087	Set/2021	Dez/2027	9,70
2	1.349.305	1.349.305	219.619	Jul/2022	Dez/2027	9,49
	7.549.947	**7.549.947**	**4.014.216**			

1) O Conselho de Administração da Companhia autorizou a prorrogação da data de exercício. 2) Valores expressos em Reais. Em 31 de dezembro de 2024, o montante reconhecido na rubrica de despesas administrativas na demonstração de resultado, foi uma reversão de R$3.210 decorrente de efeito reflexo de controladas e R$14.526 (R$2.488 em 31 de dezembro de 2023) e, consequentemente, no patrimônio líquido foi de R$1.806 (R$16.332 em 31 de dezembro de 2023). Essa reversão é decorrente da reestruturação organizacional realizada ao longo do ano, acarretando a prescrição por desligamento de determinados beneficiários. Durante o ano, houve a prescrição por desligamento de 2.047.862 ações e a quantidade de ações em aberto em 31 de dezembro de 2024 é de 4.014.216 (6.062.078 ações em aberto em 31 de dezembro de 2023).

21. PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais de compra e venda de mercadorias da Companhia com partes relacionadas, foram realizadas com prazos e condições similares com partes não relacionadas. As operações entre a Controladora e partes relacionadas são decorrentes de repasses de recursos financeiros oriundos de captação, são realizadas em condições específicas e não há cobrança de juros no pagamento destas operações. A operação da Controladora com os acionistas é decorrente de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"). Em consonância ao divulgado na nota 1.4.3, o AFAC foi homologado e integralizado ao capital social da Companhia. Adicionalmente, os acionistas também realizaram o repasse de recursos financeiros, remunerados a 100% Taxa DI a.a. cuja liquidação estava prevista para 20 de setembro de 2024. Em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, ocorrido em 18 de setembro de 2024, os saldos de fornecedores e outros passivos até a referida data estão com a sua exigibilidade suspensa. **21.1 Saldos patrimoniais e de resultado:** Os saldos de transações com partes relacionadas estão apresentados a seguir.

								Controladora
	Ativo				Passivo			
	Contas a receber/ Outros ativos		Dividendos a pagar		AFAC		Fornecedores/ Outros passivos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Acionistas				1.967		150.000	**184.638**	38.017
Agro100	**130.078**	80.606					**10.768**	18.274
Agrocat							**41.716**	
Boa Vista	**3.836**							
LCSCS Consultoria Ltda.							**28**	
Rural Brasil	**53.696**	78						19.278
	187.610	80.684		1.967		150.000	**237.150**	75.569
Circulante		80.684		1.967			**192.620**	30
Não circulante	**187.610**					150.000	**44.530**	75.539

								Consolidado
	Ativo				Passivo			
	Contas a receber/ Outros ativos		Adiantamento a fornecedores		Fornecedores/ Outros passivos		AFAC	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Acionistas					**184.638**	38.017		150.000
Pessoa física (1)/(2)(3)		17.873				296		
Biotrop Soluções Biológicas Ltda. (6)			**20**					
GB2 Empreendimentos Ltda. (4)		178				952		
GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (4)						5.381		
LCSCS Consultoria Ltda. (5)					**28**			
Total Biotecnologia Indústria e Comercio S.A.(6)			**12.039**		**112.394**	56.512		
Solubio Tecnologias Agrícolas Ltda. (6)	**15.000**				**10.258**			
	15.000	18.051	**12.059**		**307.318**	101.158		150.000
Circulante	**5.000**	18.051	**12.059**		**307.318**	63.141		
Não circulante	**10.000**					38.017		150.000

						Consolidado
	Receita de vendas/ Outras receitas		Compras		Resultado financeiro (7)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Acionistas					**9.167**	
Pessoa física (1)/(2)/(3)	**6.897**	26.008	**4.802**	18.094		
GB2 Empreendimentos Ltda. (4)			**3.436**	10.494		
GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (4)			**3.534**	12.212		
LCSCS Consultoria Ltda. (5)			**338**			
Total Biotecnologia Indústria e Comercio S.A. (6)			**51.931**			
Solubio Tecnologias Agrícolas Ltda (6)	**15.000**		**11.892**			
	21.897	26.008	**75.933**	40.800	**9.167**	

1) Compreendem, substancialmente, os adiantamentos para a aquisição de grãos a fixar e despesas de aluguel. 2) Compreendem, substancialmente, os valores a pagar sobre aquisição de *commodities* agrícolas (grãos fixados). 3) Compreendem, substancialmente, as aquisições de *commodities* agrícolas. 4) Compreendem, substancialmente, aos aluguéis de imóveis. 5) Compreende consultoria externa especializada com atividades relacionadas ao escopo financeiro (nota 1.4.7.) prestada à controladora. 6) Compreendem, substancialmente, as vendas e aquisições de insumos agrícolas (fertilizantes, defensivos, sementes e especialidades) e outras receitas. 7) Em 31 de dezembro de 2024, o resultado financeiro na controladora, é uma despesa de R$9.167. **21.2 Remuneração dos administradores:** As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, incluindo os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e diretores estatutários, reconhecidas no resultado, estão apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo		
Salário ou pró-labore	**9.108**	11.676
Benefícios direto ou indireto	**324**	988
Bônus	**1.552**	1.349
	10.984	14.013
Benefícios de longo prazo		
Pagamento baseado em ações	**588**	2.142
	588	2.142
	11.572	16.155

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remuneração variável como participação nos lucros, bônus e benefícios (assistência médica, vale-refeição ou vale-alimentação, seguro de vida). Os benefícios de longo prazo incluem o ILP para executivos e membros-chave da Administração, de acordo com as regulamentações específicas, conforme divulgado na nota 20.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

22.1 Gerenciamento de riscos financeiros: 22.1.1 Visão Geral: A Companhia manteve sua postura conservadora e com liquidez em caixa e ativos financeiros, bem como sua política de *hedge*. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, tais como: (i) mercado; (ii) crédito; e (iii) liquidez. O gerenciamento de riscos financeiros concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela Gestão de Riscos Corporativos da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Gestão de Riscos Corporativos identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como riscos cambial, de taxa de juros, de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. Nos termos dessas práticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa. O quadro a seguir resume a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a sua exposição é gerenciada.

Risco	Exposição	Metodologia	Gestão
Taxas de câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Alterar para Contratos futuros a termo NDF e Swaps
Taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis Caixa e equivalentes de caixa Ativos financeiros	Análise de sensibilidade	*Swaps* de taxa de juros
Preço das *commodities* agrícolas	Estoques e operações comerciais atreladas a *commodities* agrícolas	Análise de sensibilidade	Contratos de futuros e a termo
Crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito e classificação de riscos
Liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

22.1.2 Administração de risco de mercado: 22.1.2.1 Taxas de câmbio: A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente, com relação ao Dólar dos Estados Unidos. A Diretoria estabeleceu uma Política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A Companhia, cujas operações estão expostas ao risco cambial, é requerida a proteger suas posições por meio de operações de *hedge*, efetuadas em consonância com a orientação da Gestão de Riscos Corporativos. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A Companhia usa operações cambiais a termo para se proteger contra a exposição ao risco cambial e estabelece em sua política que os termos essenciais dos contratos a termo e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos. A Companhia estabelece que os contratos de compra e venda devem apresentar ganho ou perda equivalentes a fim de criar um *hedge* natural em suas operações e assim, minimizar os impactos de alterações da moeda. Sempre que existem essas diferenças entre contas a receber e contas a pagar, a Companhia utiliza como ferramentas para mitigar os riscos inerentes às exposições cambiais do negócio, os contratos de *Swap* e NDF com o intuito de equilibrar essas variações. Os passivos que estão expostos em moeda estrangeira, substancialmente em Dólares dos Estados Unidos da América, estão demonstrados a seguir:

		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos (nota 15.1)	**(38.771)**	(82.450)
Contrato *SWAP* cambiais (nota 15.1)	**562**	82.450
Fornecedores (nota 14.1)	**(54.718)**	(78.301)
Contratos de compra de *commodities* (nota 22.1.2.1.1)	**(25.180)**	(36.370)
Contratos de venda de *commodities*	**17.120**	19.720
Contrato a termo NDFs de compra		(59.050)
Contrato a termo NDFs de venda		77.200
	(100.987)	(76.801)

22.1.2.1.1. Análise de sensibilidade - taxas de câmbio: Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas atrelados ao Dólar dos Estados Unidos da América e sujeitos a variação cambial. O cenário provável representa os valores contabilizados, uma vez que refletem a conversão em Reais na paridade de R$/US$ = R$5,4761 do dia 18 de setembro de 2024, uma vez que reflete a data do Pedido de Recuperação Judicial, conforme determinado no artigo 9º, inciso II da Lei nº 11.101/2005. Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América em 5%, 25% e 50%. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

				Consolidado
				31/12/2024
				Efeito no resultado
Instrumento	Provável (Valor contábil)	5%	25%	50%
Empréstimos e financiamentos	**(212.314)**	10.616	53.078	106.157
Contrato S*wap* cambiais	**3.078**	154	769	1.539
Fornecedores	**(299.641)**	14.982	74.910	149.821
Contratos de compra em Dólar	**(137.888)**	6.894	34.472	68.944
Contratos de venda em Dólar	**93.751**	4.688	23.438	46.875
Exposição líquida	**(553.014)**			

22.1.2.2 Taxa de juros: O principal risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos, obrigações por cessão de recebíveis e *Swaps* cambiais com taxas variáveis pré e pós fixadas, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com as taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os empréstimos e financiamentos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em Reais e em Dólar dos Estados Unidos. Adicionalmente, a Companhia registrou os encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos e obrigações por cessão de recebíveis incorridos até a data do Pedido de Recuperação Judicial, conforme determinado no artigo 6º, inciso II da Lei nº 11.101/2005. A Tesouraria Corporativa, analisa sua exposição à taxa de juros por meio da simulação de diversos cenários e considera instrumentos de refinanciamento, de renovação de posições existentes, de financiamento e de *hedge* alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados para os ativos e passivos que representam as principais posições com juros. **22.1.2.2.1. Análise de sensibilidade - taxa de juros:** Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas pelas taxas Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e que podem gerar impacto no resultado. O cenário provável representa os valores contabilizados, uma vez que refletem a melhor estimativa da Administração de 10,40% a.a. do dia 18 de setembro de 2024, uma vez que reflete a data do Pedido de Recuperação Judicial, conforme determinado no artigo 6º, inciso II da Lei nº 11.101/2005. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização de 5%, 25% e 50% nas taxas de juros de mercado. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

				Consolidado
				31/12/2024
				Efeito no resultado
Instrumento	Provável (Valor contábil)	5%	25%	50%
Caixa e equivalentes de caixa	**423.956**	2.205	11.023	22.046
Ativos financeiros	**175.920**	915	4.574	9.148
Empréstimos e financiamentos	**(1.031.193)**	(5.362)	(26.811)	(53.622)
Contrato *SWAP* cambiais	**3.078**	16	80	160
Obrigações por cessão de recebíveis	**(617.140)**	(3.209)	(16.046)	(32.091)
Exposição líquida	**(1.045.381)**			

22.1.2.3 Preço das commodities agrícolas: No curso normal de suas operações, a Companhia efetua negociações de *barter* vinculada a preço de *commodities* agrícolas, principalmente, soja, trigo e milho. Os preços das *commodities* agrícolas estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte e de armazenagem, da política agrícola do governo, das taxas de câmbio e dos preços dessas *commodities* agrícolas no mercado internacional, entre outros fatores. É política da Companhia, sob a orientação da Gestão de Riscos Corporativos, proteger-se da exposição das variações de preço das *commodities* agrícolas por meio de contratos de venda de grãos futuro junto a *trading companies*, vinculando o preço dos grãos que serão recebidos dos clientes em tais contratos de venda. Para mitigar estes riscos, é realizado o monitoramento dos mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se aos movimentos dos preços. O resumo das exposições das *commodities* agrícolas e dos instrumentos de compra e venda no mercado futuro contratados para mitigar as exposições físicas, estão demonstrados em toneladas a seguir:

								Consolidado
	31/12/2024				31/12/2023			
	Soja	Milho	Trigo	Café	Soja	Milho	Trigo	Café
Estoques físicos (nota 7.3)	**11.220**	**21.240**	**24**	**2**	7.020	59.100	6.720	
Vendas a fixar	**14.698**	**13.407**			18.013	35.632		
Compras a fixar	**(70.990)**	**(79.396)**	**(1.508)**		(107.481)	(154.778)	(1.258)	
Posição física	**(45.072)**	**(44.749)**	**(1.484)**	**2**	(82.448)	(60.046)	5.462	
Contratos de compra e outros instrumentos derivativos de *commodities* agrícolas	**161.826**	**13.913**	**96**	**56**	729.145	275.641	4.365	796
Contratos de venda e outros instrumentos derivativos de *commodities* agrícolas	**(235.823)**	**(17.801)**	**(273)**	**(357)**	(654.549)	(217.488)	(11.615)	(797)
Posição contratos futuros (nota 30)	**(73.997)**	**(3.888)**	**(177)**	**(301)**	74.596	58.153	(7.250)	(1)
Posição líquida	**(119.069)**	**(48.637)**	**(1.661)**	**(299)**	(7.852)	(1.893)	(1.788)	(1)

A exposição elevada, temporária, da Companhia é decorrente da liquidação antecipada em setembro de 2024 de grande parte dos contratos de instrumentos financeiros derivativos com instituições financeiras e pela não contratação de novos instrumentos de proteção para as compras a fixar devido a indefinição do preço em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial (nota 1.4.8). A política adotada pela Companhia estabelece diretrizes para a proteção de riscos nas oscilações de preços de commodities agrícolas e as exposições de cada *commodity* agrícola foram determinadas analisando a demanda, a expectativa de produção anual de grãos, o recebimento, o armazenamento e as estratégias comerciais tendo em vista o custo e/ou oportunidade que o mercado apresentava à época. Em caso de descumprimento dos limites de exposição estabelecidos pela Política, a Companhia tem o prazo de 5 dias úteis para restabelecer o reenquadramento. **22.1.2.3.1. Análise de sensibilidade - preço das commodities agrícolas:** Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas preços das *commodities* agrícolas referenciados nas cotações da BM&F e CBOT e que podem gerar impacto no resultado. O cenário provável representa os valores compromissados, e refletem a melhor estimativa da Administração. Os demais cenários consideraram a valorização de 5%, 25% e 50% nos preços das *commodities* agrícolas. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

							Consolidado
							31/12/2024
							Efeito no resultado
Commodity agrícola	Toneladas	Posição	Valor R$/Saca (1)	Valor compromissado	5%	25%	50%
Soja	**187.744**	Comprada	132,00	**413.037**	20.652	103.259	206.518
Soja	**(306.813)**	Vendida	135,00	**(690.329)**	34.516	172.582	345.165
Milho	**48.560**	Comprada	68,00	**55.035**	2.752	13.759	27.517
Milho	**(97.197)**	Vendida	70,00	**(113.397)**	5.670	28.349	56.698
Trigo	**120**	Comprada	84,00	**168**	8	42	84
Trigo	**(1.781)**	Vendida	88,80	**(2.636)**	132	659	1.318
Café	**58**	Comprada	2.093,15	**2.023**	101	506	1.012
Café	**(357)**	Vendida	2.093,15	**(12.454)**	623	3.114	6.227
Exposição líquida				**(348.553)**			

1) Valores expressos em Reais.

22.2 Administração de risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Diretoria não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **22.2.1 Contas a receber de clientes:** A Companhia possui políticas comerciais e de crédito que visam mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes, os quais são objeto de análise de crédito interna que tem como objetivo avaliar o risco em relação à performance de pagamento. Para a avaliação de crédito dos clientes, a Companhia utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito. A Diretoria avaliou o risco de perdas em consonância com a sua política contábil, bem como também considerou o contexto atual da Companhia (notas 1.1. e 1.4.8) e para 31 de dezembro de 2024, compreendeu que as ações adotadas para os recebimentos destes saldos são suficientes e refletem a realidade dos valores divulgados na nota 6.2. A análise dos vencimentos e a movimentação da PECLD são divulgadas nas notas 6.2 e 6.3, respectivamente. **22.3 Administração de risco de liquidez:** A Companhia, por meio da Tesouraria Corporativa, tem como objetivo manter uma posição conservadora em caixa e ativos financeiros, para assegurar liquidez suficiente para atender aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido em ativos financeiros de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento. O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Diretoria da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada. Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

								Consolidado
	31/12/2024				31/12/2023			
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	Acima de 1 ano
Fornecedores	**2.283.453**	**2.286.881**	**2.280.160**	**6.721**	3.053.713	3.221.112	3.220.842	270
Contas a pagar de arrendamento	**98.881**	**114.043**	**57.440**	**56.603**	166.033	183.578	76.609	106.969
Empréstimos e financiamentos	**1.443.126**	**1.736.574**	**1.736.574**		1.473.969	1.804.201	933.538	870.663
Obrigações por cessão de recebíveis	**617.140**	**645.741**	**645.741**		946.816	1.003.352	550.930	452.422
Outros passivos (1)	**104.466**	**106.145**	**15.184**	**90.961**	155.387	171.858	107.976	63.882
	4.547.066	**4.889.384**	**4.735.099**	**154.285**	5.795.918	6.384.101	4.889.895	1.494.206

1) Não inclui itens não classificados como instrumentos financeiros.

continua...

... continuação

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, relativos às contas a pagar de arrendamento, empréstimos e financiamentos e obrigações por cessão de recebíveis, está divulgado nas notas 13.2, 15.2 e 16.2, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou CCL negativo em decorrência, substancialmente, do não atendimento dos *covenants* financeiros divulgados nas notas 14.4., 15.4 e 31 na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Parte do plano da Administração para mitigação do CCL negativo foi a obtenção de dispensa ("*waiver*") de cumprimento de índice financeiro, ocorrido antes da aprovação para emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo ("CCL negativo") de R$676.431 na controladora e R$3.397.786 no consolidado, prejuízo no exercício de R$2.996.138 na controladora e R$3.020.012 no consolidado, prejuízo acumulado de R$3.150.865 na controladora e no consolidado e passivo a descoberto de R$1.745.041 na controladora e R$1.745.639 consolidado. A nota 1.1 descreve a situação econômica e financeira da Companhia, que em 18 de setembro de 2024, formalizou o Pedido de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota 1.4.8., e, nesse contexto, suas obrigações incluídas na recuperação judicial estão com exigibilidade suspensas. Adicionalmente, o plano inicial foi apresentado em 02 de dezembro de 2024, cuja aprovação ou não pelos credores depende de eventos futuros. **22.4 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos estão classificados nas seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial. As atividades da Companhia a expõem a riscos de mercado, crédito e de liquidez relacionados aos seus instrumentos financeiros e não derivativos, para os quais a Diretoria, visa mitigar, minimizar e projetar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada, de forma consolidada, pela Tesouraria Corporativa, que visa identificar, avaliar e proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros. **22.4.1 Classificação:** Todas as transações com instrumentos financeiros derivativos e não derivativos estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias.

	Nota	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**475.482**	738.306
Ativos financeiros	5	**175.920**	434.581
Contas a receber de clientes [1]	6	**1.225.478**	3.499.474
Outros ativos [2]		**35.930**	107.949
		1.912.810	4.780.310
Valor justo por meio do resultado			
Contas a receber de clientes	6	**18.258**	65.330
Instrumentos financeiros derivativos	22.4.3.3		34.896
		18.258	100.226
		1.931.068	4.880.536
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores [1]	14	**1.839.503**	2.702.364
Empréstimos e financiamentos	15	**1.443.126**	1.473.969
Obrigações por cessão de crédito	16	**617.140**	946.816
Dividendos a pagar			1.967
Contas a pagar de arrendamento	13.2	**98.881**	166.033
Outros passivos [2]		**59.936**	166.117
		4.058.586	5.457.266
Valor justo por meio do resultado			
Fornecedores [3]	14	**443.950**	351.349
Instrumentos financeiros derivativos	22.4.3.3	**37.467**	21.202
		481.417	372.551
		4.540.003	5.829.817
		2.608.935	949.281

1) Não considera o valor a receber ou a pagar das operações de *barter*, os quais são liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros. 2) Não inclui itens não classificados como instrumentos financeiros. 3) Compreendem os valores que oscilam conforme a variação do preço das *commodities* agrícolas.

22.4.2 Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações dos preços de *commodities* agrícolas e cambiais e mantém operações de contratos a termo para mitigar sua exposição a tais riscos. A Diretoria implementou e aprimorou os controles internos para identificar e mensurar os efeitos das transações com as *tradings* e com as instituições financeiras, para que tais transações sejam capturadas, reconhecidas e divulgadas apropriadamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Diretoria não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos de caráter especulativo e nem em quaisquer outros ativos de risco, sendo utilizados apenas para fins de proteção.

22.4.3 Contratos a termo: 22.4.3.1 Commodities agrícolas: São operações de compra e venda futura de commodities agrícolas por meio de contratos a termo estabelecidos junto a produtores rurais e clientes, geralmente tradings, mensuradas a valor justo por meio de informações disponíveis obtidas na BM&F e *Chicago Board Of Trade* ("CBOT") (nota 7.3) e de metodologias específicas de avaliação a valor justo de hierarquia nível 2 (nota 22.5). As compras ocorrem em duas modalidades: (i) *Barter*: operações de fornecimento e financiamento de insumos agrícolas ao produtor rural pelo prazo safra, com garantia de recebimento por meio de CPR. A comercialização de insumos para o recebimento em *commodities* agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos da Companhia, para a consecução de sua atividade principal de comercialização de *commodities* agrícolas. (ii) Preço fixo: operações de compra direta no campo por meio da oferta de preços para entrega em data futura com garantia contratual de recebimento. **22.4.3.2 Câmbio:** São operações para proteção das exposições em moeda estrangeira, mensuradas pelo preço de liquidação do mercado físico à vista, considerando que essas operações são liquidadas com a entrega (venda) ou recebimento (compra) das *commodities* agrícolas negociadas.

22.4.3.3 Posição patrimonial líquida dos contratos a termo e outros instrumentos derivativos

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ganhos em contratos a termo e outros instrumentos derivativos de *commodities* agrícolas [1]		29.119
Ganhos em contratos a termo e outros instrumentos derivativos de câmbio		5.777
		34.896
Perdas em contratos a termo e outros instrumentos derivativos de *commodities* agrícolas [1]	**(37.467)**	(14.343)
Perdas em contratos a termo e outros instrumentos derivativos de câmbio		(6.859)
	(37.467)	(21.202)
	(37.467)	13.694

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativo circulante		34.687
Ativo não circulante		209
Passivo circulante	**36.868**	21.202
Passivo não circulante	**599**	

1) O resultado líquido dessas transações deve ser analisado em conjunto com o resultado obtido pela valorização dos estoques de *commodities* agrícolas (nota 26).

22.5 Hierarquia do valor justo: Os instrumentos financeiros e não financeiros são mensurados ao valor justo, o qual considera o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A depender das premissas utilizadas na mensuração, os instrumentos financeiros ao valor justo podem ser classificados em 3 níveis de hierarquia: (i) Nível 1: Baseado em preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado é considerado ativo se realizar transações com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação imediata e continuamente, geralmente, são obtidos a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, serviço de precificação ou agência reguladora e os preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases comerciais. (ii) Nível 2: Baseada em preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos, modelos de precificação para os quais as premissas são observáveis, tais como taxas de juros e curvas de rendimentos, volatilidades e *spreads* de crédito e informações corroboradas pelo mercado. A determinação do valor justo dos instrumentos financeiros contratados é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras, para os derivativos e preço cotado em mercado ativo das *commodities* agrícolas com as quais trabalha, no caso de ativos e passivos liquidados em *commodities* agrícolas, utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende a avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. (iii) Nível 3: informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve alteração entre os três níveis de hierarquia e não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3:

	Consolidado 31/12/2024 Nível 2	Consolidado 31/12/2023 Nível 2
Contas a receber [1]	**18.258**	65.330
Estoques [1]	**45.476**	86.103
Fornecedores [2]	**(443.950)**	(351.349)
Instrumentos financeiros derivativos - cambiais (nota 22.4.3.3)		(1.082)
Instrumentos financeiros derivativos - contratos a termo (nota 22.4.3.3)	**(37.467)**	14.776
	(417.683)	(186.222)

1) Compreendem os montantes relacionados a operações de *barter*, nota 6 e nota 7, respectivamente. 2) Compreendem os montantes relacionados a compra de *commodities* agrícolas a fixar.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo que classificados nos níveis 1 e 3.

22.6 Gestão do capital: A gestão de capital tem como objetivos, salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora, constantemente, indicadores significativos, tais como o índice de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização Ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado ("*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted*"). **22.7 Gerenciamento de riscos atrelados a mudanças climáticas:** Os negócios da Companhia estão sujeitos a impactos das mudanças climáticas, uma vez que condições adversas podem afetar as operações de seus clientes e influenciar na demanda por produtos ou incorrer na frustração de safra, aumentando o risco de inadimplência. A dimensão do impacto potencial das condições climáticas nas operações dos clientes, e consequentemente na Companhia, é incerta e pode variar conforme a localidade. O risco climático pode também estar associado a variáveis externas, não controladas pela Companhia e depende de respostas políticas, regulatórias, jurídicas, tecnológicas e de mercado. A dispersão geográfica das operações da Companhia reduz sua exposição a eventos climáticos extremos, de modo que os efeitos negativos em determinadas regiões podem ser compensados pelos efeitos positivos em outras. Conforme mencionado nas notas 1.1 e 1.4.8, houve um agravamento das condições climáticas adversas iniciadas em no final de 2023, impactando a situação econômica e financeira do Companhia em 31 de dezembro de 2024 e contribuído para a crise que levou ao Pedido de Recuperação Judicial. No âmbito da governança de riscos e oportunidades relacionados aos aspectos ambientais, sociais e de governança ("*Environmental, social and corporate governance* - ESG"), a Companhia possui uma Política de Sustentabilidade que, estabelece os princípios e diretrizes que asseguram o seu compromisso com a gestão dos riscos socioambientais, a relação com as partes interessadas (stakeholders) e ações para gerar impactos socioambientais positivos relacionados às suas atividades. A Diretoria também estabeleceu a Política de Gestão de Riscos, que dentre suas diretrizes, contempla a metodologia para avaliação de riscos que podem afetar a estratégia, operação, finanças e conformidade da Companhia. Em 2024, os riscos ESG foram integrados à Matriz de Riscos Corporativos, seguindo as práticas de governança de riscos existentes.

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

23.1 Critérios de identificação dos segmentos operacionais: As informações por segmento operacional, são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões estratégicas, que é o Conselho de Administração, sendo o responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. O Comitê Executivo, grupo tomador de decisões operacionais e composto por membros da Diretoria Executiva, considera o negócio sob perspectiva de produto. Os segmentos operacionais são os seguintes: (i) Insumos agrícolas: compreende o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de *commodities* agrícolas. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que a Companhia transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos. (ii) Grãos de *commodities* agrícolas: compreendem as operações decorrente do recebimento físico, armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação e exportação de grãos adquiridos de terceiros e dos grãos originados nas operações de *barter*. O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de *commodities* agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas *commodities* agrícolas e dos ativos não monetários relacionados. Os itens não alocados aos segmentos são apresentados como "não reportado" e referem-se a eventos não relacionados aos segmentos operacionais. **23.2 Resultado por segmentos operacionais:** O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio por meio do resultado reportável.

	Grãos 31/12/2024	Grãos 31/12/2023	Insumos 31/12/2024	Insumos 31/12/2023	Não reportado 31/12/2024	Não reportado 31/12/2023	Consolidado Total 31/12/2024	Consolidado Total 31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	**2.477.304**	4.069.848	**2.135.063**	5.329.248			**4.612.367**	9.399.096
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	**(2.502.814)**	(4.027.729)	**(2.167.641)**	(4.402.499)			**(4.670.455)**	(8.430.228)
LUCRO BRUTO	**(25.510)**	42.119	**(32.578)**	926.749			**(58.088)**	968.868
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS								
Depreciação e amortização	**(21.938)**	(21.459)	**(88.118)**	(87.758)	**(50.926)**	(38.203)	**(160.982)**	(147.420)
Vendas	**(4.740)**	(9.607)	**(1.045.359)**	(305.726)	**(153.326)**	(16.422)	**(1.203.425)**	(331.755)
Administrativas	**(18.196)**	(12.346)	**(198.642)**	(116.810)	**(143.140)**	(188.893)	**(359.978)**	(318.049)
Outras, líquidas			**(191.758)**	33.713			**(191.758)**	33.713
Resultado financeiro, líquido	**18.918**	8.936	**(288.245)**	(323.453)	**(598.041)**	(379.328)	**(867.368)**	(693.845)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(51.466)**	7.643	**(1.844.700)**	126.714	**(945.433)**	(622.846)	**(2.841.599)**	(488.489)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	**(723)**	(5.973)	**(177.690)**	127.170			**(178.413)**	121.197
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(52.189)**	1.670	**(2.022.390)**	253.884	**(945.433)**	(622.846)	**(3.020.012)**	(367.292)
(+) Depreciação e amortização	**21.938**	21.459	**88.118**	87.758	**50.927**	38.203	**160.983**	147.420
(+/-) Resultado financeiro, líquido	**(18.918)**	(8.936)	**288.245**	323.453	**598.041**	379.328	**867.368**	693.845
(+/-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	**723**	5.973	**177.690**	(127.170)			**178.413**	(121.197)
(+/-) Valor justo contratos a termos - *commodities* agrícolas	**(14.587)**	11.974					**(14.587)**	11.974
(-) Arrendamento de imóveis	**(13.571)**	(21.781)	**(10.575)**	(30.833)			**(24.146)**	(52.614)
(+/-) Receita e despesas não recorrentes	**(25.660)**	43.945	**255.152**	(13.869)			**229.492**	30.076
RESULTADO REPORTÁVEL	**(102.264)**	54.304	**(1.223.760)**	493.224	**(296.465)**	(205.315)	**(1.622.489)**	342.213
Margem resultado reportável %	**(4,13)%**	1,33%	**(57,32)%**	9,26%				

23.3 Ativos e passivos por segmentos operacionais: Os principais ativos e passivos operacionais da Companhia, foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que considera o desempenho de cada UGC em relação ao desempenho total, assim, essa alocação pode variar de um período para outro.

	Grãos 31/12/2024	Grãos 31/12/2023	Insumos 31/12/2024	Insumos 31/12/2023	Não reportado 31/12/2024	Não reportado 31/12/2023	Consolidado Total 31/12/2024	Consolidado Total 31/12/2023
Ativo								
Contas a receber de clientes	**169.245**	199.224	**1.074.491**	3.365.580			**1.243.736**	3.564.804
Estoques	**45.476**	86.103	**178.342**	753.732			**223.818**	839.835
Adiantamentos a fornecedores		6.934	**2.848**	116.169			**2.848**	123.103
Tributos a recuperar	**85.509**	82.215	**73.696**	79.433			**159.205**	161.648
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**1.476**	132	**57.182**	48.239			**58.658**	48.371
Instrumentos financeiros derivativos		29.119		5.777				34.896
Direito de uso	**10.455**	5.648	**82.623**	167.445			**93.078**	173.093
Imobilizado	**8.521**	42.763	**163.894**	176.894			**172.415**	219.657
Intangível	**34.714**	39.796	**899.796**	1.031.540			**934.510**	1.071.336
Imposto de renda e contribuição social diferidos		47.248		141.626				188.874
Total dos ativos alocados	**355.396**	539.182	**2.532.872**	5.886.435			**2.888.268**	6.425.617
Caixa e equivalente de caixa					**475.482**	738.306	**475.482**	738.306
Ativos financeiros					**175.920**	434.581	**175.920**	434.581
Outros ativos					**99.091**	115.512	**99.091**	115.512
Demais ativos não alocáveis					**750.493**	1.288.399	**750.493**	1.288.399
Total do ativo	**355.396**	539.182	**2.532.872**	5.886.435	**750.493**	1.288.399	**3.638.761**	7.714.016

	Grãos 31/12/2024	Grãos 31/12/2023	Insumos 31/12/2024	Insumos 31/12/2023	Não reportado 31/12/2024	Não reportado 31/12/2023	Consolidado Total 31/12/2024	Consolidado Total 31/12/2023
Passivo								
Fornecedores	**323.574**	351.154	**1.959.879**	2.702.559			**2.283.453**	3.053.713
Adiantamentos de clientes	**1.501**	176.936	**77.040**	185.268			**78.541**	362.204
Contas a pagar de arrendamentos	**6.215**	4.577	**92.666**	161.456			**98.881**	166.033
Obrigações por cessão de crédito			**617.140**	946.816			**617.140**	946.816
Instrumentos financeiros derivativos	**37.467**	14.343		6.859			**37.467**	21.202
Imposto de renda e contribuição social diferidos		24.903	**59.417**	45.098			**59.417**	70.001
Total dos passivos alocados	**368.757**	571.913	**2.806.142**	4.048.056			**3.174.899**	4.619.969
Empréstimos e financiamentos					**1.443.126**	1.473.969	**1.443.126**	1.473.969
Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)					**(1.745.639)**	1.136.662	**(1.745.639)**	1.136.662
Outros passivos					**766.375**	483.416	**766.375**	483.416
Demais passivos não alocáveis					**463.862**	3.094.047	**463.862**	3.094.047
Total do passivo	**368.757**	571.913	**2.806.142**	4.048.056	**463.862**	3.094.047	**3.638.761**	7.714.016

23.4 Receita bruta por país: A Companhia atua na comercialização no mercado interno e no mercado externo. As comercializações no mercado externo correspondem às vendas (i) diretas e (ii) indiretas com finalidade específica de exportação para comerciais exportadoras sediadas no Brasil, e estão apresentadas a seguir:

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Brasil	**3.940.702**	7.505.506
China	**1.162**	14.919
Japão		868
Vendas para o mercado externo [1]	**1.145.299**	2.428.891
	5.087.163	9.950.184

1) Vendas com a finalidade específica de exportação para comerciais exportadoras sediadas no Brasil, os quais estão categorizadas para o mercado externo.

23.5 Adições de ativo imobilizado e intangível: As adições de ativos imobilizado e intangível estão assim divididos por segmento:

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Grãos	**2.018**	4.504
Insumos	**50.965**	159.184
	52.983	163.688

23.6 Receitas e despesas não caixa: As receitas e despesas não caixa segregada por segmento estão assim apresentadas:

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Grãos	**5.471**	3.939
Insumos	**87.493**	73.214
	92.964	77.153

23.7 Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill): Os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de combinações de negócios foram alocados aos segmentos divulgáveis, correspondem às unidades geradoras de caixa ("UGC") da Companhia, considerando os benefícios econômicos gerados por tais ativos intangíveis, conforme apresentado a seguir:

Alocação	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Insumos	**669.090**	669.090
Grãos	**22.349**	22.349
	691.439	691.439

Informações referente ao teste para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) estão divulgados na nota 12.2.

24. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita bruta de vendas		
Venda de insumos - Mercado interno	**2.523.922**	5.820.856
Venda de grãos - Mercado interno	**1.414.539**	1.665.075
Venda de grãos - Mercado externo	**1.146.461**	2.444.678
Prestação de serviços	**2.241**	19.575
	5.087.163	9.950.184
Deduções		
Impostos sobre vendas [1]	**(35.146)**	(58.787)
Devoluções ou abatimentos	**(439.650)**	(492.301)
	(474.796)	(551.088)
Receita líquida	**4.612.367**	9.399.096

1) Desde 1 de janeiro de 2024, com o início da vigência da Lei nº 14.789/2023, a Companhia não deduziu mais os incentivos de ICMS da base de cálculo do IR e da CSLL. Em 30 de setembro de 2023, o benefício fiscal relativo a subvenção foi de R$283.092, reduzindo assim os impostos sobre receita.

A apresentação da receita por segmento, está divulgada na nota 23.2.

25. RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Custo das mercadorias vendidas - *commodities* agrícolas	**2.494.785**	3.336.049
Custo das mercadorias vendidas - insumos agrícolas [1]	**2.004.151**	4.847.550
Custo dos serviços prestados	**967**	7.794
Custo de fretes	**191.896**	307.190
Valor justo contratos a termo - *commodities* agrícolas [2]	**(66.462)**	(57.545)
Provisão (reversão) para perdas estimadas nos estoques, líquida	**48.711**	(10.047)
Custo das mercadorias vendidas	**4.674.048**	8.430.991
Gastos com pessoal	**317.570**	380.914
Depreciação e amortização	**157.389**	147.420
Comissões de vendas	**28.306**	53.568
Serviços de terceiros	**113.844**	87.483
Gastos com frota	**18.228**	27.693
PECLD	**923.235**	(49.604)
(Reversão)/pagamento baseado em ações (nota 20.1.3)	**(11.316)**	2.488
Provisão para perdas de ativos intangíveis (nota 12.1)	**91.657**	
Provisão de distrato e baixa de ativos [3]	**99.566**	
Outros [4]	**174.071**	112.787
	1.912.550	762.749
Despesas com vendas	**(1.196.547)**	343.292
Despesas administrativas	**(387.635)**	413.784
Outras, líquidas [4]	**(328.368)**	5.673
	1.912.550	762.749

1) Inclui depreciação de R$3.594. 2) Compreende , basicamente, à marcação ao valor de mercado dos estoques de *commodities* agrícolas, por meio de contratos a termo (nota 22.4.3.), cujas variações são reconhecidas no resultado financeiro (nota 26). 3) Inclui, substancialmente, (i) provisão de multa dos distratos dos contratos de arrendamento de veículos e lojas de R$63.217 contabilizados em contrapartida a rubrica de outros passivos e (ii) baixa de R$36.419 nos ativos de edificações, instalações e benfeitorias oriunda dos efeitos dos distratos dos contratos de arrendamento contabilizados em contrapartida a rubrica de imobilizado (nota 11.1), em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial conforme divulgado na nota 1.4.8. 4) Inclui, substancialmente, despesas com manutenção e conservação, publicidade e propaganda, água, energia e telefone, resultado na alienação e baixa de ativos imobilizados e intangível, líquido, provisão para perda de outras contas a receber, totalizando R$129.294. 5) Inclui, substancialmente, (i) provisão para perdas de ativos intangíveis registrado em contra partida a rubrica de intangível (nota 12.1) e (ii) provisão de multa dos distratos e baixa de ativos mencionados na nota (3).

26. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Despesas financeiras		
Juros apropriados e amortização de custos de transação [1]	**(193.689)**	(259.982)
Juros passivos com fornecedores e outros passivos [2]	**(521.901)**	(283.011)
Descontos concedidos a clientes	**(129.436)**	(64.307)
Ajuste a valor presente de fornecedores	**(280.055)**	(519.397)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	**(29.670)**	(30.752)
Outras	**(20.444)**	(61.511)
	(1.175.194)	(1.218.960)
Receitas financeiras		
Descontos por antecipação de pagamentos	**14.948**	26.387
Ajuste a valor presente de clientes	**249.663**	427.557
Juros ativos sobre clientes e outros ativos	**93.195**	75.392
Rendimentos de ativos financeiros	**43.013**	68.952
Outras	**56**	1.370
	400.875	599.658
Variação cambial e valor justo, líquido		
Variação cambial	**(67.595)**	27.543
Valor justo contrato a termo - *commodities* agrícolas [3]	**(57.860)**	(29.530)
Instrumentos financeiros derivativos	**32.406**	(72.556)
	(93.049)	(74.543)
Resultado financeiro, líquido [5]	**(867.368)**	(693.845)

1) Inclui despesa de R$34.833, referente a custos de transação com empréstimos e financiamentos que foram reconhecidos diretamente no resultado. 2) Inclui R$76.328 de juros apropriados de obrigações por cessões de crédito (nota 16.2). 3) Compreende, basicamente, as variações dos estoques de *commodities* agrícolas, por meio de contratos a termo (nota 22.4.3), cuja marcação a mercado está reconhecida na nota de receitas (despesas) por natureza (nota 25). 4) Em 31 de dezembro de 2024, o resultado financeiro líquido da controladora é de despesas financeiras de R$97.087, representado, substancialmente, por despesas com juros passivos com fornecedores e outros passivos de R$104.322 e receita sobre rendimentos de ativos financeiros de R$29.302 (despesas financeiras de R$82.409, representado, substancialmente, por juros passivos com fornecedores e outros passivos de R$96.366 e receita sobre rendimentos de ativos financeiros de R$14.074 em 31 de setembro de 2023). A Companhia possui políticas aprovadas pelo Conselho de Administração para a gestão de riscos relacionados ao câmbio, taxa de juros, volatilidade no preço das *commodities* agrícolas, crédito e liquidez (nota 22). Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes para demonstrar o impacto em possíveis cenários às posições tomadas pela Companhia (nota 22.4).

27. RESULTADO POR AÇÃO

27.1 Básico: O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	**(2.996.138)**	**(374.135)**
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício - em milhares	**213.599**	**170.825**
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (exceto ações em tesouraria) - em milhares	**210.203**	**167.429**
Resultado básico por ação ordinária - R$	**(14,2535)**	**(2,2346)**

27.2 Diluído: O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da média ponderada das ações ordinárias em circulação, presumindo-se a conversão de todas as ações ordinárias que causariam a diluição.

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	**(2.996.138)**	**(374.135)**
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício (exceto ações em tesouraria) - em milhares	**213.599**	**170.825**
Média ponderada da quantidade de ações (diluída) - em milhares	**210.203**	**167.429**
Resultado diluído por ação ordinária - R$	**(14,2535)**	**(2,2346)**

A Companhia, em razão do resultado negativo apurado no período, não considerou no cálculo potencial o efeito diluidor, oriundo do ILP (nota 20).

28. OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA

28.1 Transação não caixa: Em 31 de dezembro de 2024, as seguintes transações não envolveram caixa ou equivalentes de caixa: (i) Adição de arrendamento mercantil pelo ativo de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento: R$92.964 (R$77.153 em 31 de dezembro de 2023). (ii) Baixa de arrendamento pelo ativo de direito de uso de R$85.892 e passivo de arrendamento de R$80.564 decorrente da redução das lojas conforme divulgado nas notas 14.8.4, 13.1 e 13.2, e 31.3, e (iii) Compensação de tributos federais: R$87.525 (R$11.890 em 31 de dezembro de 2023).

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com a natureza e os riscos envolvidos em suas atividades e com a orientação de seus consultores de seguros.

Natureza	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Patrimonial e estoques	**146.204**	146.240
Veículos		4.270
Ambiental e transporte		8.500
Responsabilidade civil dos executivos e diretores	**150.000**	150.000
		100%
Veículos		Tabela FIPE

As apólices de natureza ambiental e transporte e veículos não foram mantidas, em decorrência de decisão da Companhia após o Pedido de Recuperação Judicial. A Companhia está avaliando a possibilidade de renovação e unificação das apólices de natureza ambiental e transporte. As apólices de natureza de veículos estão suspensas, devido à não utilização dos veículos próprios, para os quais está sendo avaliada a sua venda.

30. COMPROMISSOS

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de compromissos de compra de grãos ("originação") e venda de grãos. São celebrados com o objetivo de comercializá-las para seus clientes, substancialmente *trading companies*, que por sua vez possuem contratos de venda. A seguir, apresentamos os volumes contratados em toneladas:

	Consolidado 31/12/2024 Soja	Milho	Trigo	Café	Consolidado 31/12/2023 Soja	Milho	Trigo	Café
Contratos de compra e outros instrumentos derivativos de *commodities* agrícolas	**161.826**	**13.913**	**96**	**56**	729.145	275.641	4.365	796
Contratos de venda e outros instrumentos derivativos de *commodities* agrícolas	**(235.823)**	**(17.801)**	**(273)**	**(357)**	(654.549)	(217.488)	(11.615)	(797)
	(73.997)	**(3.888)**	**(177)**	**(301)**	74.596	58.153	(7.250)	(1)

Em relação a exposição da Companhia, vide detalhes na nota 22.1.2.3.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

31.1 Divulgação das informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2024: Em 20 de janeiro de 2025, as informações contábeis intermediárias foram aprovadas e sua emissão autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia. **31.2 Cessão da carteira de crédito:** Em 21 de janeiro de 2025, por meio de Fato Relevante, a Companhia comunicou que celebrou um memorando de entendimentos para a potencial venda de um portfólio de dívidas vencidas e não judicializadas, decorrentes da revenda de insumos agrícolas aos seus clientes, envolvendo um montante total de aproximadamente R$760.000, cujo preço ainda está sujeito à confirmação por diligência ("Carteira de Créditos"). A cessão da Carteira de Créditos encontra-se em avaliação e está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais para transações dessa natureza, incluindo, mas não se limitando, a realização de auditoria jurídica, autorização judicial e anuência de terceiros, sendo certo que a operação respeitará todos os procedimentos previstos na Lei nº 11.101/05. Operações de cessão de crédito são usuais às empresas em processo de recuperação judicial e, nesse sentido, a Companhia segue avaliando a venda de outros valores adicionais de sua carteira de recebíveis inadimplidos, bem como outras opções para reforço de sua estrutura de capital, de forma a otimizar a sua recuperação econômica. **31.3 Conclusão da aquisição da totalidade das ações da Ferrari Zagatto:** Conforme previsto no acordo de acionistas assinado em 2021, os antigos acionistas minoritários exerceram em julho de 2024 a opção do direito de venda da parcela remanescente de 20% do capital social da Ferrari Zagatto, após o não exercício da opção de compra

continua...

... continuação

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

pela AgroGalaxy. Com a formalização do exercício feito pelos acionistas minoritários, a Companhia iniciou a tratativa de negociação com os mesmos, incluindo na lista de credores do Pedido de Recuperação Judicial (nota 1.4.8.) o valor, inicialmente, estimado de R$23.649, classificados como "Ilíquidos". Em 20 de fevereiro de 2025, foi concluída a negociação entre as partes e consequentemente, a transferência da totalidade das ações da Ferrari Zagatto à sua controladora, AgroGalaxy Participações. Com a conclusão da operação, a AgroGalaxy passou a deter 100% do capital social da Companhia, e o Acordo de Acionistas foi considerado rescindido, com quitação recíproca entre as partes quanto às obrigações societárias anteriores. Em conjunto, no dia 08 de março de 2025, os antigos acionistas minoritários e a Companhia, ingressaram com uma impugnação requerendo a majoração do valor da transação para R$45.672, a ser pago conforme as regras do Plano de Recuperação Judicial da AgroGalaxy, no qual os acionistas minoritários foram enquadrados como Classe III, de Credores Quirografários. Essa transação representa a conclusão do processo iniciado em 2021, quando a AgroGalaxy adquiriu 80% da Ferrari Zagatto, conforme informado em Fato Relevante divulgado ao mercado em 31 de agosto de 2021. **31.4 Proposta de grupamento da totalidade de ações ordinárias:** Em 28 de fevereiro de 2025, por meio de Fato Relevante, a Companhia comunicou que o Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada nesta data, a submissão de proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias de sua emissão à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), a ser oportunamente convocada para o dia 3 de abril de 2025, nos termos adiante descritos: (i) Objetivo: A proposta de grupamento tem por objetivo principal o enquadramento da cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia em valor igual ou superior a R$1,00 por unidade, nos termos do artigo 46 e seguintes do Regulamento de Emissores da B3. Além de adequar a cotação das ações ordinárias ao referido Regulamento de Emissores, a implementação do grupamento viabilizará um mercado secundário mais saudável e justo, objetivo almejado pela própria regra da B3. (ii) Fator de Grupamento: A Administração da Companhia propõe aos acionistas o grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 15:1, de forma que cada lote de 15 ("quinze") ações seja grupado em 1 ("uma") única ação ("Fator de Grupamento"). (iii) Capital social da Companhia: Caso o grupamento de ações seja aprovado pela AGE, será realizado o grupamento da totalidade das atuais 254.543.576 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentas e quarenta e três mil, quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção do Fator de Grupamento, sem modificação do capital social. Após a conclusão do grupamento, o capital social da Companhia passará a ser dividido em 16.969.571 (dezesseis milhões, novecentas e sessenta e nove mil, quinhentas e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. (iv) Período para livre ajuste: Caso o grupamento de ações seja aprovado pela AGE, será concedido prazo, não inferior a 30 ("trinta") dias, para que os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia, a seu livre e exclusivo critério, possam ajustar suas posições acionárias em lotes múltiplos de 15 ("quinze") ações, mediante negociação na B3, de forma a permanecerem integrando o quadro acionário da Companhia após a efetivação do grupamento ("Período para Livre Ajuste"). (v) Efetivação da operação: As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas grupadas a partir do primeiro pregão subsequente ao encerramento do Período para Livre Ajuste. (vi) Procedimento adotado para as frações: Transcorrido o Período para Livre Ajuste, as eventuais frações de ações resultantes do grupamento serão reagrupadas em números inteiros e vendidas na B3, em quantos leilões forem necessários para liquidação do montante total, sendo os valores resultantes da alienação das ações formadas a partir das frações remanescentes, disponibilizados de forma proporcional aos seus respectivos acionistas, após a liquidação financeira da venda. A Proposta da Administração com mais detalhes sobre o grupamento será divulgada em 7 de março de 2025, quando da convocação da AGE, nos termos da regulamentação aplicável. Informações adicionais sobre os prazos e condições para o ajuste das posições decorrentes do grupamento e sobre os leilões das frações e disponibilização dos recursos deles resultantes serão divulgadas oportunamente, após a realização da AGE. **31.5 Proposta vinculante para aquisição de créditos de revenda de insumos:** Em 31 de março de 2025, em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 21 de janeiro de 2025, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, foi protocolada nos autos da recuperação judicial da Companhia, processo autuado sob nº 5887803-78.2024.8.09.0051 e em trâmite perante a 19ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás ("Recuperação Judicial"), proposta vinculante para aquisição de créditos decorrentes da revenda de insumos pelo Grupo AgroGalaxy aos seus clientes (i) materializados nesta data em notas promissórias, duplicatas mercantis e outros instrumentos, vencidos e não pagos, os quais ainda não são objeto de cobrança judicial ("Créditos Existentes"); e (ii) que venham a ser realizadas até 31 de dezembro de 2034, cujo valor global de face deve corresponder ao montante de R$292.007 na data-base de 23 de março de 2025 ("Proposta Vinculante"). O valor nominal dos Créditos Existentes é de, aproximadamente, R$683.280, na data-base de 23 de março de 2025 ("Valor de Face"). Segundo a Proposta Vinculante, o preço de pagamento é composto por: (i) um preço fixo, que, por sua vez, será composto por uma parcela em dinheiro calculada com base no Valor de Face e pelo valor de R$300.000, a ser pago mediante dação em pagamento de créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial; e (ii) um preço contingente, calculado sobre o correspondente a 50% ("cinquenta por cento") do valor que vier a ser recuperado dos clientes do Grupo AgroGalaxy, cujo pagamento está subordinado à satisfação cumulativa e integral de determinadas condições previstas na Proposta Vinculante, em função da cobrança dos Créditos Existentes. A Proposta Vinculante foi apresentada, em conjunto, pelos fundos Agro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Responsabilidade Limitada e Carteira Futuro Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios (em conjunto, "Proponentes"). A aquisição de tais créditos estará sujeita à verificação (ou dispensa, conforme o caso) das condições suspensivas previstas na Proposta Vinculante, incluindo a realização de um processo competitivo no âmbito da Recuperação Judicial. **31.6 Grupamento da totalidade de ações ordinárias:** Em 03 de abril de 2025, em complemento ao Comunicado ao Mercado divulgado em 21 de novembro de 2024 e ao Fato Relevante divulgado em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia informou que, aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento da totalidade das ações ordinárias de sua emissão, na proporção de 15 ("quinze") ações para 1 ("uma") ação, sem modificação do capital social da Companhia, nos termos do artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações ("Grupamento de Ações"). O capital social da Companhia permanecerá no valor de R$1.001.131.135,73 ("um bilhão, um milhão, cento e trinta e um mil, cento e trinta e cinco reais e setenta e três centavos"), passando a ser dividido em 16.969.571 ("dezesseis milhões, novecentas e sessenta e nove mil, quinhentas e setenta e uma") ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A implantação do Grupamento de Ações observará os seguintes procedimentos: (i) Período para livre ajuste: Será concedido o prazo de 32 dias, isto é, de 04 de abril de 2025 a 05 de maio de 2025 (inclusive), para que os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia, a seu livre e exclusivo critério, possam ajustar suas posições acionárias em lotes múltiplos de 15 ("quinze") ações, mediante negociação privada ou no ambiente da, de modo que as ações de sua titularidade não gerem frações após a consumação do Grupamento de Ações ("Período para Livre Ajuste"). (ii) Efetivação da operação: Após o decurso do Período para Livre Ajuste, a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia passarão a ser negociadas grupadas a partir do primeiro pregão subsequente ao encerramento do Período para Livre Ajuste, isto é, em 06 de maio de 2025. (iii) Procedimento adotado para as frações: Transcorrido o Período para Livre Ajuste, as eventuais frações de ações resultantes do Grupamento de Ações serão reagrupadas em números inteiros e vendidas na B3, em quantos leilões forem necessários para liquidação do montante total ("Leilão"). (iv) Leilão: O Leilão observará as regras previstas no Manual de Procedimentos Operacionais de Negociação da B3. (v) Pagamento aos acionistas: Os valores resultantes da alienação das ações formadas a partir das frações remanescentes após o Grupamento de Ações serão disponibilizados de forma proporcional aos seus respectivos acionistas, após a liquidação financeira da venda na B3. O resultado do Leilão e a data na qual os recursos resultantes do Leilão serão disponibilizados aos acionistas serão divulgados oportunamente por meio de Aviso aos Acionistas. **31.7 Aprovação do Plano de Recuperação Judicial em AGC:** Em 10 de abril de 2025, por meio de Fato Relevante, a Companhia comunicou que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de suas subsidiárias ("Plano") foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada na presente data ("Assembleia"). O Plano será submetido à homologação perante o Juízo da 19ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2025. A íntegra do Plano e a ata da Assembleia encontram-se disponíveis nos websites da Companhia. O Plano que foi aprovado em AGC no dia 09 de abril de 2025, está resumido conforme tabela a seguir:

Classe	Percentual de aprovação (voto SIM)	Valor total votante (R$)
Classe I - Trabalhistas	100% dos credores / 100% do valor	12.147
Classe III - Quirografários	97,23% dos credores / 82,43% do valor	3.848.576
Classe IV - ME/EPP	98,53% dos credores / 70,46% do valor	1.505

O plano contempla diferentes modalidades de pagamento para os créditos sujeitos à recuperação, conforme as classes definidas na Lei nº 11.101/2005, incluindo deságios, prazos de carência, parcelamentos, e a criação de categorias específicas de credores com condições diferenciadas de quitação. A Companhia está avaliando os impactos contábeis decorrentes da aprovação do Plano, os quais serão refletidos nas demonstrações financeiras subsequentes à homologação judicial do Plano, em conformidade com os critérios estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis. A Companhia ainda depende dessa etapa de homologação para as definições com relação a renegociação de seus passivos, bem como das alternativas para captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa para os próximos exercícios. **31.8 Tarifas Norte-Americanas:** As discussões tarifárias entre grandes economias se intensificaram no início de 2025, podendo influenciar preços, exportações e competitividade no agronegócio mundial. O Brasil, um grande exportador agrícola, é particularmente afetado por mudanças nas tarifas de importação de seus principais parceiros comerciais. A aplicação dessas tarifas pode modificar o acesso a mercados estratégicos e aumentar a volatilidade, impactando os negócios da Companhia no que diz respeito à exportação de grãos. No entanto, ainda não há uma perspectiva clara sobre como essas tarifas afetarão os mercados em que atuamos.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e sua emissão autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de abril de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - MANDATOS ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2025 (1)/(2)/(3)/(4)

Sebastian Marcos Popik	Presidente
Tomas Augustin Romero	Membro Efetivo
Eron Martins (5)	Membro Efetivo
Mônica da Cruz Lamas (5)	Membro Independente
Luiz Carlos Passetti (5)	Membro Independente

1) Em 28 de março de 2024, a Companhia informou que em função da proposta de alteração do número de membros que compõem atualmente o Conselho de Administração, deliberada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do AgroGalaxy ("AGOE") realizada em 29 de abril de 2024, nos termos do edital de convocação também publicado conforme os prazos regulamentares estabelecidos, que Benildo Carvalho Teles, José Maurício Mora Puliti e Tarcila Reis Corrêa Ursini apresentaram suas renúncias aos cargos de membros efetivos e independente do Conselho de Administração, respectivamente, e Tarcila aos seus respectivos cargos de membro dos Comitês de Pessoas e Sustentabilidade da Companhia, com efeitos a partir da data da AGOE. 2) Em 26 de abril de 2024, em reunião do Conselho de Administração, João Fernando Garcia renunciou ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração e Benildo Carvalho Teles reconsiderou a sua não continuidade, permanecendo no cargo de membro efetivo do Conselho de Administração. 3) Em 29 de abril de 2024, em AGOE, aprovado o mandato de Welles Clóvis Pascoal. 4) Em 18 de setembro de 2024, a Companhia comunicou a renúncia de (i) Benildo Carvalho Teles (ii) Eduardo de Almeida Salles Terra (iii) Larissa Yastrebov Pomerantzeff (iv) Mauricio Luís Luchetti e (v) Welles Clovis Pascoal, de seus respectivos cargos com efeito imediato aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de setembro de 2024. 5) Em 14 de novembro de 2024, em reunião do Conselho de Administração, aprovada a eleição como membro do referido órgão com mandato imediato até a convocação da AGE da Companhia, que foi realizada em 18 de dezembro de 2024 e aprovou, os mandatos aprovados até a assembleia geral ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024 (nota 1.4.8.3).

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - MANDATOS ATÉ 1 DE MAIO DE 2025 (1)/(2)/(3)

Luiz Carlos Passetti	Coordenador
Carla Alessandra Trematore	Membro
Joloir Nieblas Cavichini (4)	Membro

1) Em 18 de setembro de 2024, a Companhia comunicou a renúncia de Mauricio Luís Luchetti de seu respectivo cargo com efeito imediato aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de setembro de 2024. 2) Em 11 de outubro de 2024, a Companhia comunicou ao mercado que, a expectativa de eleição de novos membro para recomposição do Comitê de Auditoria Estatutária ocorrerá em até 90 (noventa) dias a partir deste comunicado (nota 1.4.8.3). 3) Em 14 de novembro de 2024, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a eleição de Mônica da Cruz Lamas como membro do referido órgão com mandato imediato. 4) Em 4 de fevereiro de 2025, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada (i) a eleição como membro do referido órgão com mandato imediato de Joloir Nieblas Cavichini e (ii) a renúncia de Mônica da Cruz Lamas como membro do referido órgão.

DIRETORIA EXECUTIVA - MANDATOS ATÉ 23 DE DEZEMBRO DE 2025 (1)/(2)/(3)/(4)/(5)

Eron Martins (3)/(4)	Diretor Presidente
Luiz Conrado dos Santos Sundfeld (4)	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marina Godoy da Cunha Alves (1)	Diretora Jurídica, Integridade e ESG

1) Em 02 de abril de 2024, em reunião do Conselho de Administração, Marina Godoy da Cunha Alves e Marcelo Ematne Amaral foram eleitos com mandato a partir desta data até 23 de dezembro de 2024, para os cargos de Diretores Sem Designação, exercendo as funções de Diretora Jurídica, Integridade e ESG e Diretor de Suprimentos, respectivamente. 2) Em 08 de julho de 2024, Marcelo Zanchi renunciou ao cargo de Diretor sem Designação, exercendo a função de Diretor de Marketing, P&D e Soluções Agronômicas da Companhia, sendo ratificada em reunião do Conselho de Administração em 30 de julho de 2024. 3) Em 18 de setembro de 2024, a Companhia comunicou a renúncia de Axel Jorge Labourt do seu cargo de Diretor presidente com efeito imediato aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de setembro de 2024. Em razão da renúncia de Axel Jorge Labourt, o cargo de Diretor Presidente passa a ser ocupado por Eron Martins, que a partir desta data, acumula o cargo de Diretor Presidente com o de Diretor Financeiro e de Relações com Investidor, em carater interino. 4) Em 09 de dezembro de 2024, Marcelo Ematne Amaral renunciou ao cargo de Diretor sem Designação, com a função de Diretor de Suprimentos da Companhia, sendo aceita pelo Conselho de Administração nesta data. Em continuidade, os membros do Conselho de Administração elegeram para o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o Luiz Conrado dos Santos Carvalho Sundfeld, cargo ocupado interinamente por Eron Martins, , que o cumulou com o cargo de Diretor Presidente no periodo de 18 de setembro a 09 de dezembro de 2024. passa a exercer o cargo de Diretor Presidente. 5) Em 20 de dezembro de 2024, em reunião do Conselho de Administração, foram reeleitos, para um mandato unificado de 1 (um) ano, a partir de 23 de dezembro de 2024.

Maurício da Silva Lopes
Contador - CRC 1SP184432/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal AgroGalaxy Participações S.A.- Em Recuperação Judicial ("Agrogalaxy" ou "Companhia"), em reunião realizada em 22 de abril de 2025, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração, das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. À luz das informações disponíveis e dos esclarecimentos prestados pela Administração, emitimos parecer favorável à sua aprovação pela Assembleia Geral, com ressalvas sobre as demonstrações financeiras acima mencionadas, nos termos do artigo 163, inciso II, da Lei nº 6.404/76. Reconhecemos os significativos desafios enfrentados pela companhia no exercício de 2024, em especial em decorrência da pendência de homologação do plano de recuperação judicial, aprovado pela Assembleia Geral de Credores em 10 de abril de 2025, e destacamos os esforços realizados para manter a continuidade das operações e promover maior transparência financeira. Contudo, conforme descrito no relatório dos auditores independentes, houve abstenções de opinião sobre as demonstrações financeiras, em razão de limitações relevantes na obtenção de evidências apropriadas, principalmente de itens associados ao processo de homologação da recuperação judicial. s auditores independentes ressalvaram ainda (item 7 do relatório), a não contabilização do passivo financeiro decorrente da operação de aquisição, pela companhia, da participação societária da controlada Ferrari Zagatto, cujo impacto contábil não estava mensurado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Contudo, concluída a operação em 20 de fevereiro de 2025, conforme mencionado na nota explicativa 31.3. Dessa forma, o Conselho Fiscal entende que, embora os demonstrativos estejam em conformidade com os registros mantidos pela Companhia, a ressalva técnica e as abstenções de opinião levantadas pelos auditores independentes devem ser integralmente consideradas pela Assembleia Geral, para fins de deliberação quanto à aprovação das demonstrações financeiras do exercício.

Goiânia, 22 de abril de 2025.

Tiago Curo Isaac - Membro | Alessandra Kardouss - Membro | Luiz Cláudio Caffagni - Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, a diretoria executiva do Agrogalaxy Participações S.A., declara que: (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Goiânia, 22 de abril de 2025.

Eron Martins
Diretor Presidente

Luiz Conrado dos Santos Sundfeld
Financeiro e de Relações com Investidores

Marina Godoy da Cunha Alves
Diretora Jurídica, Integridade e ESG

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Aos Conselheiros de Administração da AgroGalaxy Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

APRESENTAÇÃO: O Comitê de Auditoria da AgroGalaxy Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Agrogalaxy" ou "Companhia") foi instituído em 18 de dezembro de 2020 como um órgão de assessoramento não estatuário, vinculado ao Conselho de Administração. Em 28 de abril de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia deliberou pela transformação do Comitê em Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"). Composto por três membros, incluindo um coordenador, o CAE reporta-se ao Conselho de Administração e atua com autonomia operacional e orçamento próprio no exercício de suas funções, conforme atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, consolidado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023, bem como em seu Regimento Interno, atualizado e aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de junho de 2023 e disponível na página de RI[1] do AgroGalaxy. São estabelecidas como principais competências do CAE: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente e acompanhar seus trabalhos e independência; (ii) avaliar a qualidade e integridade das informações trimestrais e Demonstrações Financeiras; (iii) supervisionar as atividades da auditoria interna e o programa de integridade; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e (v) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia e de eventuais ações visando melhorias dos controles internos e a redução da exposição a riscos. Conforme divulgado em Fato Relevante, em 18 de setembro de 2024 a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial. Nesta mesma data, foi apresentada renúncia pelo Sr. Mauricio Luís Luchetti ao cargo de membro independentes do CAE, tendo sido substituído pela Sra. Mônica da Cruz Lamas. Em 04 de fevereiro de 2025, a Sra. Mônica da Cruz Lamas foi eleita para a coordenação do Comitê de Pessoas da Companhia, deixando o cargo de membro independente do CAE, que foi assumido, na mesma data, pelo Sr. Joloir Nieblas Cavichini. **RESUMO DAS ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DE 2024:** As reuniões do CAE são planejadas para facilitar e incentivar a comunicação entre seus membros, a Companhia, as áreas de auditoria interna, integridade (*compliance*), riscos e o auditor independente. O CAE se reúne regularmente com os auditores internos e o auditor independente, com a presença da administração, para discutir sobre os resultados de seus exames, avaliações do controle interno e a qualidade geral dos relatórios financeiros da Companhia. Ao longo do exercício de 2024, e até a data da publicação das referidas Demonstrações Financeiras, o CAE realizou 17 (dezessete) reuniões sendo 9 (nove) ordinárias e 8 (oito) extraordinárias, em que analisou e apreciou pautas aderentes às suas atribuições, incluindo reuniões específicas relacionadas ao pedido de recuperação judicial pela Companhia. Todas as reuniões foram registradas em atas e assinadas por seus membros, sendo devidamente arquivadas na sede social da Companhia. Dentre as atividades realizadas no exercício, destacam-se: (i) **Auditoria Independente:** O CAE manteve interação constante com a auditoria independente, incluindo reuniões para discutir aspectos relevantes do processo de auditoria, avaliação da independência dos auditores, qualificações, conhecimento das operações e do setor de atuação da Companhia, desempenho e opinou sobre a sua recontratação. No contexto da recuperação judicial, foram promovidas reuniões adicionais para garantir que os impactos financeiros e operacionais fossem adequadamente endereçados nos relatórios auditados. (ii) **Informações trimestrais e Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações trimestrais e Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, devendo manter controles internos considerados por ela necessários para permitir sua elaboração livre de distorção relevante. No cumprimento das suas responsabilidades de supervisão, o CAE revisou as informações trimestrais e Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas e o Relatório da Administração. Em 2024, o CAE se reuniu 6 (seis) vezes com os auditores independentes, sendo uma destas reuniões para discutir acerca das Demonstrações Financeiras anuais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e as demais relativas às informações trimestrais e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Considerando o pedido de recuperação judicial, o CAE realizou reuniões extraordinárias com a administração e auditores independentes para avaliar os impactos na Demonstração Financeira Intermediária do terceiro trimestre, bem como nas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. (iii) **Auditoria Interna:** O CAE avaliou a estrutura, orçamento e metas do departamento que foram estabelecidas em linha com o plano anual. Durante o ano de 2024, o CAE supervisionou os ciclos de auditoria performados no modelo de *co-sourcing* com a Ernst & Young (EY) cujo resultados e planos de ação foram reportados à administração e monitorados pelo Comitê. Com base nas atividades desenvolvidas, o CAE entende que a auditoria interna desempenhou suas funções com independência, objetividade e qualidade, trabalhando de forma adequada às necessidades da Companhia e melhores práticas. (iv) **Compliance e Programa Integridade em Campo ("Programa"):** Pauta recorrente em suas reuniões, o CAE acompanhou as metas, indicadores e principais ações desenvolvidas no âmbito do Programa com destaque para a disseminação da cultura de integridade e reporte periódico do Canal de Integridade, incluindo a aplicação de medidas disciplinares ou de aprimoramento adotadas pela administração. (v) **Gestão de Riscos e Controles Internos:** Revisão ampla da matriz de riscos, incluindo a adequação ao novo cenário imposto pela recuperação judicial, com foco na identificação e mitigação de impactos financeiros e operacionais. O CAE considera que a gestão de riscos vem evoluindo, reforçando a continuidade das iniciativas em curso para aprimorar a identificação, priorização, fatores de mitigação e a capacidade de ação da Companhia no monitoramento e gestão de riscos do negócio. A atuação do CAE, durante o exercício de 2024, também abordou a visão geral da liderança sobre a estrutura organizacional e projetos prioritários, incluindo a gestão e segurança da informação. Periodicamente, o coordenador do CAE reporta ao Conselho de Administração as atividades realizadas, ocasião em que são prestados esclarecimentos e recomendações para aprovação de temas pertinentes ao Conselho de Administração. **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS DE 2024:** Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário do AgroGalaxy, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, conforme previsto no seu Regimento Interno, procederam à análise das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e o exame de auditoria realizado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PwC"), os membros do CAE concluíram que, apesar dos desafios impostos pelo processo de recuperação judicial, a Companhia adotou os mecanismos de adequação necessários e recomendam, por unanimidade, a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Companhia. Como resultado do trabalho de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE, não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Goiânia, 22 de abril de 2025.

Luiz Carlos Passetti - Coordenador e Membro Independente do CAE e do Conselho de Administração
Carla Alessandra Trematore - Membro Independente do CAE
Joloir Nieblas Cavichini - Membro do CAE

[1] https://ri.agrogalaxy.com.br/governanca-corporativa-e-sustentabilidade/estatuto-politicas-e-regimentos/

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
AgroGalaxy Participações S.A. - em Recuperação Judicial

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da AgroGalaxy Participações S.A. - em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

Base para abstenção de opinião - múltiplas incertezas

1 A Companhia incorreu em prejuízos de R$ 2.996.138 mil (Consolidado: R$ 3.020.012 mil) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e, nessa data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R$ 676.431 mil na Controladora e R$ 3.397.786 mil no Consolidado, bem como apresentou passivo a descoberto de R$ 1.745.041 mil na Controladora e R$ 1.745.639 mil no Consolidado. Adicionalmente, conforme descrito nas notas explicativas 1.4.8, 2, 11.2 e 31.7 às demonstrações financeiras, em 18 de setembro de 2024, a Companhia e suas controladas, ajuizaram pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido em 1º. de outubro de 2024, e ratificado pela Assembleia Geral de acionistas da Companhia em 18 de dezembro de 2024. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, a Companhia e suas controladas apresentaram o plano de recuperação judicial em 2 de dezembro de 2024, contendo o detalhamento dos meios de recuperação a serem empregados, a demonstração de sua viabilidade econômica e a avaliação dos seus bens e ativos. O referido plano de recuperação judicial inclui as alternativas para captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa projetados para os próximos exercícios. Conforme mencionado na nota explicativa 31.7, a Companhia aguarda a homologação, pelo juízo responsável, do plano de recuperação judicial, que foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores em 9 de abril de 2025, portanto, a Companhia ainda depende dessa etapa de homologação para as definições com relação a renegociação de seus passivos, bem como das alternativas para captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa para os próximos exercícios.

2 No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas apresentaram indicação de que os valores contábeis dos seguintes ativos poderiam exceder seus valores recuperáveis líquidos: ICMS a recuperar, imobilizado, intangível, incluindo ágio (*goodwill*), e direito de uso, cujos saldos consolidados, em 31 de dezembro de 2024, montam a R$ 60.703 mil, R$ 172.415 mil, R$ 934.510 mil e R$ 93.078 mil, respectivamente. Entretanto, conforme descrito na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas não realizaram o teste de redução no valor recuperável (*impairment*) destes ativos em 31 de dezembro de 2024, como requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1)/IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". Devido à ausência do teste do valor recuperável, procedimento requerido pelas normas contábeis aplicáveis, bem como considerando o cenário descrito no parágrafo anterior, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se registrar perdas por redução ao valor recuperável nos referidos ativos, tampouco seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3 Conforme descrito nas notas explicativas 6, 17 e 25 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam, em 31 de dezembro de 2024, saldo consolidado de contas a receber de clientes, no montante de R$ 1.243.736 mil, líquido da provisão para perdas de crédito estimadas no montante de R$ 1.159.410 mil, sendo R$ 923.235 mil provisionados no exercício findo nessa data. Adicionalmente, apresenta no consolidado saldo de adiantamentos de clientes no montante de R$ 78.541 mil. Até a presente data, não nos foram disponibilizadas todas as informações, detalhamentos e evidências suficientes e apropriadas para que pudéssemos determinar se algum ajuste seria necessário nesses saldos e consequentemente nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4 Conforme descrito na nota explicativa 3.2.30 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam, em 31 de dezembro de 2024, saldos de outros ativos nos montantes de R$ 22.696 mil e R$ 92.363 mil, na Controladora e no Consolidado, respectivamente. Destes valores, até a presente data, não nos foram disponibilizadas todas as informações, detalhamentos e evidências suficientes e apropriadas sobre a realização dos montantes de R$ 7.695 mil e R$ 47.643 mil, na Controladora e no Consolidado, respectivamente, para que pudéssemos determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

5 Conforme descrito nas notas explicativas 1.4.8, 2, 3.2.30 e 14.1 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas receberam a relação consolidada de credores e correspondentes débitos em recuperação judicial, elaborada pela Administração Judicial Conjunta, a qual inclui contas a pagar à Fornecedores e de outros passivos, e apresenta o montante de R$ 2.130.231 mil. Até a presente data, não nos foram disponibilizadas todas as informações, detalhamentos e evidências suficientes e apropriadas, incluindo compensações realizadas com os Adiantamentos a fornecedores e as movimentações e reconciliações entre os valores constantes da relação de credores acima mencionada e os saldos contábeis de Fornecedores e parte dos saldos contábeis de Outros passivos em 31 de dezembro de 2024, nos montantes de R$ 2.283.453 mil e R$ 444.154 mil, no Consolidado, respectivamente. Dessa forma, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, caso tais informações nos fossem disponibilizadas.

6 Conforme descrito na nota explicativa 15.1 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam, em 31 de dezembro de 2024, no Consolidado, obrigação contratual por empréstimos firmados e saldos bancários com instituição financeira no valor de R$ 54.270 mil e R$ 885 mil, respectivamente, que divergem do saldo líquido constante dos extratos bancários desta instituição na data-base, no valor de R$ 248.545 mil. A Companhia iniciou tratativas com a instituição financeira para entendimento e conciliação da divergência apresentada, contudo até a presente data, não nos foram disponibilizadas todas as informações, detalhamentos e evidências suficientes e apropriadas para que pudéssemos determinar se algum ajuste oriundo de tais saldos seria necessário nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Considerando os aspectos acima descritos, esse conjunto de elementos e a sua pervasividade no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que inclusive remete a um cenário de múltiplas incertezas, não nos permitem neste momento reunir evidências apropriadas e suficientes para concluir sobre a adequação das referidas demonstrações financeiras, inclusive quanto ao pressuposto de continuidade e sua correspondente base para a elaboração em 31 de dezembro de 2024.

Assunto adicional - passivo não contabilizado

7 Conforme descrito na nota explicativa 31.3 às demonstrações financeiras, em julho de 2024 os acionistas não-controladores da controlada Ferrari Zagatto Comércio de insumos S.A. - em recuperação judicial exerceram opção de venda de suas ações para a Companhia. No entanto, a Companhia não mensurou e não contabilizou o passivo financeiro relativo à sua obrigação contratual de compra dessas ações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024, como requerido pelas normas contábeis aplicáveis. Devido à ausência da mensuração deste passivo financeiro pela Companhia, não nos foi possível determinar o montante da obrigação a ser contabilizada, tampouco seus impactos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Ribeirão Preto, 22 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/F-4

Maurício Cardoso de Moraes
Contador
CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Sine Goiânia disponibiliza 546 novas vagas de emprego

Redação

A Prefeitura de Goiânia, por meio do Sistema Nacional de Emprego (Sine), anuncia 546 oportunidades de trabalho disponíveis para quem busca inserção ou recolocação no mercado. As vagas contemplam diversas áreas e níveis de escolaridade, algumas sem exigência de experiência prévia.

Entre as vagas, destaca-se estágio para estudantes de Engenharia Civil a partir do 4º período. Também há oportunidades para auxiliar de linha de produção, operador de caixa, promotor de vendas e pedreiro. As posições oferecidas são voltadas para profissionais com ensino médio completo e todas contam com benefícios, como vale transporte e outros adicionais.

Os interessados devem comparecer ao Sine Goiânia, localizado na Rua 1, nº 147, Setor Central, munidos de documentos pessoais (RG, CPF, carteira de trabalho e comprovante de endereço). Para mais informações, entre em contato pelo telefone (62) 3524-2708 ou pelo aplicativo Prefeitura 24h, onde também é possível realizar o agendamento para atendimento.

Diário da Manhã

DM Revista

EDITOR DMREVITSA
MARCUS VINÍCIUS BECK
mvbeck20@gmail.com

diariodamanhaoficial
diariodamanha
dmtvgoiania

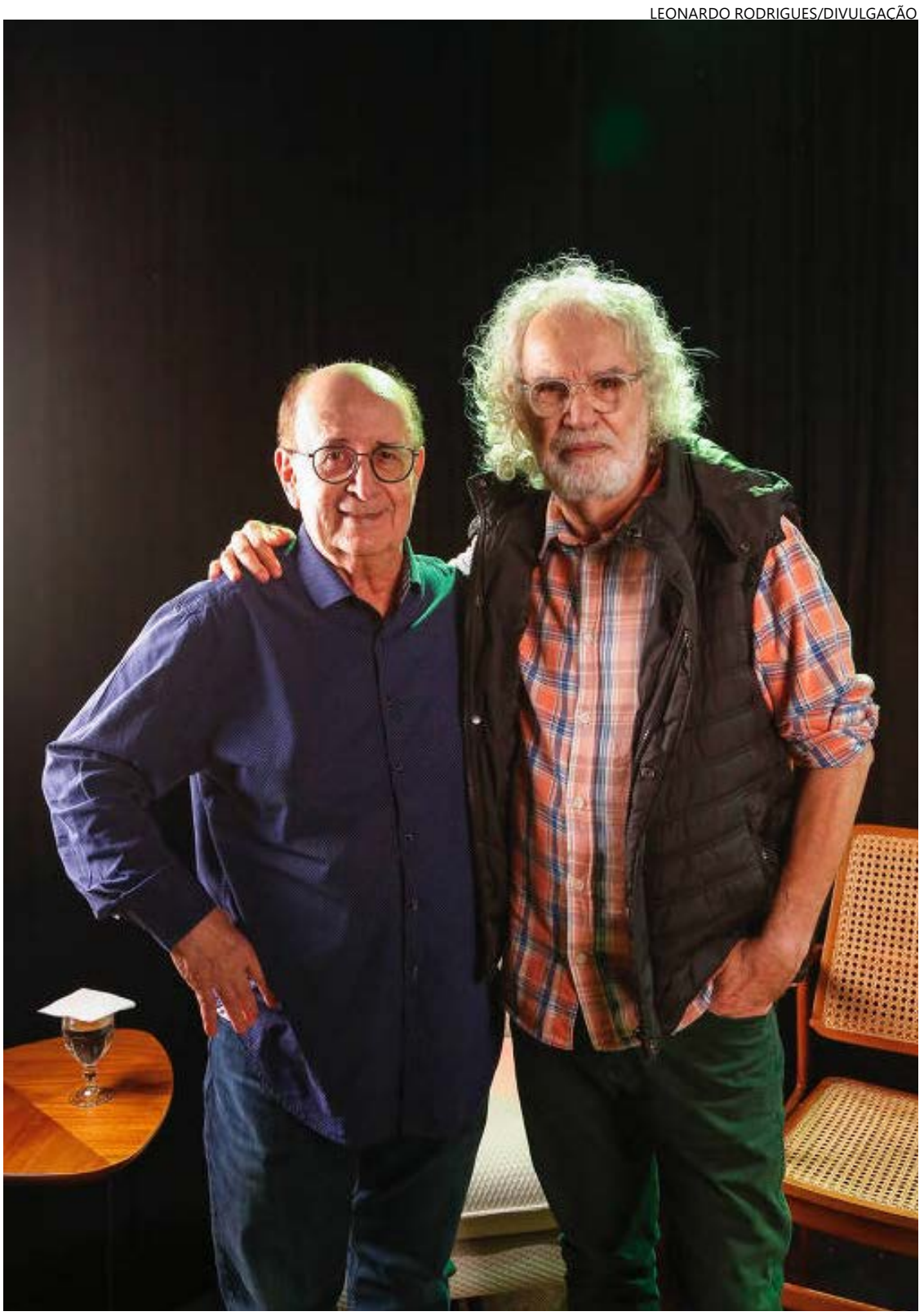
MÚSICA

Parceria inusitada na MPB

Renato Teixeira se une a Antonio Adolfo em disco criado após gafe de Fagner. Alaíde Costa e Simoninha vocalizam composições assinadas pela dupla, num trabalho que, inicialmente, espelhava as relações virtuais

Thales de Menezes

LEONARDO RODRIGUES/DIVULGAÇÃO



Casamento: artistas anunciam disco 'Combinados' e falam da afinidade musical

Já entrou para o folclore da MPB a maneira inusitada como a dupla Antonio Adolfo, 78, e Renato Teixeira, 79, começou há dois anos a parceria que deu origem a 'Combinados" —álbum que traz dez faixas com composições da dupla cantadas por convidados. A "culpa" é de Raimundo Fagner.

O cantor cearense deveria enviar uma música de Antonio Adolfo para seu habitual parceiro Fausto Nilo colocar a letra. Acabou se atrapalhando com o envio digital e, sem querer, despachou a música para Renato Teixeira. Apesar da longa carreira de ambos, Adolfo e Teixeira não se conheciam.

"Quando eu recebi a música e descobri o equívoco, liguei para o Antonio Adolfo para deixá-lo totalmente à vontade. E ele disse: 'A gente pode aproveitar e fazer umas coisas juntos, né?'. E assim começou", conta o autor de "Romaria". O trabalho foi inicialmente remoto. "A gente só se conheceu pessoalmente depois que a parceria já tinha umas cinco ou seis músicas. Fui ao Rio encontrá-lo", revela Teixeira.

E a dupla fez um trabalho intenso nos últimos dois anos. Eles têm praticamente pronto um segundo álbum, faltando apenas duas ou três músicas. "Fizemos quase 40 músicas nesses dois anos. Uma loucura! É que o Renato parece uma cachoeira, da qual não para de sair versos", brinca Adolfo.

O pianista e compositor revela que encarou um desafio nesse período. Ele nunca tinha feito música para uma letra já pronta. "Sempre escrevi música para alguém colocar a letra. O Renato tem uma facilidade incrível para escrever. Ficava mandando e eu tinha que correr com as músicas. Eu andei por novos caminhos nesse processo."

Tanto material assim poderia indicar que Teixeira tem um baú em casa com algumas letras esperando melodias, mas ele rebate. "Eu não tenho nenhuma letra guardada. Gravamos muitas porque escrevo com facilidade, pode vir a inspiração a qualquer hora, em qualquer lugar. Fiz uma letra na praia, em Fernando de Noronha, e mandei pelo celular para o Antonio, e ele também estava numa praia!"

A dupla explica o processo. Quando a música fica pronta, é enviada para o maestro Mauricio Novaes, que faz o arranjo e passa para o piano. A partir daí a dupla escolhe quem convidar para cantar.

"Combinados" tem nomes como Zeca Baleiro (em dueto com Teixeira em "Catador de Rimas"), Elba Ramalho ("Cantadores Foliões"), Pedro Mariano ("Futuros Antepassados"), Oswaldo Montenegro ("A Casa da Minha Avó", outro dueto com Teixeira) e as filhas de Adolfo, Carol Saboia ("Navega Navegante") e Lu Saboia ("Saudade Sem Fundo"). E alguns foram escolhidos antes da criação da música.

"O Antonio Adolfo falou para mim: 'Vamos fazer uma para a Alaíde Costa?' Aí eu já fiz a letra pensando na dicção da Alaíde. E o Antonio também a conhece muito bem, fez uma melodia adequada. Tanto eu quanto o Antonio Adolfo temos acesso a grandes cantores brasileiros. Então a gente se dá ao luxo de fazer essas escolhas", admite Teixeira.

Ligação antiga

Segundo Adolfo, todos abraçaram o projeto. "Um ou outro teve problema de agenda, coisas assim. A Claudette Soares não conseguiu participar deste, mas já está com sua música pronta para o segundo disco." Teixeira destaca que eles também fizeram uma música especialmente para ela. "E Claudette está cantando maravilhosamente bem."

Sobre uma das faixas, Teixeira diz que depois de pronta a música praticamente exigiu seu intérprete. "Quando a gente fez 'Caramelo', o Antonio Adolfo falou: 'Isso é Simoninha!'. A letra fala de cachorros, segundo Adolfo uma paixão do cantor. "Encaixou bem demais, porque ele adora cachorros. Fizemos uma live há pouco tempo, cantando essa, cercados de caramelos, de vira-latas."

O pianista lembra que sua ligação com Simoninha é antiga. "O pai dele gravou músicas minhas. Eu conheço o Simoninha desde que ele tinha meses de idade. E o disco tem também o filho da Elis, o Pedro Mariano. E minhas filhas abrem e fecham o disco. Essa geração mais nova está conosco." Aí se encaixam também Anna Setton ("Esperando por Você") e Roberta Campos ("O Tempo Cuidará de Tudo").

A dupla acredita que o álbum contempla muitas faces da MPB. "Eu sempre me dei bem com parceiros, tocava com todo mundo" conta Adolfo, "Gravava com a Elis, depois com o Sidney Magal. Eu fui músico de estúdio, encarava todas as variações da MPB. Cada praia musical tem a sua verdade, a sua beleza."

Já fechando o segundo álbum e pensando em um show de piano e voz, a dupla segue em harmonia. Teixeira elogia o parceiro. "Antonio Adolfo tem três escolas de música no Rio de Janeiro. Há décadas ensinando a tocar. Esse álbum retoma a MPB". (Folhapress)

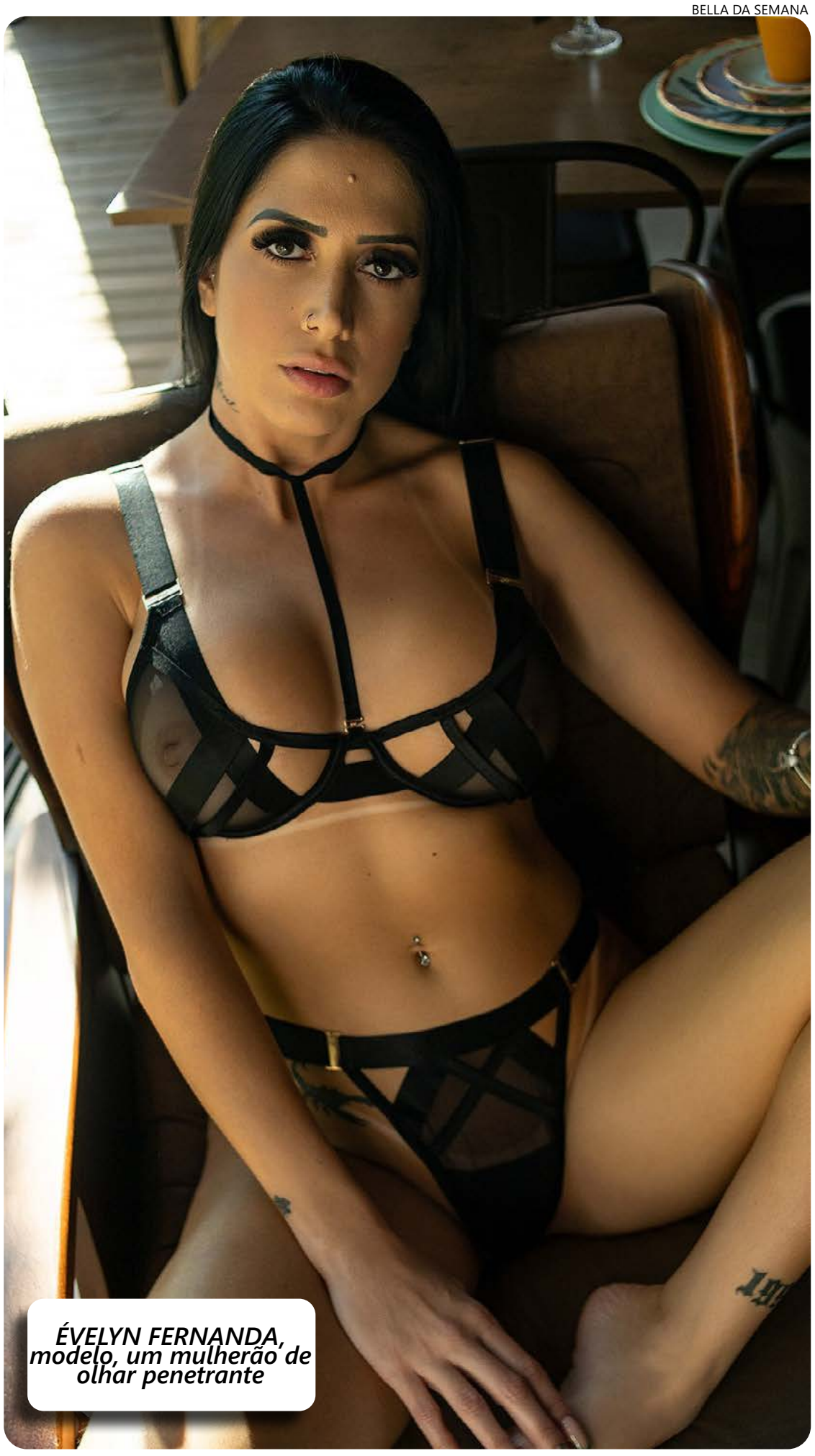
COMBINADOS

Nas plataformas digitais
Antonio Adolfo e
Renato Teixeira
Gravadora Kuarup

Geleia Geral

LUIZ AUGUSTO **PAMPINHA** *LUIZAUGUSTOPAMPINHA@GMAIL.COM*

BELLA DA SEMANA



ÉVELYN FERNANDA, modelo, um mulherão de olhar penetrante

Leitura Dinâmica

Superação
"O processo é difícil mas é nele que a gente cresce, aprende e se transforma"
BOM DIA! Uma quarta-feira de realizações.

"A internet é um presente de Deus". - papa Francisco.

"A vida é boa quando você está feliz; a vida é muito melhor quando os outros estão felizes por sua causa" - papa Francisco

Funeral do papa Francisco será no sábado.

Nesta quarta-feira, no Serra Dourada, o Goiás decide a Copa Verde contra o Paysandu.

Tite rejeita Corinthians e anuncia pausa como técnico para cuidar da saúde mental e física.

As mulheres não envelhecem, ficam loiras!

"O novo Papa será um cristão como Francisco, ou personalista radical na onda de Trump?" - jornalista Eliane Cantanhêde

Primeiro de maio é feriado nacional.

Flávio **Ricco**

Colaboração: **José Carlos Nery**

'Vale Tudo' é novela para quem gosta de novela

Quer queiram ou não, "Vale Tudo" já se coloca como um dos assuntos obrigatórios, mostrando-se preparada para, aos poucos, superar as incertezas e dúvidas que ainda existem sobre ela.
Incertezas, dúvidas e mesmo um pouco de má vontade, por se tratar de um outro remake e dos insucessos anteriores do horário, que, aos poucos, são colocados de lado.
Só com três semanas de exibição, não é um enorme sucesso, muito menos na altura que a direção da Globo tanto espera e precisa, porém já aponta como um dos melhores trabalhos produzidos, nesses últimos tempos, na faixa das 21h.
Nada a ver, no caso em questão, toda a barulheira, até certa baixaria, dos seus bastidores, mas naquilo que é colocado no ar o resultado é dos mais animadores.

TV Tudo

Jornalista

Paris é do lado de Roma e a correspondente da Band, Sonia Blota, tentou seguir da capital francesa para a Itália imediatamente após o anúncio oficial da morte do Papa. Cobertura do tipo, sempre é algo muito diferente, impactante, por isso a sua viagem demorou muito mais do que o normal.

Palavra

Em contato com a coluna, após superar as dificuldades, Sonia Blota contou os motivos porque entendeu tudo de forma natural. Primeiro, a popularidade do Papa Francisco, "tão pop, que o mundo inteiro baixou aqui no Vaticano". Outros fatores: ele morreu num feriado e no ano do jubileu católico. Mas o principal, segundo ela, "é que se trata do Papa Francisco".

No meio

Fábio Piperno, jornalista da Jovem Pan, segundo ele, estava na Itália em um turismo futebolístico, que incluía jogos e visitas a estádios. Mas teve que parar no meio, voltar de Milão para Roma e assumir as funções de correspondente no Vaticano.

Aniversário

Vale destacar que o dia do aniversário da Globo será neste próximo sábado, 26, 60 anos. O primeiro programa levado ao ar na sua história foi o infantil "Uni Duni Tê", apresentado pela professora Fernanda Barbosa Teixeira. São muitas as comemorações programadas.

Especial

A Globo vai exibir, nas suas sextas-feiras, de 2 de maio a 6 de junho, o especial "Tributo", homenagem e reconhecimento aos grandes nomes da TV. Já estavam confirmados os nomes de Glória Menezes, Tony Tornado, Susana Vieira e Walcyr Carrasco. Agora, juntam-se a eles, Francisco Cuoco e Dennis Carvalho.

Esfriou

Aqui se falou da possibilidade de Band, com os filhos do Benedito Ruy Barbosa, levar à frente planos sobre a continuidade de "Os Imigrantes". Produzir outra novela, trazendo a história até os tempos atuais. A exemplo do que aconteceu com a "Romaria", do Jayme Monjardim, entendeu-se que não existem condições para tal.

Cronograma

"Guerreiros do Sol" e a terceira temporada de "Rensga Hits!" encabeçam a lista dos próximos lançamentos do Globoplay. A previsão para a novela, que mostrará o cangaço pela ótica da mulher, é para ainda este semestre.

Testes

A Record, no segundo semestre, vai abrir temporada de testes para encontrar o elenco da série "Ben-Hur", com direção de Leonardo Miranda. Como personagens principais, além do protagonista, o antagonista da história: Messala Severus.

Crepúsculo

A Globo incluiu um subtítulo no nome da série sobre vampiros e lobisomens, com Alanis Guillen, Letícia Vieira, Rodrigo Lombardi e Milhem Cortaz. Ficou: "Vermelho Sangue – O Despertar da Fera". Estreia em breve no Globoplay.

C´est fini

Ficou para 2026, no Globoplay, o lançamento da série policial "Veronika", protagonizada por Roberta Rodrigues e produzida por Afroreggae Audiovisual e Paranoid. Rodrigues, que moveu um processo contra a TV Globo por assédio moral e racismo institucional, cometidos, segundo ela, durante as gravações da novela "Nos Tempos do Imperador". Então é isso. Mas amanhã tem mais. Tchau!

CINEMA

Doc retrata luta antirracista de Vinicius Jr na Europa

Com de Andrucha Waddington, filme percorre os primeiros passos do atacante brasileiro nas quatro linhas. Longa estreia no próximo mês em streaming

FOLHAPRESS

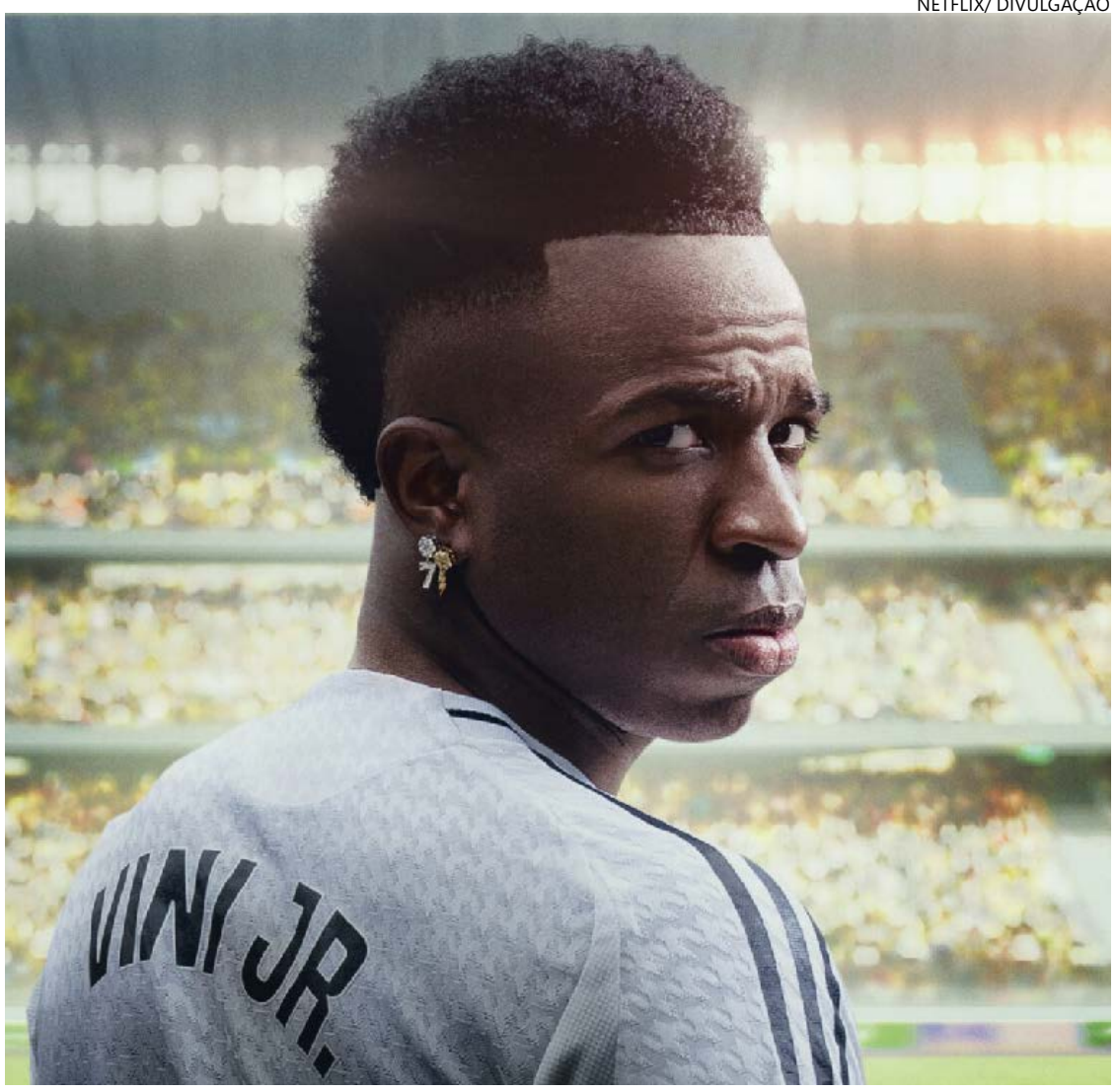
A Netflix divulgou ontem o primeiro trailer do documentário sobre Vinicius Junior. Intitulada "Baila, Vini", a produção tem estreia marcada para o dia 15 de maio na plataforma e vai retratar a trajetória do craque brasileiro em 2024.

O documentário acompanha os primeiros passos de Vini Jr no futebol profissional, incluindo sua estreia pelo Flamengo e as convocações para a seleção brasileira. A produção também traz bastidores inéditos da rotina do jogador, de 24 anos, nascido no município de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Vinicius se tornou um dos principais porta-vozes na luta contra a discriminação racial nos estádios da Europa.

A temporada de 2024 também celebra a conquista da UEFA Champions League pelo Real Madrid, time liderado por Vini Jr., que recebeu o prêmio de Melhor Jogador do Mundo no FIFA The Best — feito que um brasileiro não alcançava desde 2007.

"Baila, Vini" traz ainda depoimentos de grandes nomes do futebol mundial, como Neymar, Carlo Ancelotti, José Ángel Sánchez (CEO do Real Madrid), Benzema, Rodrygo, Courtois, Roberto Carlos e Ronaldo.

NETFLIX/ DIVULGAÇÃO



"Baila, Vini" traz depoimentos de estrelas do futebol mundial que viram craque chegar ao estrelato

Primeiros ataques

Quando chegara ao Real Madrid, em 2018, os ataques racistas apareceram pela primeira vez. Vini Jr. era chamado de "mono" – expressão em língua espanhola semelhante a macaco. Torcedores do Barcelona o humilharam, simpatizantes do Mallorca o ofenderam e adeptos do Real Valladolid o xingaram, mas os fãs do Atlético de Madrid mataram a civilidade.

Parte da torcida colchonera reagiu a gol de Vini Jr. com gesto nazista, num jogo disputado em 2022. Em seguida, a polícia de Madri descobriu que os torcedores tinham vínculo com a Frente Atlético (FA), agremiação simpática a Adolf Hitler que já cometeu ao menos dois assassinatos. A FA se originou na Frente de La Juventud, ligada ao partido Fuerza Nueva.

Durante a partida contra o Valencia, no estádio Mestalla, Vini Jr. sofreu uma falta aos 15 minutos do segundo tempo. Foi chamado de "mono" pelos torcedores adversários, e os insultos não pararam. Nem a insistência do locutor para que os xingamentos acabassem sob pena de o jogo ser suspenso surtiu algum efeito. O brasileiro recebeu até um mata-leão.

Horóscopo Diário

Áries
Lance proibido ou meio misterioso pode despertar seu interesse na paquera.

Touro
Interesses em comum ajudam a manter a paixão em alta. Tá na pista? Vai na fé.

Gêmeos
Seu lado competitivo e ambicioso dá as cartas, hoje, logo cedo e vai sobrar energia.

Cancêr
As amizades passam por altos e baixos à tarde, então controle seu temperamento.

Leão
Paixão tem tudo para pegar fogo nos momentos de intimidade.

Virgem
Sair da rotina com o par pode ser mais divertido do que esperava: use a criatividade.

Libra
Paquera pode ficar meio devagar, mas há chance de se dar bem se agir com paciência.

Escorpião
Cautela com pessoas conservadoras ou apegadas ao passado, sobretudo no romance.

Sagitário
Seu maior desafio será manter o ciúme sob controle. Talvez um ex reapareça no rolê.

Capricórnio
Alguém que conheceu nas redes pode ganhar seu coração. Amor à primeira vista.

Aquário
Melhor não pressionar demais um contatinho: vá com calma. Ciúme será um desafio.

Peixes
Conquista tem tudo para ficar animada à noite e seu coração pode se surpreender.

DIVULGAÇÃO

Cine Cultura exibe curtas em sessão

O Cine Cultura recebe amanhã, a partir das 20h, uma sessão especial com a estreia de dois curtas-metragens: Dois Passos e A Ligação. A exibição faz parte de uma mostra dedicada a produções locais e a entrada é gratuita.

Com roteiro e direção de Joyci Viegas, "Dois Passos" narra a rotina de Marcela, uma menina de 12 anos que percorre diariamente um longo caminho da escola até em casa, sem perceber os riscos que enfrenta.

O curta, de temática infanto-juvenil, aborda a violência infantil com lirismo e sensibilidade através da perspectiva da protagonista. O elenco é composto por jovens atrizes como Sofia Kossobudzka, Lívia Passos e Ana Verano, além de Eliana Santos, Adriana Brito, Duca Rodrigues e Júlio Van.

Gravado em 2024, o filme contou com a participação de estudantes da rede pública e teve como cenário as ruas históricas do centro de Goiânia, incluindo pontos como o Pórtico do IFG, o Mercado Central, a Avenida Goiás, o Grande Hotel, a Avenida Anhanguera e a Rua 8. (Redação)

'A Ligação' mostra rotina de jovens em call center

"A Ligação", dirigido por Isaac Brum Souza, será exibido pela primeira vez amanhã, às 20h, no Cine Cultura, localizado no Centro Cultural Marieta Telles Machado. A sessão é gratuita.

Ambientado em um call center, o filme acompanha a intensa competição entre três jovens vendedores por uma única vaga, explorando os dilemas éticos e a pressão do ambiente corporativo. Com 17 minutos de duração, a produção é uma obra goiana de 2025 e foi viabilizada com recursos da Lei Paulo Gustavo, por meio da Secretaria de Estado da Cultura de Goiás.

O roteiro é assinado por Valéria Oliveira, e a produção é da Sublimação Filmes. O elenco conta com Kamila Amorim, Allan Jacinto, Vinícius Queiroz e Rodrigo Cunha, todos talentos da cena local. (Redação)

OPINIÃO PÚBLICA

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus **autores** e não refletem a opinião do veículo **Jornal Diário da Manhã**

Racismo no futebol

MARCELO LINGUITTE

Coordenador geral do movimento "Sustentabilidade em Campo"

ESPECIAL PARA O **OPINIÃO PÚBLICA**

Alejandro Domínguez, presidente da Conmebol, durante o sorteio da fase de grupos da Libertadores, comparou a ausência de equipes brasileiras no torneio a "Tarzan sem Chita" (Chita é um chimpanzé). A deplorável declaração, dada logo após um inverossímil discurso contra o racismo, do próprio Domínguez, gerou repercussão imediata do Itamaraty, da liga Libra, de Senadores da República etc. Domínguez viu-se obrigado a pedir desculpas públicas que, associadas à afirmação de que a Conmebol tem se esforçado em combater o racismo e a discriminação, pareceram não soar como verdades.

Como resposta, a Conmenbol convocou reunião com representantes de governos e associações que integram a entidade, para discutir o combate ao racismo, à discriminação e à violência no futebol sul-americano. O ex-jogador Ronaldo, participante do encontro, foi escolhido como coordenador de um grupo de trabalho para buscar formar de coibir abusos em estádios. Saiu animado, com os possíveis avanços nesse tema.

Ainda que louvável, a reunião da Conmenbol terminou sem ações definidas. Ao longo de anos participando de reuniões no Brasil e no exterior, aprendi que quando não se sabe como – ou não se deseja – avançar em um tema, instala-se um grupo de trabalho. Espero que não seja esse o caso.

É notório que a Conmebol tem falhado em adotar medidas para evitar e punir atos de racismo. Exemplos são as queixas constantes das equipes brasileiras e a simbólica multa de 50 mil dólares aplicada ao Cerro Porteño pelos atos de racismo sofridos pelo jogador Luighi Hanri, do Palmeiras, na Libertadores Sub-20; multa, aliás, que é metade da aplicada a um clube que atrasa apenas um minuto ao retornar para o segundo tempo da partida. Há dúvidas sobre o que a entidade valoriza?

Torço, realmente, que a iniciativa vá além de uma reunião com autoridades e que contribua com avanços concretos contra a desumanidade que é o racismo.

Diante desse quadro, onde lideranças esportivas não têm dado respostas adequadas a comportamentos racistas, é urgente que todos ajam: clubes de futebol sensibilizando seus torcedores; empresas patrocinadoras tendo como critério de escolha o quanto um clube se dedica a esse tema; governos mais educativos e rigorosos na punição. Todos devemos agir.

O Movimento "Sustentabilidade em Campo" (@sustentabilidadeemcampo), iniciativa de promoção de valores da sustentabilidade entre as modalidades esportivas do país, inclui o repúdio a atitudes racistas e preconceituosas. Vamos dar nossa pequena contribuição ao debate, trazendo experiências concretas de combate à discriminação e de inclusão social em um grande evento em agosto, no Museu do Futebol. Mais informações virão.

Sabemos que um evento não muda muita coisa, mas, penso que se todos fizerem sua parte, quem sabe, um dia, os futuros Luighis, Richarlisons, Aranhas, Vinis Jr., Daianes dos Santos e Aidas dos Santos não sejam obrigados a conviver com ambientes hostis e selvagens por conta da cor de sua pele.

O que nos revelam os rodízios de alimentação

JOÃO JOAQUIM

Médico e articulista do DM

ESPECIAL PARA O **OPINIÃO PÚBLICA**

Já se tanto falou de insanidade mental e debilidade cognitiva de pessoas normais, no que diz respeito aos hábitos e costumes sociais, de relações humanas. E aqui vão mais algumas. Um grande pensador que discorreu magistralmente sobre essas questões foi Friedrich Nietzsche. Hoje pode ser conceituado o que ele disse como efeito manada, maria-vai-com-as-outras, ou até de Neurônio-Espelho. De forma simplificada, refere-se àquele impulso do indivíduo ou grupos de pessoas seguir um líder, um chefe, um mentor, uma propaganda, um aliciamento, uma moda; tendências. Para o bem ou para o mal, o fútil, o infrutífero, o antissocial, o insalubre.

O chamado efeito manada se desencadeia pelos reflexos instintivos ou inferiores de nossos sistemas internos e aptidão cognitiva. O modelo mais rudimentar e primitivo desses instintos vemo-lo entre os animais irracionais. Pastejava serenamente um rebanho de ovelhas em certa campina verdejante. Essas ovelhas estão próximas a um penhasco, um precipício. Uma dessas reses se assusta com um gato que surge do nada. Gesto contínuo, ela se lança no precipício, se despenca no abismo. Todas as outras se jogaram atrás e se espatifam no desfiladeiro. Efeito manada clássico.

Assim, são os humanos! Muitos humanos! E essa "insanidade mental e debilidade cognitiva" é explorada por mercadores, pelo comércio, pela indústria de produtos e consumo. Quantos são os objetos, as aquisições, as compras e compromissos que os consumidores fazem instigados pelos agentes mercantis em suas expertises, em suas estratégias para se enriquecer, para se lucrarem. São os engodos, os ardis, os estratagemas engenhosamente feitos na exploração desse lado insano, sandeu e débil do senso crítico e valorativo das pessoas. Porque elas são vítimas de seus neurônios-espelhos, nocivamente, servilmente, furtivamente e futilmente.

O instigante e curioso de se assistir é que o fenômeno do maria-vai-com-as-outras, no consumo e nos hábitos guarda uma certa relação com a escolaridade. Mas, não em todas as pessoas que caem nessa esparrela. Quanto menos aculturado e menos crítico, cientificamente expressando, mais propenso e vulnerável se coloca o indivíduo ao efeito manada. Atenção! Aqui nem sempre o mentor é uma pessoa em carne e osso como indutor do efeito: pode ser uma propaganda, um anúncio, uma vinheta, um reel de Instagram, um post. Basta o chamariz, e o ingênuo entra na onda!

Quer debilidade cognitiva e insanidade mental maiores do que os chamados rodízios de orgias alimentares? Não existem melhores exemplos! O consumidor paga uma taxa. Assim estipulam algumas churrascarias e rodízios de pizza, de sorvetes e doces; no chamarisco: "coma à vontade e pague tanto". Os comilões, os glutões, os orgíacos e orgásticos comedores; alguns de dar inveja em qualquer pantagruel e gargântua (fauce hiante!). E alguns comilões e glutonas saem dali se gabando de que deram prejuízo ao espaço de alimentação (churrascaria, pizzaria) porque comeram quase dois quilos, 4000 calorias.

Vamos a mais um exemplo clássico de insanidade mental e debilidade cognitiva. Sem citar nome para evitar eventuais protestos. Há certa cidade distante de Goiânia, 130 km, onde localiza na zona rural um restaurante "ecológico" que oferece um rodizio de comilança. Refere-se a um cardápio com 15 itens de alimentos os mais calóricos e insalubres, doces, geleias, iogurtes, pães variados, manteigas, mel, ovos batidos, cafés. Enfim, são alimentos ultraprocessados, poucos itens saudáveis. Imagine, para quem tem dislipidemias, diabetes, hipertensão, obesidade, doença renal, cardiopatia! Tudo contra!

E vem o alto grau de insanidade mental e debilidade cognitiva de consumidores, na expressão do chamado neurônio-espelho, ou efeito manada ou maria-vai-com-as-outras. Foi primeiro um cliente levado por certo indutor e líder. Comeu e saiu de lá repimpado de açúcares, amidos, carboidratos, doces, gorduras, colesterol e triglicérides. Tudo com muito sódio e pimenta! Bastou para que muitos induzidos pelas fotos e coloridos (efeito manada) se aderissem. Descrição da proeza: de ida e volta, são 260 km de rodovias, 15 km de estrada de terra com muitos solavancos nos carros, risco de panes e avarias nos veículos, poeiras, gastos de combustíveis (caros), risco de uma acidente e danos pessoais e materiais! Todo esse esforço, suor, fadiga, despesas, em troca de cerca de 90 minutos do insano e débil prazer digestivo, um gozo quase orgástico na satisfação desses instintos baixos e indiferenciados que trazemos, os humanos, de nossos ancestrais das cavernas! Ou da decadência do Império Romano, de cada um por si e de Deus por todos.

DM 45 ANOS

PUBLICIDADE LEGAL

comercial@dm.com.br
(62) 3267-1000

HOSPITAL DE ACIDENTADOS CLINICA STA ISABEL LTDA
NIRE 52200111330/ CNPJ NR. 01.269.430/0001-76
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Em cumprimento a Cláusula 14ª do Contrato Social, combinada com art. 1071 e seguintes do Código Civil Brasileiro, a administração do **HOSPITAL DE ACIDENTADOS CLÍNICA SANTA ISABEL LTDA**, CNPJ 01.269.430/0001-76, convocam os Senhores Sócios para Assembleia Ordinária Presencial que será realizada no dia **28 de abril de 2025** no auditório da sede localizado na Av. Paranaíba, nº 652, Setor Central, em Goiânia - Goiás, CEP 74020-010, em primeira convocação, às **19:00h**, com no mínimo ¾ (três quarto) do capital social, e, em segundo convocação, às **19:30h**, com qualquer número do capital social, para apreciar e deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: **1**. Prestação de contas e das Demonstrações Financeiras do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **2**. Tratar de qualquer outro assunto correlato com a ordem do dia.

Goiânia, 09 de abril de 2025, Valney Luiz da Rocha e Edegmar Nunes Costa - Administradores

MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 - UASG 989677, fica retificado o edital, bem como a data de abertura passa a ser: 09 de maio de 2025, às 10h00min, do tipo menor preço global, local de realização: no endereço eletrônico **https://www.comprasgovernamentais.gov.br/,** objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dedetização, desratização e limpeza de caixas d'água pára as escolas, CMEIs e Secretaria Municipal de Educação de Santo Antônio do Descoberto - GO. Informações e cópia do edital poderão ser obtidas no portal eletrônico **www.santoantoniododescoberto.go.gov.br** ou e-mail: **licitacao@santoantoniododescoberto.go.gov.br**. Santo Antônio do Descoberto-GO, 22 de abril de 2025.
ROGÉRIO DIAS DA SILVA – Pregoeiro.

ESTADO DE GOIAS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVANIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº 007/2025

A Comissão de Licitação do Fundo Municipal de Saúde de Silvania, em conjunto com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, no dia 16/05/2025 às 08:00 horas, no sistema da www.bll.org.br, **LICITAÇÃO PÚBLICA** na modalidade de **PREGÃO ELETRONICO, PARA FINALIDADE DE REGISTRO PREÇO,** tipo menor preço por item, tendo por objeto aquisição de Carne e derivado para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, os quais deveram ser disponibilizados diariamente na sede do Fundo Municipal de Saúde de Silvânia. Maiores informações ou esclarecimentos serão prestados através do telefone, (062) 93300 - 8684, como também cópia do edital, no site www.silvania.go.gov.br, ou na sede do Município mediante requerimento. Silvania-GO, 22 de abril de 2025.
Suiang Claudio da Silva - Pregoeiro

ESTADO DE GOIAS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVANIA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº 009/2025

A Comissão de Licitação do Fundo Municipal de Educação de Silvania, em conjunto com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, no dia 15/05/2025 às 08:00 horas, no sistema da www.bnc.org.br, desta Prefeitura, **LICITAÇÃO PÚBLICA** na modalidade de **PREGÃO ELETRONICO, PARA FINALIDADE DE REGISTRO PREÇO,** tipo menor preço por item, tendo por objeto aquisição de recarga de gás 13 kg, recarga de gás P45 e vasilhame de gás P45 e 13 Kg para unidades escolares e CMEIS do Fundo Municipal de Educação. Maiores informações ou esclarecimentos serão prestados através portal www.bnc.org.br, como também cópia do edital, no site www.silvania.go.gov.br, ou na sede do Município mediante requerimento. Silvania-GO, 22 de abril de 2025.
Suiang Claudio da Silva - Pregoeiro

AUDIÊNCIA PUBLICA
CONVOCAÇÃO PARA AUDIENCIA PÚBLICA

O Governo de Campinorte vem comunicar a população de Campinorte da realização da audiência pública referente ao Plano Municipal de Cultura no dia 08 de maio às 19:00 horas, local Associação Comercial e Industrial de Campinorte na Avenida Maranhão n°117 centro de Campinorte no Campinorte. Prefeito Cleomar Martins de Araújo

Convite
Realização da 3° Conferência Municipal das Cidades

O Governo de Campinorte vem comunicar a população de Campinorte da realização da 3° Conferência Municipal das Cidades etapa municipal referente a 6 ° Conferência Nacional das Cidades a ser realizada no dia 05 de maio às 15:00 horas encerramento as 21:30, local no Serviço de convivência e Fortalecimento de vínculos situado na rua Izaquel Alves de Castro, Campinorte. Prefeito Cleomar Martins de Araújo

ESTADO DE GOIAS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVANIA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº 010/2025

A Comissão de Licitação do Fundo Municipal de Educação de Silvania, em conjunto com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, no dia 19/05/2025 às 08:00 horas, no sistema da www.bnc.org.br, desta Prefeitura, **LICITAÇÃO PÚBLICA** na modalidade de **PREGÃO ELETRONICO, PARA FINALIDADE DE REGISTRO PREÇO,** tipo menor preço por item, tendo por objeto aquisição de Gêneros Alimentícios para atender a alimentação das unidades escolares, os quais deverão ser disponibilizados para unidades escolares e CMEIS do Fundo Municipal de Educação. Maiores informações ou esclarecimentos serão prestados através portal www.bnc.org.br, como também cópia do edital, no site www.silvania.go.gov.br, ou na sede do Município mediante requerimento. Silvania-GO, 22 de abril de 2025. **Suiang Claudio da Silva -** Pregoeiro

MUNICIPIO DE GUAPO
AVISO ADIAMENTO
PREGAO ELETRONICO 009/2025 – SRP

A Agente de Contratacoes comunica aos interessados em participar do pregão eletrônico 009/2025, que tem por objeto registro de precos para futura, eventual e parcelada aquisicao de materiais de expediente (papelaria), destinados a manutencao de todas as Unidades Gestora/ Orgao, Setor, Departamento, Autarquia, Fundo, deste Municipio de Guapo-GO, a data de realizacao da sessao publica de abertura do PREGAO ELETRONICO 009/2025, a qual, se encontrava marcada para o dia 05/05/2025 as 09:00h**.** Fica adiada para o dia 08/05/2025 as 9:00h a realizar-se no site https://bnc.org.br/ Maiores informacoes junto a CPC das 8:00h as 12:00h e das 13:00h as 16:00h ou no site da www.guapo.go.gov.br icone LICITACOES. DATA: 22/04/2025.
LUCY AVILA DOS SANTOS
Pregoeira.

O MUNICÍPIO DE MARA ROSA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 00.007.468/0001-08, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, telefone: (62) 98112 3699 , torna-se público para conhecimento dos interessados que irá realizar no dia 02 de junho de 2025, às 09:00h em sessão pública, na sede da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 14.133/21, na modalidade **CONCORRÊNCIA 001/2025**, tipo menor preço global, visando a **escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE, TIPO 2, FNDE, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação de Mara Rosa - GO**. Conforme especificações do Edital, Processo n° 3040/2025. Mara Rosa, aos 22 de abril de 2025. ***JOSIANE BATISTA DA SILVA*** - Presidente da Comissão de Contratação

MUNICÍPIO DE ISRAELÂNDIA-GO
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2025/SRP

O MUNICÍPIO DE ISRAELÂNDIA, GOIÁS, torna pública a realização de licitação-modalidade PREGÃO PRESENCIAL-Tipo Menor Preço-Sistema de Registro De Preços-SRP. Edital nº014/2025, sessão 08/05/2025 as 08:30 hs. Objeto é a contratação da prestação de serviços mecânicos, aquisições de peças, acessórios, pneus e óleos lubrificantes originais e/ou de primeira linha de mercado, (conforme conveniência da administração), para a frota municipal, por percentual de maior desconto, sobre o menor preço de mercado, dos orçamentos obtidos em no mínimo três locais distintos, atendendo as demandas das Secretarias Municipais de Administração, Ação Urbana, Transportes, Educação, Esporte, Saúde e Assistência Social do Município de Israelândia, Estado de Goiás. Devendo os propoentes atenderem as condições do edital e anexos. Interessados poderão adquirir o edital nos dias de expediente de trabalho junto a Prefeitura Municipal (Rua Rio Claro, 186, Centro, Israelândia-GO na Sala da Secretaria Municipal de Licitações), site https://www.israelandia.go.gov.br/, Informações e-mail pref.israelandia.licitacao@hotmail.com ou telefone 64 3678-1305. Israelândia-GO. 22/04/2025.
Sérgio Henryque Pereira.
Pregoeiro.

AUDIÊNCIA PUBLICA
CONVOCAÇÃO PARA AUDIENCIA PÚBLICA

O Governo de Campinorte vem comunicar a população de Campinorte da realização da audiência pública referente ao Plano Municipal de Habitação no dia 06 de maio às 19:00 horas, local no Serviço de convivência e Fortalecimento de vínculos situado na rua Izaquel Alves de Castro, Campinorte. Prefeito Cleomar Martins de Araújo

PREF. MUNICIPAL DE CORUMBA DE GOIAS.
AVISO DE LICITACAO
PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº. 014/2025

O Município de Corumbá/Go torna público que realizará, na Sec. de Administração, a R. Francisco Miranda nº 23, Qd. 13, Lt. 1, Centro, em sessão pública, na forma das Leis n° 14.133/2021, a seguinte licitação: **Modalidade:** Pregão Presencial visando - SRP n. 014/25; Tipo Menor Preço Global, **Data e Horário:** 09/05/25 as 09h00min; para Contratação de Empresa para prestação de serviços de arbitragem, em prol dos eventos esportivos diversos, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Esportes deste Município. Cópia do Edital e informações no endereço acima ou pelo telefone (062) 3338-1576 ou no site http://www.corumbadegoias.go.gov.br/. Corumbá de Goiás, 22 de abril de 2025.
Carmem Estela Coelho
Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA DE GOIÁS
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

A Câmara Municipal de Santa Helena de Goiás, mediante seu Pregoeiro Oficial, torna público que fará realizar licitação na modalidade **Credenciamento**, sob o nº **001/2025, a partir do dia 23 de abril de 2025 até 02 de maio de 2025, POR CORRESPONDÊNCIA ELETRÔNICA (e-mail)**: para o seguinte endereço: compras@legislativoshego.go.gov.br; e/ou **DE FORMA PRESENCIAL**: na sede da Câmara Municipal de Santa Helena de Goiás, Departamento de Compras, localizada na Rua Alameda Hidelbrando Domingos da Silva, n° 798, Arantes. Santa Helena de Goiás – GO, objetivando o **CREDENCIAMENTO de pessoa física para composição de Subcomissão Técnica para análise e julgamento das Propostas Técnicas da CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2025. Retirada do Edital:** Sede do Poder Legislativo Municipal, site:legislativoshego.go.gov.br.

Santa Helena de Goiás – GO, 22 de abril de 2025.

ANA LAURA ALVES DANTAS - PREGOEIRA

AUDIÊNCIA PUBLICA
CONVOCAÇÃO PARA AUDIENCIA PÚBLICA

O Governo de Campinorte vem comunicar aos agentes culturais, músicos, cantores, artesões, promotores de eventos culturais e escritores de Campinorte da realização da audiência pública da lei de Incentivo à Cultura Aldir Blanc no dia 07 de maio às 19:00 horas, local Associação comercial e Industrial de Campinorte na Avenida Maranhão n°117 centro de Campinorte. Prefeito Cleomar Martins de Araújo

ASSEMBLEIA GERAL

O **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DO ESTADO DE GOIÁS**, entidade sindical, via de seu Presidente, convoca todos os trabalhadores da categoria, associados e não associados para participarem da assembleia geral a realizar-se no dia 25.04.2025, 18h30m em 1.ª convocação e às 19h00m em 2.ª convocação, a realizar-se na sede do SINDICOM, na rua Pedro Virgiano, 175, centro – Goiânia-GO (ao lado do Tático do Mutirama) para apreciarem e votarem a seguinte pauta:
a) Aprovação da proposta de pauta de reivindicação para celebração da Convenção Coletiva de Trabalho/2025;
b) Apreciação e aprovação da proposta de custeio em favor do Sindicato;
c) Autorização ao Sindicato para ajuizar dissídio coletivo caso frustrem as negociações;

Goiânia, 22 de abril de 2025.

Antônio Carlos Gomes
Presidente - **SINTIGRAF**

AVISO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N° 001/2025

O Município de Teresina de Goiás, Estado de Goiás, torna público aos interessados que a partir do dia 23 de Abril de 2025 até 31 de Dezembro de 2025 estará contratando mediante credenciamento pessoas jurídicas e/ou físicas especializadas em serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, visando os consertos e reparos mecânicos da frota de veículos oficiais do Município de Teresina de Goiás. Os interessados deverão encaminhar documentação para o e-mail: comprasteresinadegoias@gmail.com ou Protocolar na sede da Prefeitura Municipal de Teresina de Goiás/ GO, Localizada na Praça Tiradentes, No43 - Centro - Teresina – GO A partir do dia 23/04/2025 até o 31/12/2025, maiores informações poderão ser obtidas fone (62) 3467-1140, no horário de expediente, por e-mail: comprasteresinadegoias@gmail.com ou pelo site www.teresinadegoias.go.gov.br Teresina de Goiás/ GO, 23 de Abril de 2025.
LUCAS KAUÃ DE MORAIS GONÇALVES
Agente de Contratação - Decreto Municipal no 014/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de São Miguel do Araguaia, estado de Goiás, com sede na Av. José Pereira do Nascimento, nº 3.851, setor Oeste, prédio da Prefeitura, nesta cidade, torna público aos interessados que fará realizar **às 09:00 horas** do dia: **12/05/2025**, local para a realização da sessão licitação: www.bll.org.br na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2025**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a **FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE LÂMINAS DE PATROL, PARAFUSOS E PORCAS**, por um período de 12 (doze) meses, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento Urbano de São Miguel do Araguaia-GO. **O Edital completo e outras informações estão à disposição dos interessados no endereço acima ou no site oficial: www.saomigueldoaraguaia.go.gov.br, em horário de expediente ou pelo telefone: (62) 3977-7111.** São Miguel do Araguaia-GO, 22 de abril de 2025.
ANDREZA MARIA DOS SANTOS
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

MUNICÍPIO DE BONÓPOLIS, ESTADO DE GOIÁS

O Fundo Municipal de Educação do Município de Bonópolis, Estado de Goiás, torna público, que realizará o Pregão Eletrônico nº 013/2025, Processo Administrativo nº 2146/2025. Objeto: Registro de Preços para contratação, sob demanda, de empresa especializada no ramo pertinente para fornecimento de gêneros alimentícios para compor o cardápio da merenda escolar no ano letivo de 2025, conforme especificações constantes nas planilhas e Termo de Referência – Anexo I, do Edital. O edital estará disponível e as propostas serão recebidas a partir de 23/04/2025, no site plataforma de Pregão Eletrônico Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site https://bnc.org.br/. Informações: www.bonopolis.go.gov.br; Fone: 62.33931126. Bonópolis, 23 de abril de 2025.
Renia Patrícia de Araújo – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU - GO
EXTRATO DE CONTRATO - Pregão Eletrônico nº 025/2025

PROCESSO: 2846/2025.OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de equipamento (bombas e inversores) e materiais hidráulicos para a ampliação da estação elevatória de esgoto localizada no bairro cantinho do céu no município de Chapadão do Céu – GO. **CONTRATANTE: SANEACÉU – SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO DE CHAPADÃO DO CÉU. EMPRESAS VENCEDORAS: Contrato 004/2025** – CONEHIDRO COMÉRCIO DE TUBOS E CONEXÕES LTDA. no valor total de R$ 83.896,00 (oitenta e três mil e oitocentos e noventa e seis reais) | **Contrato 005/2025** – FP ENERGIA E AUTOMACAO LTDA no valor total de R$ 189,00 (cento e oitenta e nove reais) | **Contrato 006/2025** – FRANCISCO EDSON REPRESENTACOES COMERCIAIS EIRELI no valor total de R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) | **Contrato 007/2025** – HD3 COMERCIAL TECNICA EIRELI (34822903000170) no valor total de R$ 13.916,00 (treze mil e novecentos e dezesseis reais) | **Contrato 008/2025** – LCB SANEAMENTO LTDA, no valor total de R$ 16.106,00 (dezesseis mil e cento e seis reais) | **Contrato 009/2025** - SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA no valor total de R$ 2.450,44 (dois mil e quatrocentos e cinquenta reais e quarenta e quatro centavos). DATA DE ASSINATURA: 11 de abril de 2025. DATA DE VIGÊNCIA: 11 de abril de 2025 a 11 de abril de 2026.
JAKELINE SOUZA SILVA - AGENTE DE CONTRATAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO

O Presidente da **Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários nos Estados de Goiás e Tocantins - FEEB GO/TO**, no uso de suas atribuições legais, convoca as entidades sindicais filiadas para a Assembleia Geral Ordinária que será realizada na sede da Federação, sita à Avenida Anhanguera, 5.674, sala 37, Setor Central, Goiânia, Goiás, CEP 74.043-010, no dia 09 de maio de 2025, com a finalidade de eleger a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e a Delegação Federativa junto à Confederação, efetivos e suplentes, para o quadriênio 2025/2029. **A votação terá início às 10 horas em primeira convocação e às 10h30min, em segunda convocação, e finalizará 6 (seis) horas após o início**. A eleição dar-se-á por votação em escrutínio secreto. A posse dos eleitos ocorrerá dia 01 de julho de 2025, às 8 horas, na sede da Federação, perante o Conselho de Representantes, salvo se houver recurso. O prazo para registro de chapas é de 2 (dois) dias, iniciando-se no dia 23 de abril de 2025, das 9 horas às 14 horas, e será feito na secretaria, no endereço da sede da Federação, e o prazo para impugnação de candidaturas será nos dias 25 e 28 de abril de 2025, no mesmo horário e endereço, onde se encontram disponíveis o Estatuto e o Regulamento Eleitoral. Goiânia-Goiás, 23 de abril de 2025. Sergio Luiz da Costa – Presidente.

ASSOCIAÇÃO GOIANA DE FISIOTERAPIA - AGF
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos todos os associados da Associação Goiana de Fisioterapia a participarem da **Assembléia Geral Extraordinária**, a se realizar no próximo dia 09 de maio de 2025, em primeira convocação às 19 horas e em segunda convocação às 19:30 horas na Avenida Rio Negro, nº368, Parque Amazônia, Goiânia-GO, CEP:74840-520, com a seguinte ordem do dia:
1)Admissão de novos associados
2)Eleição da nova diretoria
3)Assuntos gerais

Marcelo Watanabe de Matos
Administrador Provisório Legalmente Constituído

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU - GO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 006/2025

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar parcialmente o EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 006/2025, publicado em 13/02/2025 – ANO XV / Nº 3513. A Pregoeira e sua equipe de apoio tornam público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo as seguintes correções:
TABELA DE VALORES PARA CREDENCIAMENTO NA ÁREA DA SAÚDE PARA O ANO DE 2025/2026.
Onde se lê: Tecnólogo em Radiologia – Carga horário de 96hs mensais
Técnico em Radiologia – Carga horário de 96hs mensais

Leia-se: Tecnólogo em Radiologia – Carga horário de 120hs mensais
Técnico em Radiologia – Carga horário de 120hs mensais
JAKELINE SOUZA SILVA
Pressente da C.P.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU - GO
AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA POR PREÇO GLOBAL N. º 003/2025.

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Céu Estado de Goiás, através da Comissão de Licitações, torna público para o conhecimento de todos os interessados que fará realizar no dia 08 de maio, às 09:00 horas, no Sistema BNC, Concorrência Pública, visando a Contratação de empresa de engenharia por meio de concorrência, pela modalidade de menor preço global para **REFORMA DO TELHADO DA CRECHE PROFESSORA ESERCI BALESTRIN KANIESKI, em Chapadão do Céu - GO**, conforme descrito nos projetos, plantas e memorial descritivo anexo ao Edital de CP 003/2025 nos termos da Lei Federal nº. 14.133 de 01 de Abril de 2021. Para maiores informações, poderão ser obtidas na sala de Licitações desta Prefeitura, em horário normal de expediente sendo das 08h00min as 12h00min e das 14h00min as 17h00min, ou pelo telefone 0**64 3634-1228. Chapadão do Céu, 23 de abril de 2025. JAKELINE SOUZA SILVA - Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU - GO
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 040/2025

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Céu, Estado de Goiás, através da Pregoeira e Equipe de Apoio, tornam público para o conhecimento de todos os interessados **que fará realizar no dia 06 de maio de 2025, às 09:00 horas, no Sistema BNC**, PREGÃO ELETRÔNICO SRP, visando motivada pela real necessidade de **Registro de preços para aquisição de materiais de construção destinados ao programa municipal de habitação popular,** conforme Lei nº 1.249/2017, conforme descrito no modelo de proposta anexo ao Edital do Pregão Eletrônico SRP de nº 040/2025 nos termos da Lei Federal nº. 14.133 de 01 de Abril de 2021. Para maiores informações, poderão ser obtidas na sala de Licitações desta Prefeitura, em horário normal de expediente sendo das 08h00min as 12h00min e das 14h00min as 17h00min, ou pelo telefone 0**64 3634-1228.
Chapadão do Céu – GO, 23 de abril de 2025.
JAKELINE SOUZA SILVA - Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTELÂNDIA - GO
EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 004/2025

Processo Administrativo de n : 1309/2025
Credenciamento n : 004/2025

Encontra-se aberta, na PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTELÂNDIA, ESTADO DE GOIÁS, situada à Praça Santos Dumont, s/n, Centro, nessa Cidade de Portelândia/GO, Código de Endereço Postal n. 75.843-000, FONE: (64) 3666-1159, Edital de Credenciamento de n. 04/2025, cujo objeto é o credenciamento de pessoa física e pessoa jurídica, para prestação de serviços de Pedreira e Servente, conforme detalhado no Edital, por inexigibilidade de licitação, nos termos legais.
Legislação: Rege-se a presente licitação a Lei Federal de nº 14.133/2021.
Abertura: À íntegra do Edital e seus anexos está disponível no sítio oficial do Município de Portelândia/GO (**www.portelandia.go.gov.br**) podendo o mesmo ser retirado, presencialmente, em horário de expediente do serviço público municipal, na sede do Poder Executivo, cujo endereço conta neste Extrato e no Edital, podendo, os interessados, credenciarem-se junto à Comissão Especial de Chamamento Público, onde os interessados e/ou seus procuradores deverão protocolizar, a partir da data de publicação desde Edital até 31 de dezembro de 2025, o pedido de credenciamento e toda a documentação exigida no Edital.
Poderão participar da licitação pessoas físicas e jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do Edital e seus anexos.

Portelândia, Goiás, 17 de abril de 2025.
Naielly Silvéria Sousa
Presidente da Comissão Especial de Chamamento

PREFEITURA DE MINEIROS
Uma cidade cada vez melhor.

AVISO - CHAMAMENTO PÚBLICO no 002/2025

O **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MINEIROS, ESTADO DE GOIAS**, CNPJ no 02.316.537/0001-90, com sede no Paço Municipal II, no Ipê Shopping, na Avenida Ino Rezende, Qd 1a, Lt 1A, s/n, Residencial Michelangelo, CEP: 75834-042, torna público que, em conformidade com a Lei Federal no 14.133/2021 e suas alterações, encontra-se aberto o **Chamamento Público no 002/2025**, destinado ao **credenciamento de empresas prestadoras de serviços funerários**, com o objetivo de atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social. O recebimento da documentação ocorrerá de forma contínua pelo prazo de **12 (doze) meses**, no horário das **8h às 16h30**, de segunda a sexta-feira, excetuando-se feriados, pontos facultativos e recessos administrativos. Informações complementares poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, no endereço acima citado, ou por meio do telefone (64) 3661-0033. Gabinete da Secretária Municipal da Assistência Social, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (22/04/2025).
ANA PAULA ALVES DE OLIVEIRA REZENDE - GESTORA DO FMAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO EM MORA

A **SPE RESIDENCIAL CITY 24 EMPREENDIMENTOS LTDA ,** inscrita no CNPJ sob o nº 44.692.047/0001-39, aqui qualificada como **PROMITENTE VENDEDORA**, notifica extrajudicialmente por edital, a **COMPRADORA, PDG HOLDINGS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF 25.452.679/0001-80, representada por seu sócio administrador **PAULO CESAR DIAS GONÇALVES**, endereço residencial descrito contratualmente, **para que satisfaça os pagamentos em atraso e demais encargos advindos da mora**, junto à empresa acima descrita, com endereço situado na Av. T-4, 619 - St. Bueno, Goiânia - GO, 74230-035. O valor atualizado dos débitos é de **R$ 1.342.616,08 (um milhão, trezentos e quarenta e dois mil, seiscentos e dezesseis reais e oito centavos)**, unidade **BENS DE TERCEIRO/ ALPHAVILE FLAMBOYANT LT 03**, cuja planilhas de débitos detalhadas encontra-se com a **PROMITENTE VENDEDORA**.
Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem manifestação do devedor, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente e/ou tomadas as medidas legais cabíveis.

Goiânia, 22 de abril de 2025.

SPE RESIDENCIAL CITY 24 EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 44.692.047/0001-39

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 8/2025-GAB/CGM

O **Controlador-Geral do Município**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, **CONVOCA**, pelo presente edital, a servidora **Geovana Cornelio de Deus, matrícula n.º 1154818-01,** para tomar ciência de seu Processo Administrativo Disciplinar n.º **25.7.000001482-0** e nomear testemunhas que julgar necessárias, no **prazo de 05 (cinco) dias** a contar da data de publicação deste, junto à Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - CPPAD, sito à Avenida do Cerrado, n.º 999, Qd. APM 09, Bl. C, 2º Andar, Park Lozandes, Goiânia-GO.
Gabinete da Controladoria-Geral do Município, aos 16 dias do mês de abril de 2025.
Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
Decreto n.º 25/2025

FEDERAÇÃO GOIANA DE FUTEBOL
www.fgf.esp.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2025
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
FEDERAÇÃO GOIANA DE FUTEBOL – FGF

Na forma dos arts. 10, 11, 12 e 13, bem como art. 22, I e II do Estatuto, o Presidente da Federação Goiana de Futebol - FGF, Sr. Ronei Ferreira de Freitas, convoca os membros da FGF para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada de forma presencial, no dia 30 de abril de 2025, às 14:30 horas, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros e, não havendo quórum para a sua instalação, às 15:30 horas em segunda e última convocação, com qualquer número, na sede da FGF, situada à Rua 5 nº 691, 22º andar, Edifício The Prime Tamandaré Office, Setor Oeste, Goiânia/Goiás, para, nos termos do Estatuto, deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**
1. Examinar, discutir e votar o relatório, as contas e demonstrações administrativas e financeiras referentes ao exercício financeiro do ano de 2024.
2. Conhecer e aprovar a proposta orçamentária para o exercício financeiro vigente.

Goiânia, 22 de abril de 2025.

Ronei Ferreira de Freitas
Presidente

Município de Água Limpa-GO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2025

Objeto: Obra de PAVIMENTAÇÃO EM BLOKRET SEXTAVADO Setor Jardim Vitória II. Abertura: 13/05/2025, horário: 08:30hs, local: www.bnc.org.br Retirada do Edital: no endereço digital citado, na sede da Prefeitura ou no site: www.agualimpa.go.gov.br Água Limpa, 23/04/2025.
MARCOS HENRIQUE MOURA MARTINS
Agente de Contratação.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

O Município de Arenópolis-Go, por meio do Pregoeiro Oficial, designada pela Decreto n. 002/2023, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA do tipo menor preço por item, cujo objeto **registro de preços para Aquisição de materiais odontológicos e outros para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Arenópolis-Go**. A realização do certame está prevista para o dia **08 de maio de 2025, às 08h00min** - horário de Brasília. O Edital completo está **à disposição dos interessados** nos dias úteis das 07h00min às 11h00min das 13h00min às 17hs00min, Obtenção do edital no e-mail: licitacoes@arenopolis.go.gov.br e https://arenopolis.go.gov.br/licitacao. Informações: Fone: (64) 3667-1166 – Rua Gabriel Raimundo de Sousa, 555, Centro, Arenópolis - GO. Município de Arenópolis, aos 22 dias do mês de abril de 2025.
Hugo Moreira dos Santos
Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2025

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO torna público o Registro de Preços referente ao Processo N° 362/2025 julgamentos tipo por item, cujo objeto se trata REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CONFORME A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O FORNECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS DE MOZARLÂNDIA-GO, tendo como vencedora as empresas: **SUPERMIX SUPERMERCADO MIX LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.553.687/0001-25 e, **SUPERMERCADO IRMÃOS SALES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.887.894/0001-30.Totalizando o Valor de R$ R$ 2.585.372,80 (dois milhões e quinhentos e oitenta e cinco mil e trezentos e setenta e dois reais e oitenta centavos). A ata de Registro de Preços terá vigência até 22/04/2026.
ADRIELLY KATIUCIA PAULA DE MOURA - Agente de Contratação

Líder do União deve recursar ministério; Planalto se irrita com possível recuo

Esse é considerado o núcleo 2 da tentativa de golpe de estado para manter Bolsonaro no poder

FolhaPress

Integrantes do Palácio do Planalto se irritaram com a possível recusa do líder do União Brasil na Câmara dos Deputados, Pedro Lucas (MA), em comandar o Ministério das Comunicações após o parlamentar ter sido anunciado pelo próprio governo Lula (PT) para compor o primeiro escalão petista.

Esses aliados do presidente da República agora discutem rever o espaço do partido na Esplanada.

Como a Folha de S.Paulo antecipou, o deputado afirmou a aliados no final de semana que deverá rejeitar o convite de Lula. Até a tarde de ontem (22), no entanto, o governo ainda não havia sido formalmente avisado.

Pedro Lucas foi anunciado para substituir Juscelino Filho nas Comunicações no último dia 10, após o então ministro ser denunciado pela PGR (Procuradoria-Geral da República), sob acusação de corrupção passiva e de outros crimes relacionados a suposto desvio de emendas.

O anúncio do substituto foi feito pela ministra Gleisi Hoffmann (Secretaria de Relações Institucionais) após reunião no Palácio da Alvorada com Lula, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e Juscelino.

No encontro, segundo o governo, Pedro Lucas aceitou o convite, mas pediu um prazo para discutir internamente sua sucessão na liderança do partido na Câmara.

Dias antes, Alcolumbre já havia telefonado para o presidente da República afirmando que o deputado era o nome indicado pelo partido para ocupar o posto, levando Lula a citar nominalmente o parlamentar como a primeira opção para o ministério.

Um dia depois da reunião no Alvorada, no entanto, Pedro Lucas divulgou nota afirmando que ainda precisaria consultar a bancada do partido na Câmara e, após as conversas, indicou nos últimos dias que não deve aceitar.

Um auxiliar de Lula disse que esse movimento foi um desrespeito do partido ao governo federal. Segundo ele, isso poderá levar o Executivo a repensar os espaços do União Brasil no primeiro escalão petista e que isso dependerá de como a sigla conduzirá esse processo daqui para frente.

Esse aliado do presidente da República indicou ainda que o Ministério das Comunicações pode ser direcionado para outro partido e afirmou que na política não há espaços vazios. A bancada do PSD na Câmara, por exemplo, tem se queixado do espaço no Ministério da Pesca e está mirando o Turismo, chefiado pelo União Brasil.

Hoje, o partido comanda três ministérios. Além das Comunicações e do Turismo, indicou o ministro do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes.

Apesar disso, um ministro defende que o Executivo não tome nenhuma decisão que possa tensionar ainda mais a relação com o partido no Congresso. O União Brasil tem a terceira maior bancada na Câmara (com 59 deputados) e sete senadores, sendo um deles Alcolumbre.

Já um outro aliado de Lula com assento no Palácio do Planalto diz que o governo não ficará de braços cruzados esperando um posicionamento do partido. Ele minimiza o constrangimento público com a provável recusa do parlamentar e defende que o efeito negativo não será à imagem do governo, mas do partido, por expor suas divergências em público.

Papa Francisco inspira atendimento à população de rua

Agência Brasil

O sorriso de Francisco está reproduzido na parede de entrada de um consultório na Luz, região central da cidade de São Paulo. O Consultório do Papa, que logo será renomeado com o nome do pontífice, é uma iniciativa de atendimento de resposta imediata para a população que vive nas ruas da capital. O serviço atende há dois meses, com integração entre políticas federais e municipais de saúde.

O espaço está sob coordenação do padre Julio Lancelloti, que também coordena a Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo, e para quem a presença do pontífice está além da imagem, do nome e da inspiração.

"O legado dele é essa presença, que você não vê com os olhos, mas sente no coração", disse o padre, em entrevista à imprensa nesta terça-feira (22).

Júlio Lancelloti ressaltou que os ensinamentos de Francisco deverão durar muito tempo, pois não foi um papa "só" da igreja católica, mas um papa do mundo, com preocupações para questões atuais, como a pobreza e o meio ambiente.

"[Francisco] era um papa com a preocupação ecológica, com a preocupação da ecologia integral. Nunca nós tivemos uma encíclica como a Laudato Si [sobre o Cuidado da Casa Comum, de 2015], foi um impacto para a humanidade, e veja que nenhum perito do meio ambiente contestou a encíclica, porque o papa não escreveu sozinho, não sentou lá e escreveu, ele contou com a assessoria de milhares de pessoas. Então essa é a beleza, um documento denso, profundo, forte", afirmou o pároco. Pelo documento, Francisco criticou o consumismo e fez um apelo para que o mundo se unisse em combate à degradação ambiental.

Integrado à rede básica de saúde, o serviço ofereceu hoje vacinação à população. "Infelizmente o negacionismo chegou na rua também. Então existe um medo natural ou fantasias, mas é só na proximidade e no contato que você vence. E não é imediato, é um processo longo. E como você convence? Como você convence qualquer pessoa? Eu vou me vacinar também", explicou, após tomar uma dose do imunizante.

Para o padre, o Consultório de Rua se trata de vivenciar o legado do cuidado, da misericórdia, de acolher aqueles que ninguém quer. "Esse cuidado com a pessoa, que "é um grande legado do Papa Francisco", concluiu.

LINEAGRO PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S.A.
("Companhia") - CNPJ/MF nº 21.018.928/0001-73 - NIRE 52.30004537-1
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Artigo 6º, §2º de seu Estatuto Social, convoca os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("**AGE**") no dia 1º de maio de 2025, às 10 horas, a realizar-se de modo digital, conforme orientações desta Convocação, sendo permitida somente a participação à distância, mediante atuação remota via sistema eletrônico Teams ("**Sistema Eletrônico**"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** a lavratura da presente ata em forma de sumário das deliberações; **(b)** aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação, celebrado entre os diretores da Companhia e os diretores da **CASA DA LAVOURA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Rio Branco, Estado do Acre, na Via Chico Mendes, nº 632, Triângulo Velho, CEP 69.906-210, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.163.261/0001-49, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Acre sob o NIRE 1220014300-0 ("**CDL Rio Branco**" ou "**Incorporada**"), a ser incorporada pela Companhia ("**Protocolo e Justificação de Incorporação**"), disponível para consulta dos acionistas mediante solicitação à Companhia; **(c)** ratificar a nomeação da **VERA CRUZ INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.160.120/0001-59, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nações Unidas, nº 12.901, Torre Norte, 12º andar, sala 12-104, CEP 04578-910 ("**Vera Cruz**"), como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação que determinou o valor do patrimônio líquido da Incorporada, para os fins da incorporação da CDL Rio Branco pela Companhia, nos termos dos artigos 226 e 227 da Lei das S.A. ("**Laudo de Avaliação**"), disponível para consulta dos acionistas mediante solicitação à Companhia; **(d)** aprovar o Laudo de Avaliação; **(e)** aprovar a incorporação da CDL Rio Branco pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação; **(f)** caso sejam aprovadas as matérias acima, indicar as filiais da Companhia que serão responsáveis por exercer as atividades da Incorporada; **(g)** caso sejam aprovadas as matérias acima, autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para implementar a incorporação da CDL Rio Branco pela Companhia, bem como ratificar os atos até então praticados; e **(h)** por fim, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral (i.e. Protocolo e Justificação e Laudo de Avaliação) encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia ou mediante solicitação direta à Companhia, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação aplicável. Mediante a utilização do Sistema Eletrônico, o Acionista participará e votará de forma remota na AGE, que será transmitida ao acionista de forma digital, em tempo real. Para participação pelo Sistema Eletrônico os acionistas deverão utilizar computador/notebook/telefone celular ou equipamento equivalente que possua câmera de vídeo e áudio, observadas as instruções abaixo. Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão encaminhar à Companhia, aos cuidados do Departamento Jurídico, por meio do endereço eletrônico mailto:contato.juridico@axiaagro.com, os seguintes documentos: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal, se aplicável; e (c) instrumento de procuração, se a participação se der por meio de procurador. Nos termos do §1º do artigo 126 da Lei das S.A., a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano. Ademais, em conformidade com o disposto nos §§1º e 2º do artigo 654 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá indicar o local de sua emissão, conter a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga, bem como a descrição e a extensão dos poderes conferidos. Ressalta-se que os acionistas somente poderão ser representados na Assembleia por procurador que seja acionista da Companhia, administrador, advogado ou instituição financeira, conforme previsto no §1º do artigo 126 da Lei das S.A. Por fim, a Companhia informa que enviará, de forma tempestiva, a todos os seus acionistas, por e-mail, o link de acesso ao sistema eletrônico para participação remota na Assembleia Geral Extraordinária.

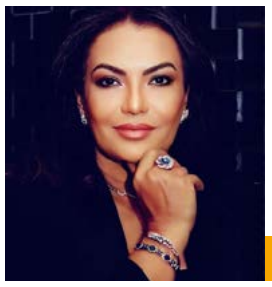
Goiânia, 23 de abril de 2025. **Presidente do Conselho de Administração** - Ary Rodrigues Junior.

AGROGALAXY

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.
Em Recuperação Judicial
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 52.300.048.907
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2025

Convocamos os senhores acionistas do AgroGalaxy Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**"), e dos artigos 4º a 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente à distância e digital**, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 23 de maio de 2025, às 10:00 horas ("**Assembleia**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração, o relatório dos auditores independentes, o parecer do Conselho Fiscal e o parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia; e (ii) aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Instruções e Informações Gerais:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente à distância e digital, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico Ten Meetings ou exercer o direito de voto mediante o uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), em ambos os casos nos termos previstos na Resolução CVM 81. O sistema de participação à distância adotado pela Companhia permitirá que seus acionistas participem da Assembleia ao acessarem a plataforma digital, desde que observadas as condições abaixo resumidas. As informações detalhadas relativas à participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico estão disponíveis no Manual de Participação dos Acionistas, o qual inclui a proposta da administração para a Assembleia ("Manual de Participação"), que poderá ser acessado por meio dos ***websites*** da Companhia (https://ri.agrogalaxy.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). Para participar, cada acionista deverá realizar seu cadastramento diretamente no endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/718293268, **até 21 de maio de 2025**, anexando toda a documentação necessária (conforme indicada no Manual de Participação) para permitir a participação do acionista na Assembleia. Os acionistas que não efetuarem o cadastramento no prazo acima referido não poderão participar da Assembleia, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia autorizará a participação na Assembleia somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas no Manual de Participação, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados no Manual de Participação). ***O link recebido e a senha criada pelos acionistas serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.*** Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia, conforme instruções estabelecidas no Manual de Participação; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas no Manual de Participação; ou (iii) transmitir as instruções de voto diretamente à Central Depositária da B3 por meio da Área do Investidor, conforme instruções estabelecidas no Manual de Participação; ou (iv) preencher o boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**") disponível nos endereços indicados abaixo, cadastrando-o diretamente no endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/718293268, conforme instruções contidas no Manual de Participação. Não será recepcionado pela Companhia o Boletim de Voto enviado por correio postal ou eletrônico, nos termos do artigo 27, parágrafo 7º da Resolução CVM 81. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, no Manual de Participação e no Boletim de Voto. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na Assembleia, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e no Manual de Participação, **a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na Assembleia**, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na Assembleia. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos *websites* da Companhia (https://ri.agrogalaxy.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, o Manual de Participação e cópia dos demais documentos relacionados às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia.

Goiânia, 23 de abril de 2025.
Sebastian Marcos Popik
Presidente do Conselho de Administração



Etiqueta

Adelita Costa

Estilo masculino no mundo corporativo

Lembre-se: etiqueta é um presente que você oferece a si mesmo e aos outros. No Brasil, um blazer alinhado com calças de sarja e sapatos de couro pode ser ideal

Look: vestimenta conta ponto no ambiente profissional contemporâneo

Vestuário profissional. Adapte o código de vestimenta ao seu ambiente de trabalho, sempre com um toque de elegância pessoal. Em ambientes formais, ternos de lã fria (super 100, 120 ou 180) continuam sendo uma excelente escolha. Para ambientes mais casuais, combine calças de alfaiataria com camisas de qualidade e blazers bem cortados.

Se você trabalha em um banco na Suíça, a discrição é fundamental. Evite relógios luxuosos ao comunicar perdas financeiras a clientes. No Brasil, em ambientes corporativos modernos, um blazer alinhado com calças de sarja e sapatos de couro pode ser ideal.

Postura. Mantenha uma postura ereta e confiante. Ao sentar, desabotoe o paletó para evitar que ele fique amassado. Ao caminhar, mantenha a cabeça erguida e os ombros relaxados. Ao sentar, apoie os pés no chão e evite cruzar as pernas por muito tempo.

Acessórios. Menos é mais! Invista em acessórios de qualidade que complementem seu visual sem exageros. Um relógio elegante, uma aliança (se for o caso) e um cinto de couro discreto são suficientes. Evite fivelas douradas chamativas no cinto. Opte por cintos finos que combinem com a cor dos sapatos.

Gravata. A gravata é uma extensão da sua personalidade. Escolha estampas e nós que reflitam seu estilo, sempre com moderação. A largura da gravata deve coincidir com a largura da lapela do paletó, e o comprimento deve terminar no furo do cinto. Em reuniões de negócios, gravatas clássicas e discretas transmitem profissionalismo. Para eventos sociais, você pode ousar um pouco mais.

Meias. A cor das meias deve combinar com a cor do sapato ou da calça. Meias ¾ são ideais para garantir que a perna não fique exposta quando você estiver sentado. Se você estiver usando um terno azul marinho e sapatos pretos, opte por meias azul marinho ou pretas.

Sapatos. Sapatos de couro clássicos e bem engraxados são indispensáveis. A cor preta é sempre uma aposta segura, mas tons de marrom podem ser adequados para ambientes mais informais. Em eventos formais, sapatos Oxford pretos são a escolha ideal. Para o dia a dia no escritório, mocassins de couro marrom podem ser uma opção elegante.

Higiene pessoal. Cabelos curtos e bem penteados são sempre uma boa escolha. Se você usa barba ou bigode, mantenha-os sempre bem aparados. Em algumas culturas, a barba bem cuidada é vista como sinal de sabedoria e respeito. No entanto, em ambientes corporativos mais formais, o rosto barbeado é preferível.

Etiqueta digital. Em reuniões virtuais, vista-se da mesma forma que se vestiria para um encontro presencial. Cuide do seu cenário e iluminação, e evite interrupções. Certifique-se de que sua internet está estável antes de iniciar uma videoconferência. Desligue as notificações do celular e peça para que seus familiares não o interrompam durante a reunião.

Comunicação. Seja educado e respeitoso ao se comunicar, tanto pessoalmente quanto online. Evite discussões acaloradas e mantenha a calma, mesmo em situações de estresse. Ao responder e-mails, seja claro e conciso. Evite erros de ortografia e gramática, e revise sempre antes de enviar.

Cultura. Informe-se sobre os costumes do país que você está visitando ou com o qual está negociando. Pequenos gestos de respeito podem fazer toda a diferença. Em alguns países, é costume presentear o anfitrião com um pequeno presente. Em outros, é importante retirar os sapatos antes de entrar em uma casa.

A etiqueta é uma arte que se aprende com a prática e a observação. Ao adaptar as dicas acima ao seu estilo pessoal e às diferentes situações, você estará construindo uma imagem de elegância e sofisticação que o acompanhará em todos os momentos da sua vida.

'Conclave' lidera procura no streaming

Dirigido por Edward Berger, longa ficcionaliza bastidores da escolha do novo papa

AMAZON PRIME/ DIVULGAÇÃO

Filme se vale da ficção para retratar eleição papal

Folhapress

O filme "Conclave", vencedor do Oscar deste ano de melhor roteiro adaptado, é líder de audiência da Prime Video desde a última segunda, 21, quando morreu o papa Francisco.

O longa do alemão Edward Berger é uma adaptação do livro de mesmo título do escritor britânico Robert Harris, de 2016. Trata-se de uma ficção em torno dos bastidores da escolha de um novo papa, processo que se inicia nesta terça-feira, 22, e pode durar dias ou semanas.

No filme, Ralph Fiennes interpreta o cardeal Thomas Lawrence, um dos principais envolvidos no intrincado xadrez da escolha do pontífice. Integram o elenco Stanley Tucci, John Lithgow, Sergio Castellitto e Isabella Rossellini.

Além das relações pessoais e das disputas de interesse entre os cardeais, o filme explora as complexidades enfrentadas pela Igreja Católica atual, que vão além da espiritualidade e fazem do Vaticano um campo de batalha político e ideológico.

"Conclave" foi indicado a oito categorias no Oscar de 2025, incluindo melhor filme, melhor ator (Ralph Fiennes) e melhor atriz coadjuvante (Isabella Rossellini).

Disponível para assinantes do Prime desde o dia 16 de abril, o filme é o mais visto da plataforma no país. (Folhapress)

Oscar atualiza IA em filmes

Folhapress

A Academia, instituição responsável pelo Oscar, divulgou mudanças na premiação. O comunicado menciona a adição de novas categorias, uma forma de regular que eleitores viram todos os filmes indicados para votar e ainda aborda o uso de Inteligência Artificial (IA) nas produções.

A IA generativa — cujo uso em longas como "O Brutalista" e "Emilia Pérez" gerou polêmica na campanha de 2025 — foi abordada nas novas regulações da Academia.

"Essas ferramentas não ajudam nem prejudicam as chances de conseguir uma indicação", afirma o comunicado. "A Academia e cada departamento julgarão a conquista, levando em conta o grau em que um humano esteve no centro da autoria criativa ao escolher qual filme premiar."

A principal mudança, entretanto, diz respeito às duas novas categorias da premiação. O Oscar de elenco será incluído a partir de 2026, e o Oscar de dublês está previsto para 2028.

Outra regra busca garantir que os eleitores assistam a todos os filmes elegíveis para participar da votação final. A mudança rastreará a visualização dos membros no aplicativo em que a Academia disponibiliza os longas, além de pedir que preencham uma pesquisa se viram o filme em um festival ou em um cinema.

Antes, não havia forma de garantir que os membros da Academia haviam visto todas as produções indicadas.